



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343-B,

DE 2017

(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 343-B, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências, tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo). EMENDAS DE PLENÁRIO DE NºS 1 A 65: tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação



financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 7,8,16 a 18, 48 e 52; e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas de nºs 7,8,16 a 18, 48 e 52 (Relator: Dep. Pedro Paulo).

PARECER REFORMULADO, PROFERIDO EM PLENÁRIO: *da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64, na forma da subemenda substitutiva global; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Subemenda Substitutiva Global da*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 081.3.55.O
Data: 19/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo).



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta com o seguinte teor:

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do parágrafo único, II, "c", do Artigo 83 do Regimento Interno, a retirada do PLP 343 - 2017, constante da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, 29.04.2017

Dep. Vicente Candido



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, que falará a favor do requerimento.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, volto a esta tribuna para defender a retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 343.

Na verdade, nós encontramos nesse projeto uma saída que vai agravar muito a realidade econômica e financeira dos Estados. Ele vai de fato piorar ainda mais a crise, porque impõe muito sacrifício aos Estados devedores. Portanto, defendemos a sua retirada.

É importante que nesse projeto de recuperação fiscal e de regime especial possamos resolver em definitivo a condição financeira indutora dos Estados no fomento da retomada do desenvolvimento econômico.

Na minha opinião, nós só temos um caminho: fazer o encontro de contas amplo e irrestrito da Lei Kandir. É fundamental que esta Casa não perca essa oportunidade porque o Supremo Tribunal Federal já deu ganho de causa ao Estado de Minas Gerais e estipulou 1 ano de prazo esta Casa para promover, apresentar e regular a compensação da Lei Kandir.

Portanto, a Câmara dos Deputados não pode descumprir uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal. Já se passaram mais de 5 meses dessa decisão.

A meu ver, esta é a única possibilidade de começarmos, Deputado Afonso Florence, a redesenhar o novo pacto federativo, porque, nos últimos tempos, a União foi se tornando uma agiota do ente federado, uma agiota muito forte em cima dos Estados e dos Municípios.



Eu fiz uma tabela de cálculo em que os 26 Estados mais o Distrito Federal teriam um débito de 603 bilhões de reais, e a União é devedora de, aproximadamente, 600 bilhões de reais. Na verdade, é mais um encontro de papel, é um encontro discricionário, não envolveria nenhum crédito primário para o Tesouro Nacional. Isso que defendo.

Lamento que a nossa Emenda nº 48 não tenha sido aceita, houve uma recusa da admissibilidade, e é um erro, porque a única possibilidade realmente de resolver esta crise de maneira consistente e duradoura é fazer este encontro de contas.

Portanto, peço a retirada deste PLP.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço desculpas ao Plenário, vou suspender a sessão por 10 minutos, porque a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania está fazendo uma votação.

O SR. SERGIO ZVEITER - Acabou!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Acabou? *(Pausa.)*

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga, que falará contra o requerimento de retirada de pauta.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como construímos um acordo na CPI da Lei Rouanet, queria pedir a V.Exa. que fosse prorrogada a CPI por mais 20 dias, sem ouvir ninguém e sem fazer mais nada, apenas para redigirmos um relatório de forma mais moderada, mais correta e sem apressamento.

Conversamos sobre o assunto com o PT — o PT concordou, bem como todos os partidos concordaram. Por isso, peço a V.Exa. que agora ou na próxima sessão coloque esse requerimento em votação, porque o prazo da CPI expira no dia 21 de



abril. Então, há necessidade de que este requerimento seja votado no plenário ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Assim que acabar a votação desta matéria, incluiremos essa urgência ou outra que esteja na pauta na próxima sessão.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que ontem avançamos muito bem no exame do PLP 343. É urgente que os destaques sejam votados hoje para encerrarmos a discussão desta matéria e, dessa forma, darmos aos Estados que estão em grande situação de penúria — Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais — condições de negociarem sua recuperação fiscal.

Por isso, esse requerimento vem na contramão de tudo o que a Câmara dos Deputados pretende, que é votar esta matéria.

O Bloco do PP orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores acha que esta matéria não pode ir à votação. Esta matéria penaliza os servidores, as servidoras e os Estados. Na verdade, ela não renegocia os juros, ela não renegocia o prazo de pagamento, apenas suspende por 3 anos o pagamento que seria devido.

O nosso entendimento é o de que os Estados são credores pela Lei Kandir. Ou seja, os Estados são credores da União, mesmo assim a União está impondo um processo que não renegocia de fato, apenas suspende por 3 anos o pagamento, e



nesses 3 anos os juros serão computados. Portanto, findo os 3 anos, a dívida será muito maior, mas os servidores terão que contribuir com 14% para a Previdência, não poderão ter reajuste salarial e o patrimônio daqueles Estados estará sendo vendido a preço nenhum.

Por isso, o PT...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Edmilson Rodrigues?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL é a favor da retirada de pauta, porque esta lei trará um impacto muito negativo para o povo brasileiro, porque, naturalmente, não há Brasil sem as unidades federativas e os Municípios, e os prejuízos serão enormes. Basta dizer que a autonomia dos Estados fica comprometida.

A contrapartida, a garantia, por exemplo, são os principais impostos estaduais, como ICMS, como o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD e quaisquer bens ou direitos, como o próprio IPVA, de modo que todas as fontes de receita dos Estados passam a servir como garantia para um processo de endividamento brutal, porque o pagamento é suspenso por 3 meses, mas ficam correndo juros sobre juros.

Sem se exigir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, permite-se endividamento, juros sobre juros, e o Governo Federal passa a ser verdadeiro agiota dos Governos Estaduais. Depois, ele vai cobrar a fatura, retirando a autonomia dos Estados e se apropriando, em algumas situações, de 20% até dos principais impostos.



Isso é assustador! Somente o Pezão pode vir aqui, desmoralizado como está, dizer que isso é bom para o País e para o Rio de Janeiro.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “não” e pede aos Deputados que venham ao plenário.

Eu gostaria que V.Exa. também orientasse toda a base a votar “não”. Que o Governo faça essa orientação.

O SR. CARLOS MANATO - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não”, porque acha que esse projeto é fundamental. Abre um campo de negociação, num primeiro momento, para o Rio de Janeiro, para Minas Gerais e para o nosso Rio Grande do Sul. Mas logo permitirá a todos os Estados da Federação que passam por dificuldade financeira sentar e renegociar condições para a sua dívida.

No caso do Rio Grande do Sul, o Governador José Ivo Sartori tem feito o dever de casa. Assumiu o Governo com um déficit de 25 bilhões de reais e o reduziu para 8 bilhões — portanto, já reduziu o déficit em 17 bilhões de reais.

Este momento em que o Governo Federal abre uma negociação representa um novo momento para todos os Estados. Para o Rio Grande do Sul, representa uma esperança, uma luz no fim do túnel. Isso é importante, é fundamental.

Nós não podemos abrir mão de votar esse projeto.

Muito obrigado.



O SR. ÁTILA LIRA (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSB vota “não”.

Como vota o PSDB?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a oposição a esse projeto ontem esgotou todos os recursos regimentais e os argumentos. E, ao final, mais de 300 Deputados disseram que querem continuar votando e que aprovam esse projeto. Por isso, nós devemos concluir sua votação o mais rápido possível.

Nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota “não”, na certeza de que o Plenário está preparado para votar a matéria. Muito me estranha a postura do Partido dos Trabalhadores no debate, que critica tão fortemente o projeto e se esquece de olhar para os seus.

Olhem para o meu Estado do Ceará, cujo Governador, que é do PT, aumentou o recolhimento previdenciário dos servidores, deu o menor reajuste, abaixo da inflação, e está fazendo o maior plano de privatização da história do Governo do Ceará, privatizando a CAGECE, que é a nossa CEDAE.

Então, funciona para os Governadores do PT, que já estão fazendo isso. Lá no meu Estado do Ceará esse é um caso claro. A bancada parece se esquecer disso quando faz críticas veementes a esse projeto.

Por isso, o PSD vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? *(Pausa.)*



O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”.

Como vota a Minoria?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, a Minoria indica o voto “sim” e destaca que esse fôlego inicial que aparentemente está sendo apresentado aos Estados, na verdade, significa o crescimento exponencial da dívida, insuportável para os futuros Governos.

A Minoria sublinha de forma especial alguns Estados, particularmente, o Rio Grande do Sul, cujo Governador, José Ivo Sartori, precisa imediatamente colocar em dia os salários que estão parcelados. Se neste plenário ele conquistou esse fôlego de milhões a cada mês, que agora sejam pagos os salários que estão indevidamente parcelados aos servidores, num parcelamento que serviu unicamente como forma de pressão sobre esta Casa e sobre o próprio Estado.

Nós estaremos vigilantes para que não existam as privatizações do Banrisul, da CEEE, da CORSAN. Em todos os Estados, estaremos vigilantes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade também é contra a retirada de pauta do requerimento. Trezentos Parlamentares aprovaram esse projeto.

Os Estados que estão endividados, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e até Minas Gerais, podem optar ou não por ele. Os outros Estados, que não têm interesse e, como o Espírito Santo, fizeram o dever de casa, não vão entrar nesse projeto.



Nós temos que dar oportunidades para que esses três Estados resolvam o problema deles e se enquadrem na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Solidariedade é contra o requerimento de retirada de pauta do projeto, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 081.3.55.O
Data: 19/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS) - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP) - Verificação conjunta, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todos as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores muda a orientação para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT está em obstrução.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSOL está em obstrução.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT está em obstrução.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há várias Comissões em funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço a todas as Comissões que encerrem suas reuniões, já que, a partir do início da Ordem do Dia, os seus trabalhos não poderiam mais estar ocorrendo.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Deputado Alberto Fraga, que não tem moral inclusive para chamar sindicato de quadrilha, porque apoiou uma quadrilha que está no Palácio do Planalto, fez aqui uma solicitação de prorrogação da CPI da Lei Rouanet.

Não temos problemas com a prorrogação dessa CPI, desde que seja pelo prazo de 20 dias e com o único objetivo de construção do relatório, ou seja, que não



tenhamos, nesses 20 dias, nenhum tipo de oitiva ou nenhum tipo de deliberação, a não ser a discussão e a aprovação do relatório.

Eu gostaria apenas de deixar bastante claro que nós temos acordo com esta prorrogação, com este único objetivo de construir um relatório para o término da própria CPI.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esse é o pleito do Deputado Alberto Fraga. Mas ele vai corrigir a redação para deixar isso claro.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Fica mantido aqui, Sr. Presidente, o compromisso de que não haverá realmente nenhum tipo de convocação. Essa prorrogação é apenas para que se faça um relatório pautado no aprimoramento da Lei Rouanet.

Com relação à moral, eu quero dizer que eu continuo com a minha moral acima de qualquer suspeita.

A SRA. ERIKA KOKAY - Respeite os sindicatos, Deputado! Respeite os sindicatos, que são construções da luta do trabalhador deste País. Respeite os sindicatos!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Até quando a Deputada Erika Kokay e o Deputado Alberto Fraga fazem acordo eles têm que brigar. *(Riso.)*

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria convocar todos os Deputados do PMDB para virem a plenário votar. Ainda estamos na votação da renegociação da dívida dos Estados e é preciso continuar. Nós já estamos em processo de votação. Na



qualidade de Vice-Líder, peço a todos os Deputados da bancada do PMDB que venham ao plenário votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dar como lido pronunciamento que faço com relação ao Imposto de Renda, a famosa mordida do leão. A mordida do leão nos últimos 20 anos está 83% a mais — 83% a mais! Estão metendo a mão no nosso bolso. Eu, que ganho pouco, paguei uma enormidade de Imposto de Renda.

Só para dar um exemplo: quem ganha até 1 mil 903 reais e 98 centavos paga 7,5% de Imposto de Renda. Isso é um absurdo! É um roubo ao contribuinte, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivenciando uma fase bastante complicada neste País, na qual as reais prioridades têm sido deixadas de lado. Mais uma vez, o Governo deixa de corrigir a tabela do Imposto de Renda de quem deveria pagar imposto, nem atualizou os descontos possíveis. Isso significa, Excelências, que o contribuinte pagará, no mínimo, 4,7% a mais do que pagou para os cofres do leão em 2016.

Pior ainda é ouvir do Sr. Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que o Governo não prevê correção na tabela nem para 2018. Ora, de fato o Governo não



tem pressa para fazer esse reajuste porque diminuirá a mordida do leão no salário do trabalhador. Ou seja, diminuirá a arrecadação.

O justo seria corrigir a tabela anualmente pelo índice da inflação. Mas isso não acontece há 20 anos! Nenhum dos últimos quatro governos fizeram os reajustes que deveriam fazer. Para se ter ideia do absurdo ao qual me refiro, durante todo esse período, a diferença entre a inflação e o reajuste da tabela ficou em 83%! Enquanto isso, quem paga o pato é a classe trabalhadora.

Cito um exemplo prático: quem recebe salário acima de R\$ 1.903,98 tem de pagar Imposto de Renda, 7,5%, equivalente a R\$ 142,80, multiplicado pelos 12 meses do ano, esse contribuinte recolhe R\$ 1.713,60. Comparando, mais da metade de um mês trabalho desse contribuinte vai só para o Imposto de Renda.

Se a tabela tivesse sido corrigida, só pagaria quem tem vencimentos acima de R\$ 3.454,66. Quando não há correção, Sr. Presidente, o Governo acaba prejudicando principalmente quem ganha menos. Isso é óbvio e, sobretudo, injusto.

A partir do momento em que está nessas faixas iniciais do Imposto de Renda a grande massa de trabalhadores deste País é injusto. Estamos passando por uma grave crise econômica e, assim sendo, Excelências, qualquer real a mais para essas pessoas fazem uma enorme diferença.

A correção da tabela do Imposto de Renda é fundamental para ser justa, para proporcionar distribuição de renda efetiva para a parcela do trabalhador que mais necessita. É bom o atual Governo pensar nisso para o próximo ano, porque o povo brasileiro já está muito insatisfeito com as mudanças que estão sendo propostas e impostas.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, 19 de abril, foi realizada uma sessão solene em homenagem ao Dia do Índio.

Eu tenho convicção de que os povos indígenas não têm muito o que comemorar, primeiro, porque a FUNAI está praticamente destruída. O Governo Michel Temer destruiu a FUNAI que era o órgão responsável pela agilização da política indígena; segundo, porque esta Casa ainda continua com o debate da PEC 215 e que literalmente acabará com a possibilidade de demarcação e terras indígenas no Brasil.

Os índios continuam lutando por saúde, por educação, por demarcação das terras indígenas. Apesar de os índios não terem muito o que comemorar, eles precisam continuar lutando pelos seus direitos, pelo direito à cultura, pelo direito de ser índio no Brasil, Sr. Presidente.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de solicitar à bancada do PSDB que venha ao plenário votar.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, V.Exa. pode me dar 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há pouco houve uma sessão solene em homenagem aos indígenas e eu ouvi uma reclamação. Nós temos diferenças, mas sei que V.Exa. tem



uma sensibilidade social. Eu queria lhe fazer um apelo. Geralmente os povos indígenas têm sido tratados de forma muito desrespeitosa, Sr. Presidente.

Ainda não posso reclamar da sua experiência como Presidente. Mas mesmo hoje uma indígena da liderança dizia: *“Edmilson, nós tivemos de deixar os nossos maracás porque é como se eles fossem armas”*. Na verdade, o maracá é uma ligação divina dos indígenas, é importante para eles nos seus rituais. Os sábios, os pajés nem largam os maracás.

Do dia 24 ao dia 28 ocorrerá o Acampamento Terra Livre, o qual já acontece há mais de 1 década. Ele é organizado pela APIB — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

Sr. Presidente, peço que, por iniciativa da Presidência, seja marcada uma audiência com as lideranças para evitar que haja tensão quando os índios aqui vierem: se eles podem ou não entrar com o instrumento que portam, se ele é ou não proibido. V.Exa. poderia tomar a iniciativa de receber uma Comissão representativa de todos os principais povos indígenas para ouvir as demandas.

A pauta indígena é grande. Naturalmente, V.Exa. não poderá concordar com tudo, mas é muito importante ouvir a APIB, as lideranças indígenas, as suas demandas para que possamos, no devido momento, pautá-las e tomar as decisões em favor dos nossos povos originários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, estou à sua disposição. A hora que V.Exa. quiser, pode marcar a audiência. Se for preciso, faremos uma reunião com a diretoria da Polícia Legislativa para que seja feita distinção entre segurança do plenário e instrumento de cultura dos índios, o que nós sabemos que



não é o caso. Talvez seja ignorância de muitos de nós a história do índio, a cultura do índio.

Estou à disposição para fazermos a reunião com as lideranças e para que possamos na Câmara, como sempre, recebê-los com as portas abertas.

Em relação àquilo que pode ou não entrar no plenário, repito, faremos uma reunião com a diretoria da Polícia Legislativa para explicar o que representa cada coisa e, assim, não se repita mais uma vez o erro que hoje foi cometido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Brasília se prepara para ser palco novamente do Acampamento Terra Livre, convocado para o período de 24 a 28 de abril. O objetivo do acampamento é reunir as lideranças dos povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil para discutir e se posicionar sobre a violação dos direitos constitucionais e originários dos povos indígenas e das políticas anti-indígenas do Estado brasileiro.

Não podemos deixar de registrar a importância do acampamento, principalmente no contexto em que a efetivação dos direitos fundamentais conquistados pelos povos e organizações indígenas estão cada vez mais distantes de serem efetivados e materializados. Nosso mandato tem acompanhado e ajudado a denunciar como as forças políticas e econômicas que dominam o Estado continuam se articulando progressivamente para reverter as conquistas asseguradas pela Constituição Federal e pela legislação internacional assinada pelo Brasil. Aqui na Casa seguem tramitando medidas que buscam ferir de morte o direito dos povos



tradicionais, especialmente cerceá-los do acesso à terra como instrumento de emancipação do povo.

No sistema judiciário, como bem denuncia a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB segue a morosidade dos julgamentos em favor dos indígenas, enquanto as ações de reintegração de posse são rapidamente deferidas em favor dos invasores de terras indígenas. É o retrato da visão tutelar do Estado, que nega o direito de acesso à Justiça, e fomenta práticas de violência e racismo institucional.

Nesse contexto, saudamos as entidades e organizações que se organizam para a realização de mais um Acampamento Terra Livre, reconhecendo a importância desse espaço de articulação e mobilização dos povos indígenas para seguir a luta contra o retrocesso e em defesa dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Florence. Logo em seguida, o Deputado Evandro Gussi. *(Pausa.)*

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA - Antigamente, Sr. Presidente, todo dia era dia de índio. Agora é só o dia 19 de abril!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, Presidente Rodrigo Maia, povo brasileiro que assiste aos nossos trabalhos, os povos indígenas exigem de nós, do povo brasileiro, deste Parlamento a solução de conflitos em curso.

Quero me dirigir aos índios de todo o Brasil, da Bahia — aos pataxós, tupinambás, kiriris, payayás —, de todas as etnias: é um desafio para nós encontrar uma legislação, e que não é a Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000.



O Presidente da FUNAI estava no Salão Verde agora se dirigindo aos Parlamentares. Eu lhe perguntei: *“É verdade que populações indígenas que moram em áreas agrícolas, de pecuária, requerem terras demarcadas com áreas que não necessariamente sejam exatamente iguais às áreas de povos da floresta?”*

A solução para esse problema, para a indenização principalmente de agricultores familiares, mas de proprietários de boa-fé, em áreas a serem demarcadas este Congresso Nacional tem que encontrar. E tem que encontrar, Presidente Rodrigo Maia, com a rapidez necessária, para que evitemos a continuidade de conflitos, a perda de vidas de indígenas ou de agricultores que se envolvem nesses conflitos pela incapacidade de o Estado brasileiro resolver o problema.

Nós temos na Bahia uma terra em litígio, a terra dos tupinambás, na região de Buerarema, com agricultores familiares, assentados da reforma agrária, dentro da poligonal...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerre, Deputado. Temos outros Deputados.

O SR. AFONSO FLORENCE - Nós temos que mediar o conflito. Não tem o menor cabimento as pessoas fazerem proselitismo. Temos que administrar os interesses. Tem que haver uma legislação, Presidente Rodrigo Maia, que autorize a indenização dos proprietários de boa-fé, agricultores familiares ou empresariais que estejam nessas áreas, mas as áreas precisam ser demarcadas.

Uma saudação aos agricultores e agricultoras familiares da região de Buerarema, da Serra do Padeiro, ao Cacique Babau. Venho reivindicar que



patrocinemos um acordo de paz e que possamos contemplar os interesses em conflito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Evandro...

O SR. BACELAR - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, ainda quando Líder do PV, nós apresentamos o Destaque nº 31. Trata-se de uma questão importante...

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine o encerramento dos trabalhos nas Comissões que ainda estão funcionando, para que os Deputado venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já determinei.

O SR. SIMÃO SESSIM - E solicito aos Deputados do Partido Progressista que estejam nas várias dependências da Casa que venham ao plenário, para que nós possamos votar este Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, de uma vez por todas, votando os destaques.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Evandro Gussi.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda quando Líder do PV, apresentamos o Destaque para Votação em Separado nº 31, que é uma questão importante. Trata-se do devedor contumaz,



aquele que repetidamente vai saindo de CNPJ em CNPJ para se evadir de pagar tributos.

Não obstante a questão seja de extrema importância inclusive para o processo de ajuste fiscal pelo qual estamos passando — e contribuiria com os Estados —, sob a Liderança da Deputada Leandre, nós vamos retirar o Destaque nº 31 — é destaque de emenda, portanto pode ser retirado —, com o compromisso do Governo de que, depois, estudando melhor a matéria, vamos buscar uma maneira de realmente combater a figura do devedor contumaz, aquele que se utiliza dos mecanismos da pessoa jurídica apenas para deixar de pagar tributos.

Portanto, sob a Liderança da Deputada Leandre, o Destaque nº 31 será retirado, para que possamos agilizar.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem com base no art. 202, § 3º, do Regimento Interno, e no art. 60, inciso I, da Constituição Federal.

A Constituição Federal é clara ao exigir o apoio mínimo de um terço de Deputados para apresentação de emendas a uma PEC. O Regimento segue, não poderia ser diferente, nesse mesmo caminho: não se pode admitir a possibilidade de um Parlamentar, individualmente, apresentar emenda a uma PEC.

Destaco, Sr. Presidente, que o papel do Relator tem especificidades, mas ele não pode admitir emendas que proponham alterações ao mérito e que não estejam baseadas em emendas apresentadas anteriormente.

Então, pergunto, Sr. Presidente: por que, no caso concreto da reforma da Previdência, nós estamos dando ao Relator o poder de ele, individualmente, arbitrariamente, sem ter emendas que tratem daquele assunto, extrapolar? Que poder tem um Deputado sozinho para alterar uma proposta de emenda à Constituição encaminhada por um autor externo, no caso o Presidente da República?

Quero também dizer a V.Exa. que não desconheço o teor da Questão de Ordem nº 5.513, de 1995, decidida pelo então Presidente, ilustre conterrâneo, Deputado Luís Eduardo Magalhães. Mas volto a dizer que a atuação do Relator deve se limitar a emendas de redação ou a substitutivo que se restrinja ao texto originalmente proposto pelo autor e pelas emendas regularmente apresentadas no prazo e com o apoio necessário.



O relatório que o Deputado Arthur Oliveira Maia apresenta é um projeto totalmente novo, totalmente distinto do que veio para esta Casa, encaminhado pelo Sr. Presidente da República.

Não é o caso, Sr. Presidente, mas lembro que uma das causas da grave crise que afetou o Poder Legislativo nacional foi o poder que demos, indevidamente, a Relatores de medidas provisórias que, a seu bel-prazer, conduziam o texto como queriam.

Por isso, mesmo não sendo uma matéria que está na Ordem do Dia, mas, pela sua repercussão, solicito a V.Exa. que examine esta questão de ordem.

QUESTÃO DE ORDEM ENCAMINHADA PELO ORADOR

Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem com base no art. 202, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e no art.60, inciso I, da Constituição Federal.

A Constituição Federal é clara em exigir apoio mínimo de um terço dos Parlamentares desta Casa, ou seja, 171 Deputados Federais, para que sejam apresentadas propostas de emenda à Constituição. A intenção do Constituinte original foi preservar a rigidez constitucional, limitando a iniciativa individual para alterações na Constituição.

Seguindo tal princípio, o Regimento Interno desta Casa prevê em seu art. 202, § 3º, que as emendas apresentadas às PECs também precisam contar com assinaturas de um terço dos Deputados para serem apresentadas.

Ora, não poderia o Regimento, a despeito da Constituição, conferir poder de emenda individual ao Parlamentar. A proposta de emenda à Constituição é a



proposição principal em análise, e suas proposições acessórias devem seguir as mesmas limitações constitucionais e regimentais. Assim, também as emendas precisam ser apresentadas com o apoio de 171 Deputados.

Não pode ser admitida a possibilidade de um Parlamentar, individualmente, apresentar emendas a uma PEC. Assim, não pode o Regimento Interno desta Casa, ou qualquer interpretação de seu texto, sugerir que o Relator de uma proposta de emenda à Constituição detenha a prerrogativa de, individualmente, propor alterações ao texto. Tal entendimento claramente fere o art. 60 da Carta Magna.

Cabe ressaltar inclusive que o processo legislativo constitucional das PECs é considerado cláusula pétrea implícita pela doutrina constitucional, uma vez que temos uma Constituição rígida, e a sua forma de alteração não pode ser desvirtuada ou alterada para facilitar mudanças em seu texto.

Destaco, Sr. Presidente, demais colegas, que, dentro das prerrogativas do Relator em propostas de emenda à Constituição, só podem ser admitidas emendas que não proponham alterações de mérito, a exemplo de emendas de redação ou aglutinativas de emendas já apresentadas por outros Parlamentares e que tiveram o apoio mínimo de um terço dos Deputados.

No mesmo sentido, ainda que seja previsto que o Relator possa apresentar substitutivo, esse deve estar restrito ao aproveitamento e consolidação das emendas regularmente apresentadas com o texto proposto inicialmente. Não pode o Relator inovar no mérito de proposta de emenda à Constituição individualmente, pois isso fere o art. 202, § 3º, do RICD, e o art. 60, inciso I, da Constituição Federal.

Já adianto, Sr. Presidente, que não desconheço o teor da Questão de Ordem nº 5.513, de 1995, decidida pelo então Presidente, Deputado Luís Eduardo



Magalhães. Entretanto, tal questão de ordem tratava de vários assuntos conexos à tramitação de propostas de emendas à Constituição. E o entendimento dado à época não deve prosperar. A previsão da apresentação de emendas pelo Relator, constante do § 4º do art. 202 do RICD, não o autoriza a inovar no mérito, pois a rigidez constitucional não permite iniciativas individuais parlamentares para propor alterações na Constituição, seja via proposição principal, PEC, seja via proposição acessória, emendas. A atuação do relator deve se limitar, portanto, a emendas de redação ou a substitutivo que se restrinja ao texto originalmente proposto pelo autor e pelas emendas regularmente apresentadas no prazo e com o apoio necessário.

Diante do exposto, Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem questionando a possibilidade de o Relator de Comissão Especial de análises de PECs poder, individualmente, apresentar emendas a essas proposições, ferindo cláusulas pétreas constitucionais e desvirtuando o processo legislativo constitucional de alteração da nossa Lei Maior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Recolho a questão de ordem de V.Exa. e prometo, se possível ainda hoje, respondê-la, apesar de ser um problema, pelo que estou vendo, baiano: V.Exa. é baiano, o Relator é baiano e o ex-Presidente é baiano. *(Riso.)*

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, eu gostaria de solicitar aos meus colegas do PMDB que venham ao plenário para as votações.



Quero parabenizar todos os Deputados e Deputadas que, na noite de ontem, cumpriram um papel muito importante para o País: 440 Parlamentares ficaram na Casa votando projetos de extrema importância para os Estados, em especial para o meu Rio Grande do Sul. Quero agradecer mais uma vez toda a solidariedade e o apoio que foram dados ontem a Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Espero que os demais Estados não precisem.

Aproveito para chamar todos a participarem, debaterem e votarem, porque o Brasil espera do nosso trabalho uma ação propositiva.

Parabenizo o Presidente Rodrigo Maia pela maneira com que conduziu ontem a votação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos e, depois, ao Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje, 19 de abril de 2017, faz 135 anos do nascimento de Getúlio Dornelles Vargas, o grande estadista brasileiro, o grande Presidente deste País, gaúcho, são-borjense, que deixou um legado sem precedentes para a nossa história.

Político sério, homem honrado, de mãos limpas, esse era o Dr. Getúlio, que deixou para nós a legislação trabalhista, os direitos sociais, a PETROBRAS, o direito das mulheres trabalhadoras, o direito do voto, a emancipação, a valorização da mulher, o respeito à mulher.

Hoje, possivelmente, Getúlio Vargas está se virando e se revirando no túmulo por conta dos direitos sociais que querem tirar do povo brasileiro, do povo



trabalhador, com a reforma da Previdência. Querem retirar as conquistas de Getúlio: os direitos trabalhistas — ontem foi votada aqui a urgência —; a PETROBRAS, em que meteram a mão; a valorização das mulheres, o respeito às mulheres. Todos nós estamos sendo desrespeitados neste País.

Presto minha homenagem ao Dr. Getúlio Vargas, homem honrado, público, que orgulha a Nação, que é exemplo para todos nós e que espero que sirva de inspiração para que aqueles que querem tirar os direitos trabalhistas, os direitos dos trabalhadores, para que aqueles que querem tirar os direitos sociais, para que aqueles que meteram a mão na PETROBRAS criem vergonha. Ele sim era norte, rumo, direção. Ele foi o grande estadista do País.

Dou como lida minha mensagem em homenagem ao Dr. Getúlio.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, rio-grandense, filho do militar Manuel do Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles, de tradicional família gaúcha, Getúlio alistou-se aos 15 anos de idade no 6º Batalhão de Infantaria, em São Borja, sua cidade natal. Promovido a segundo-sargento em 1899, conseguindo sua transferência para o 25º Batalhão, em Porto Alegre, onde, pouco tempo depois pediu baixa do Exército e matriculou-se na Escola de Direito de Porto Alegre, na qual se formou em 1907. Logo foi nomeado para a Segunda Promotoria no Tribunal da Capital gaúcha.

O pendor nato da palavra o conduziu às tribunas dos Parlamentos. Primeiramente, em 1909 elegeu-se Deputado na Assembleia Legislativa estadual como representante do Partido Republicano Rio-Grandense. Em 1911 casou-se com



Darcy Sarmanho Vargas, com quem teria cinco filhos. Sua prolífica atuação parlamentar o reconduziu ao Parlamento estadual por mais duas vezes, em 1917 e em 1921.

Getúlio ocupou, a partir de 1923, uma cadeira de Deputado Federal. Nesta Casa, Getúlio Vargas houve-se com hombridade e distinção e tornou-se líder da bancada gaúcha. Em 1926, durante o Governo de Washington Luís, foi Ministro da Fazenda, mas deixou o cargo no ano seguinte para assumir o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1929, ainda Governador, começou a articular a formação da Aliança Liberal, lançando em setembro sua candidatura à Presidência da República contra o candidato oficial Júlio Prestes. Em outubro de 1930, teve início o movimento revolucionário que 1 mês depois levaria Vargas ao poder como Presidente do Brasil.

O seu mandato, que se estendeu até 1945, foi marcado por ser um Governo com forte atuação econômica, transformando o Brasil de um país rural num país industrial, com o surgimento da indústria de base e um fenomenal desenvolvimento da nossa infraestrutura.

Na área social fez a maior transformação da nossa história, com a criação do salário mínimo e da Consolidação das Leis do Trabalho, que o Governo atual está empenhado em acabar, através do projeto de reforma trabalhista, em tramitação nesta Casa.

Em 1945 deixa o Governo mais continua na vida política e partidária, colocando-se na oposição ao Presidente eleito em 1946, Eurico Gaspar Dutra. Candidato à presidência em 1950, elegeu-se com 48,7% dos votos e tomou posse em janeiro de 1951.



O seu último mandato foi marcado por uma forte oposição, que levou Vargas a resolver esse impasse com a sua própria vida, quando suicidou-se no Palácio do Catete, em 24 de agosto de 1954.

Grande humanista e um verdadeiro estadista, certamente o maior que o País já teve, amado pelo povo, trouxe o crescimento econômico, a justiça social e a igualdade de direitos. Criou empresas estatais fortes, como a PETROBRAS, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional.

Construiu uma legislação federal clara, beneficiando principalmente os trabalhadores. Criou o salário mínimo e a jornada semanal de trabalho. Deu às mulheres o direito de votar e, ainda na questão democrática, instituiu o voto secreto.

O gaúcho Getúlio Dornelles Vargas mudou o destino do Rio Grande do Sul e do Brasil. Conquistou lugar de destaque na história como o homem público que mais tempo governou o País. Sua biografia e herança política ainda hoje geram controvérsias no meio político e intelectual. Getúlio Vargas projetou o Brasil no cenário mundial e lançou as bases para a modernização da economia do País e do Estado brasileiro.

Getúlio, político sério, homem honrado, de mãos limpas. Esse era o Dr. Getúlio, que deixou para nós a legislação trabalhista, os direitos sociais, a PETROBRAS, o direito das mulheres trabalhadoras, o direito do voto, a emancipação, a valorização da mulher e o respeito à mulher.

Hoje, Presidente, possivelmente, Getúlio Vargas está se revirando no túmulo, por conta dos direitos sociais que querem tirar do povo brasileiro, do povo trabalhador, na reforma da Previdência. Querem retirar os direitos trabalhistas — ontem foi votada aqui a urgência —, conquista de Getúlio; a PETROBRAS, em que



meteram a mão, conquista de Getúlio; a valorização das mulheres e o respeito às mulheres, que hoje estão sendo desrespeitadas neste País.

Por isso, faço minha homenagem ao Dr. Getúlio Vargas, homem honrado, homem público, que orgulha a Nação, que é exemplo para todos nós e que eu espero que sirva de inspiração para aqueles que querem tirar os direitos trabalhistas, os direitos dos trabalhadores, para aqueles que querem tirar os direitos sociais, para aqueles que meteram a mão na PETROBRAS, para que criem vergonha e se inspirem no Dr. Getúlio. Esse, sim, era norte, rumo, direção, esse foi o grande estadista do País.

Dou como lida a minha mensagem em homenagem ao Dr. Getúlio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela votação de ontem. O meu Estado, Tocantins, não tem dívida, mas lá moram muitos gaúchos, muitos mineiros, muitos cariocas. Então, em nome do Tocantins, eu gostaria de parabenizar V.Exa.

Sr. Presidente, eu gostaria que esta Casa tomasse providência e mudasse o Regimento Interno. Os Deputados que fazem parte da Mesa não comparecem às sessões, o 1º, o 2º, o 3º, o 4º Secretários, o 1º Vice-Presidente. O que acontece? Não é descontado deles. Não é descontado deles, repito. E faltam os Líderes também.

Eles, Sr. Presidente, têm que dar a demonstração, têm que ser os primeiros a participar. V.Exa. tem mais afazeres, tem que comandar a Casa. Eu fui Presidente



da Assembleia Legislativa do Tocantins por dois mandatos e sei da responsabilidade de dirigir uma Casa Legislativa. Os 513 Deputados Federais são iguais. Todos têm mandatos outorgados pelo povo. Eu não acho justo V.Exa. estar aqui trabalhando todos os dias e a Mesa Diretora, eleita com V.Exa., não comparecer. Ontem ficamos esperando três Deputados da Mesa durante 40 minutos.

Este é o meu registro: que a Casa tome providência para mudar o Regimento Interno.

Gostaria de parabenizar V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes de passar a palavra ao Deputado Robinson Almeida, informo ao Plenário que amanhã haverá sessão de manhã, com efeitos administrativos.

Concedo a palavra ao Deputado Robinson Almeida.

O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo Temer, que já tinha batido todos os recordes em relação à exoneração de Ministros envolvidos em corrupção, bateu mais um: a delação premiada de Odebrecht, deferida pelo Ministro Edson Fachin, abriu investigação para oito Ministros de uma vez. O Presidente Temer deveria afastá-los e, além disso, renunciar, porque ele também aparece nessa investigação colocada a público por Odebrecht.

Na manhã de hoje, o Deputado Afonso Florence e eu representamos, na Comissão de Ética Pública, contra os oito Ministros, sugerindo sua investigação por quebra do preceito básico da probidade administrativa para exercer funções tão relevantes, e que sejam também afastados imediatamente dos cargos.



Sr. Presidente, trata-se de Ministros que reiteradamente são colocados sob suspeição, como Moreira Franco e Eliseu Padilha, que infelizmente continuam ocupando funções públicas, movimentando milhões de reais e tratando com descaso o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um alerta, chamar a atenção dos colegas e do setor de inteligência da Polícia Federal: chegou ao Brasil o chamado jogo Baleia Azul.

Em Curitiba, no Paraná, na manhã de hoje, o Prefeito anunciou à imprensa que, só na Capital, são sete casos de crianças mutiladas ou que tentaram suicídio. Em Santa Catarina, esse número já passa de 1 dezena. Ontem à tarde uma adolescente tentou suicídio no Município de Curitiba.

É importante que se intervenha com o serviço de inteligência da Polícia Federal para detectar quem está monitorando, conduzindo, patrocinando esse jogo que leva adolescentes ao suicídio. Isso é apenas o começo, vai piorar. Os dados estão ficando alarmantes a cada dia que passa. É importante o setor de inteligência entrar em campo imediatamente.

Alerto aos senhores pais para que controlem os celulares dos seus filhos, olhem, vistoriem, verifiquem, cuidem do comportamento deles. Esse grupo trabalha essencialmente com crianças de 10 a 14 anos de idade.

Faço este alerta em decorrência do número alarmante de tentativas de suicídios de crianças no Sul do Brasil, por enquanto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB orienta o voto “sim”, pela retirada de pauta. Este projeto é nocivo ao povo de Minas Gerais, aos servidores públicos, proíbe a realização de novos concursos públicos, proíbe o aumento do salário dos servidores e, pior ainda, é totalmente maléfico, porque aumenta a contribuição previdenciária dos servidores.

Então, nós votamos pela retirada.

Eu queria dizer que também compartilha desse posicionamento o Vereador Adriano Alvarenga, que está aqui junto com o Vereador Luiz Perdigão e com o Deputado Celinho do Sinttrocel. Vamos ter uma reunião no Ministério hoje para a retomada das obras, paralisadas há muito tempo, da ponte que passa por Timóteo e resolver o problema da BR-381, a rodovia da morte.

Vamos entrar com uma ação pública também contra a COPASA, que cobra pela tarifa de esgoto e não presta o serviço. Vamos dar entrada nessa ação junto com o Vereador Adriano Alvarenga, o Deputado Celinho do Sinttrocel e a associação de defesa dos consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, a Rede vai entrar em obstrução, mantendo a coerência com nosso posicionamento na votação de mérito que nós tivemos ontem.

Isso reforça nossa preocupação em relação ao prejuízo que isso trará aos Estados que terão que retirar ações que hoje fazem o questionamento sobre o direito que esses Estados têm em relação à União, prejudicando os servidores, que



terão aumento na alíquota da contribuição previdenciária. Tudo isso se deve à ineficiência do poder público dos Estados, que roubaram, que não souberam controlar seus gastos, que cometeram equívocos, e agora querem que nós autorizemos através da legislação esse absurdo que retira direitos.

Então, a Rede, para manter coerência, entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero, com base no art. 202, destacar que a Deputada Erika Kokay fez a V.Exa., há cerca de 3 semanas, a Questão de Ordem nº 282, de 2017, sobre o escopo de PEC que teve sua constitucionalidade admitida na CCJ e a extensão possível ao trabalho do Relator na construção da PEC, da proposta final, adensando com novos temas.

Veja V.Exa. que o Deputado Bacelar agora há pouco também utilizou da palavra para uma questão de ordem que não é exatamente idêntica à da Deputada Erika Kokay, mas que traz essa relação.

Eu quero subscrever e apoiar a preocupação do Deputado Bacelar aqui apresentada, mas, ao mesmo tempo, pedir a V.Exa. que nos oriente, como Presidente, sobre a questão de ordem que foi apresentada pela Deputada Erika Kokay.

Nós precisamos, objetivamente, compreender, termos tranquilidade sobre uma matéria, percebendo que, quando a admissibilidade é aprovada na CCJ, traz consigo uma tipologia e um escopo que não pode ser ampliado sem limites pela Comissão que foi constituída.



Já adianto uma posição. Por óbvio, nós apresentamos uma questão de ordem que tem uma posição. Mas V.Exa., como árbitro dessas questões também... Independentemente de requerermos ou não à CCJ, a partir da sua posição, de toda forma, estamos no aguardo da posição que V.Exa. possa nos oferecer sobre a Questão de Ordem nº 282, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou responder, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Antônio Jácome.

O SR. ANTÔNIO JÁCOME (Bloco/PTN-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero informar que amanhã teremos aqui uma sessão solene em homenagem ao Dia do Escoteiro. Queria convidar todos os Parlamentares da Casa para comparecer a essa sessão. O escotismo faz um trabalho muito bonito em defesa dos valores cívicos e cristãos. Vamos ter a presença da Direção Nacional dos Escoteiros do Brasil. A partir da sexta-feira, eles farão um congresso nacional em Goiânia.

Era esse o registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JUNIOR MARRECA (PEN-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria registrar que estou tendo a honra de receber em nossa Casa a Deputada Estadual Neide Carvalho, e os Vereadores de Balsas Thalyta, juntamente com seu esposo Júnior, e Painha, que vieram nos visitar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero manifestar aqui também a minha posição com relação a esse



tema que nós votamos ontem, uma vez que na política não basta ser contra ou a favor, é preciso ter os motivos e os devidos argumentos.

Esse projeto envolve diretamente o Estado do Rio Grande do Sul, e o meu voto ontem foi contra, porque, em primeiro lugar, ele retira a autonomia dos Estados, um princípio constitucional básico. Em segundo lugar, força os Estados a reduzirem os incentivos fiscais e, com isso, prejudica o desenvolvimento dos Estados e das regiões. Em terceiro lugar, força o Estado a fazer a venda de empresas públicas.

Nós temos um carinho todo especial pelas empresas públicas do Estado e não queremos que isso aconteça, porque essa situação vai, inclusive, prorrogar a crise e não vai resolver o problema. E nós temos a convicção de que os gaúchos já pagaram essa dívida duas vezes.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Christiane.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PR-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro, corroborando as palavras do Deputado João Rodrigues.

Em minha cidade, nesta madrugada, nós tivemos o internamento de sete adolescentes envolvidos com o tal jogo Baleia Azul. Eu quero deixar um alerta às famílias: por favor, observem o comportamento dos adolescentes. Nós temos problemas sérios no mundo todo com esse jogo.

Sugiro que as famílias fiquem um pouco mais atentas aos seus filhos, principalmente no caso de o adolescente estar muito acuado. Observem se há marcas no seu corpo, porque, na realidade, o jogo pede que essas crianças se mutilam e mandem fotografias para os coordenadores do jogo.



Eu sei que nós temos muitos problemas neste País, problemas imensos, mas é necessário que os pais estejam mais atentos aos seus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Perondi e, depois, o Deputado Glauber.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero convocar todos os Deputados da base para virem votar. Que os Líderes também façam a convocação de seus liderados. Nós vamos votar toda a tarde os destaques da lei que previne a falência dos Estados. E não são apenas três em situação difícil. Há mais Estados do Norte e do Nordeste que estão perigosamente na porta do processo de adesão à proposta de recuperação fiscal. Então, esses destaques são importantes para a recuperação de três Estados, especificamente, mas de outros também. E eles são importantes, principalmente, porque dão uma luz de esperança aos aposentados e aos funcionários do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que estão chorando porque não recebem salários ou recebem de forma espaçada.

Acho doloroso que Deputados desses Estados votem contra os seus conterrâneos — acho doloroso! Isso é a antipolítica, é falta de solidariedade, falta de amor ao próximo, desrespeito aos funcionários e aos doentes, porque o Rio de Janeiro está com dificuldades para pagar os hospitais.

Então, vamos nós da base, conscientes e seguros, prover o quórum durante a tarde para votar definitivamente esta lei, em nome dos funcionários que estão sofrendo.

Venham todos aqui para votar, pessoal!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam só: ontem eu fiquei aqui até o final da votação da matéria. Quando eu estava saindo do plenário, estava saindo também o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.

Educadamente, como eu faço com qualquer ser humano, cumprimentei o Governador. E ele respondeu dizendo: *“É, Glauber, nós vamos passar a tirar o apoio que existe para a indústria de confecções na região serrana, a partir dos posicionamentos que você tem defendido”*.

Se foi uma brincadeira, foi uma brincadeira de muito mau gosto; se foi de verdade, eu queria dizer ao Governador que esse tipo de intimidação em nada mudará a nossa postura no plenário da Câmara dos Deputados e a nossa atuação no exercício da atividade parlamentar.

Eu já sabia que outros aliados do Governador tinham aptidão para esse tipo de tentativa de intimidação. Eu sabia que esse era um instrumento utilizado, por exemplo, pelo seu aliado Eduardo Cunha, pelo seu aliado Sérgio Cabral. Não sabia que era um instrumento utilizado por ele.

Ele já prejudicou, e muito, a região serrana. Quero lembrá-lo, inclusive, que num conjunto de denúncias que há neste exato momento sobre casas construídas na região serrana, uma das denúncias é exatamente de desvios. Sessenta e oito milhões de reais foram devolvidos ao Ministério da Educação, porque os investimentos que tinham que ser realizados com esses recursos, infelizmente, não foram feitos. Eles não queriam que os recursos fossem administrados pela



Secretaria Estadual de Educação, mas pela Secretaria de Obras do Estado. O Governador tem que dizer por que esse recurso há muitos anos foi devolvido, única e exclusivamente, por essa motivação.

Não venha com historinha, com tentativa de intimidação. Repito: se foi brincadeira, foi brincadeira de mau gosto; se foi de verdade, não imagine que esse tipo de intimidação vai fazer com que recuemos nas nossas posições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Caetano.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Liderança do Governo está apelando para que os Deputados do PMDB, do PSDB, do DEM, ou seja, os Deputados da base do Governo, deste Governo que está com apenas 5% de apoio popular, no fundo do poço, venham aqui, à tarde, para votar.

O que ela quer votar aqui? Quer votar a urgência para a reforma trabalhista. Ou seja, a Liderança do Governo está chamando os Deputados da base do Governo para uma cilada, para uma armadilha, chamada no Nordeste de boca de porco. Estão chamando para a onda da boca do porco. Não caiam nessa! Não venham aqui votar em reforma trabalhista e em reforma da previdência que são contra a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, ainda há Deputado do próprio Governo que chega aqui para dizer que foi uma vitória o que aconteceu ontem à noite, aqui, com relação ao projeto sobre a dívida dos Estados, quando todo o mundo sabe que não houve



vitória nenhuma aqui. O que houve foi uma derrota dos funcionários públicos, especialmente os do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Foi aprovada uma coisa que não resolve, que não ajuda em nada. Muito pelo contrário, ela premia as gestões que tratam de forma desorganizada a administração pública, que não fazem planejamento, que não fazem aplicação correta dos recursos públicos.

Portanto, fiquei com minha consciência tranquila por ter votado contra aquela imoralidade que foi votada aqui ontem.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os Deputados do meu Estado, sobretudo aqueles da base do Governador Rui Costa, precisam ouvir o que ele acaba de declarar. O Governador disse que o sistema previdenciário baiano está com um débito bilionário e acrescentou: *“A alíquota atual do servidor é de 12%. O déficit da Previdência pública do Estado, em 2017, deve estar na ordem de R\$ 3 bilhões. No ano passado, foi de R\$ 2,7 bilhões”*.

Ainda de acordo com o Governador da Bahia, o Estado não tem como absorver o ritmo de aposentadorias na velocidade em que estão ocorrendo. Segundo ele: *“Apenas nestes dois anos do meu Governo, 11 mil pessoas se aposentaram. É um ritmo muito intenso, e não temos condição de mantê-lo, porque nem a economia nem a arrecadação crescem na mesma proporção. Por isso, não temos como responder ao pagamento de aposentados com esse volume”*.



São palavras do Governador Rui Costa. Recomendo aos Deputados baianos que ouçam o seu Governador e ajudem o seu Estado, que é o meu Estado também.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido um pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sinto certo orgulho em ser brasileiro. Acredito na ciência como instrumento da produção de um futuro de justiça e, com muita honra, queria pedir registro nos Anais da Casa de artigo publicado hoje no jornal *Folha de S.Paulo*, assinado pelo jornalista Marco Aurélio Canônico, que usa uma metáfora importante para mostrar o valor do Instituto Evandro Chagas, instalado há décadas no meu Estado. Ele diz que, se o Brasil fosse um computador, o Instituto Evandro Chagas seria o principal sistema de alarme antivírus.

Trabalhando com as epidemias provocadas por arbovírus — dengue, zika, *chikungunya*, febre amarela — atualmente, em convênio com a Universidade do Texas, nos Estados Unidos, o Instituto Evandro Chagas acaba de descobrir a vacina contra a zika.

Todos nós sabemos o sofrimento das pessoas que tiveram zika, das mulheres grávidas, dos problemas advindos disso. A vacina está descoberta e sendo testada em macacos pelo Instituto Evandro Chagas, no Pará.

Portanto, esse instituto realmente tem servido à produção do saber científico e técnico, em favor da saúde da humanidade. O Instituto é dirigido hoje pelo Dr. Pedro Vasconcelos, com pós-doutorado, respeitadíssimo, e conta com uma equipe



de 512 cientistas. É a honra do Pará, do Brasil. Inclusive, hoje o Instituto Evandro Chagas treina os funcionários técnicos da FIOCRUZ e do Adolfo Lutz, mostrando a sua importância no cenário nacional e internacional.

Parabéns, Instituto Evandro Chagas!

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Surtos sucessivos fazem de instituto no Pará o “alarme antivírus” do país

Se o Brasil fosse um computador, o Instituto Evandro Chagas, do Pará, seria seu principal sistema de alarme contra os ataques de vírus.

Com surtos sucessivos no país desde 2013 — de dengue, zika, chikungunya e, mais recentemente, febre amarela —, o IEC vem tendo papel central não apenas no alerta, mas no estudo destes arbovírus (transmitidos por artrópodes, como mosquitos).

É ele, por exemplo, o responsável por desenvolver uma vacina contra o zika, em parceria com a Universidade do Texas. O centro paraense acabou de concluir a fase de estudos em macacos e chegou a uma opção que será testada em humanos. Situado em Ananindeua, região metropolitana de Belém, o instituto completou 80 anos em novembro e passa por sua fase mais produtiva.

Sua seção de patologia, que recebia cerca de 400 amostras para diagnóstico por ano, recebeu 625 em 2015 e 926 no ano passado.

“Terminamos 2016 ainda com zika acontecendo e com a chegada de amostras de primatas e humanos mortos por febre amarela. Já temos quase 300 casos para diagnóstico só neste ano. Se isso se mantiver, vamos passar de mil”, diz Arnaldo Martins Filho, 40, chefe da seção de patologia do IEC.

Além da demanda por exames, aumentou também a de treinamento — o instituto ensina técnicas de diagnóstico para pesquisadores de diversos laboratórios, como os da Fiocruz, do Rio, e do Adolfo Lutz, de São Paulo. O orçamento do IEC acompanhou a alta: em 2014, estava em torno de R\$ 40 milhões anuais; em 2016,



foi de R\$ 60 milhões. Neste ano, o instituto pediu R\$ 100 milhões, mas recebeu R\$ 70 milhões.

“A gente não vive só do orçamento do ministério, obtemos financiamento na Capes, no CNPq, no Finep. No ano passado, conseguimos mais de R\$ 25 milhões para gastar em projetos pelos próximos três anos”, diz o virologista Pedro Vasconcelos, 59, diretor do instituto desde 2014.

Boa parte desse impulso financeiro se deveu à crise do zika e sua associação com a microcefalia em bebês, conexão que foi demonstrada pioneiramente pelo IEC. O vírus da dengue, no entanto, continua sendo o mais problemático em termos de saúde pública, com seus quase 2 milhões de casos no ano passado. Vasconcelos também destaca a crescente disseminação do chikungunya.

“Em 2015, foram notificados cerca de 8.000 casos em todo o país. Em 2016, já eram quase 300 mil casos. Tivemos quase 200 mortes por causa do chikungunya no ano passado, algo inédito no mundo. E ainda não entendemos direito o porquê disso. Na África e na Ásia ele não causou essa quantidade de mortes.”

Raio-x do Instituto Evandro Chagas

Fundação: 10.nov.1936

Orçamento em 2017: R\$ 70 milhões

Funcionários: 793 (281 deles terceirizados)

Pesquisadores: 134

Laboratórios: 50

Histórico

1954 - É criado o laboratório de virologia, com apoio da Fundação Rockefeller (EUA)

1983 - Organização Mundial de Saúde (OMS) credencia o instituto como laboratório de referência internacional

1988 - IEC torna-se referência nacional para estudo e pesquisa de doenças tropicais

2015 - Em novembro, é o primeiro laboratório a demonstrar conexão entre o vírus da zika e a microcefalia

Fonte: IEC

Investigação



Antes de entender o porquê de uma epidemia, algo que envolve diversos órgãos públicos nos Estados afetados, é preciso identificar o que a está causando.

No IEC, o processo que leva ao diagnóstico é como um trabalho de investigação, mobilizando diversas equipes — o instituto tem oito seções científicas e também sedia os maiores laboratórios de biossegurança nível 3 (a escala vai até 4) da América Latina. No caso dos vírus que vêm causando surtos no país, destacam-se as seções de patologia e a de arboviroses.

A primeira recebe espécimes mortos e realiza exames de histopatologia (em que se observa o tecido e suas características) e de imunohistoquímica (que detecta a presença de antígenos virais, permitindo saber qual vírus contaminou o paciente).

No departamento de arbovírus, são feitos exames virológicos e sorológicos: tenta-se não apenas identificar o vírus no sangue dos pacientes, mas isolá-lo e cultivá-lo. Com isso, é possível estudar seu mecanismo de ação e produzir anticorpos e vacinas. Um dos orgulhos do instituto é ter isolado mais de 200 vírus diferentes.

“A gente se especializou, e devemos isso à forma como a pesquisa em vírus foi estabelecida aqui, a partir de um grupo de pesquisadores americanos com grande expertise”, diz Vasconcelos. O diretor refere-se aos cientistas trazidos em 1954 com apoio da Fundação Rockefeller, a partir de um acordo de cooperação entre os governos de Brasil e Estados Unidos.

Os americanos mantiveram todas as atividades do laboratório até 1970, e treinaram as gerações de pesquisadores brasileiros que tocaram o trabalho dali em diante.

Seção ambiental se destaca

Se os laboratórios que tratam dos vírus são o carro-chefe do IEC, um outro departamento vem ganhando destaque graças às preocupações com o desenvolvimento sustentável: o de meio ambiente.

Criado em 1992 a partir de um programa de estudos voltado às populações expostas ao mercúrio na Amazônia, em 2011 ele se tornou o centro de referência do Ministério da Saúde para a vigilância da qualidade da água do país. Também o é para o diagnóstico de metais em amostras biológicas e ambientais.



Com isso, tornou-se o laboratório preferencial para casos em que o Ministério Público Federal (MPF) ou os estaduais precisam de laudos técnicos para avaliação de impactos ambientais, como no rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG).

“O foco é a saúde pública. Como há pouquíssimos laboratórios com essa capacidade, a demanda é incrível, uma pressão muito grande de promotores e juízes para analisarmos amostras”, diz Pedro Vasconcelos, diretor do IEC.

Exemplo da parceria entre cientistas e procuradores aconteceu no caso de uma mina de bauxita na região do rio Trombetas, no Pará. “Fomos lá porque uma comunidade quilombola reclamou com o MPF que a coloração da água estava mudando, e eles tinham razão”, diz Marcelo Lima, pesquisador do IEC.

“O aumento da produção de forma descontrolada está gerando mais resíduos, chega uma hora que eles perdem o controle. Não posso afirmar que já está gerando um impacto, mas tem problema. Os moradores estão vendo mudanças em seu ambiente e estão preocupados.”

Estudos do departamento também embasaram ação civil pública movida em outubro pelo MPF contra indústrias do distrito industrial de Barcarena, a 40 km de Belém. As empresas estariam contaminando a água potável da região com metais pesados.

Cientes de que laudos que afetam negócios milionários costumam ser contestados judicialmente, os pesquisadores enfatizam a qualidade dos cinco laboratórios do departamento, cujo ambiente precisa ser incólume à contaminação externa que possa afetar as amostras.

“É preciso tecnologia e gente especializada para enfrentar uma discussão dessas. E hoje nós conseguimos dar respostas mais rápidas, o que é um dos grandes motes do meio ambiente”, diz Lima.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero dar um breve informe de que a Comissão Permanente de



Educação reuniu-se hoje e aprovou requerimento de nossa autoria, propondo a criação de uma Subcomissão Especial para que nós possamos fazer o monitoramento e o acompanhamento do Fundo de Financiamento Estudantil — FIES.

O FIES é um importante programa criado pelo Governo Federal e que tem democratizado e expandido o acesso ao ensino superior brasileiro. Hoje nós temos quase 8 milhões de brasileiros frequentando o ensino superior. Desses, 2,3 milhões têm contratos firmados por meio do FIES.

Além disso, o FIES é um importante programa de inclusão social, porque, dos mais de 2 milhões de estudantes, 51% são negros ou pardos, 83% vêm de escolas públicas, mais de 13.900 são pessoas com deficiência, então é muito importante que esse programa seja preservado.

Agradeço aos membros da Comissão Permanente de Educação a aprovação da proposta de criação dessa Subcomissão, que vai ser muito importante para que monitoremos a eficácia e a efetividade o programa, a fim de garantir a continuidade dessa importante política de acesso à educação superior no Brasil.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente o Governo Federal anunciou uma redução do teto de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil — FIES de R\$ 7 mil, no último processo seletivo, para R\$ 5 mil por mês, afetando diretamente cursos estratégicos para o programa, como Medicina, por exemplo.



Além disso, o Ministério da Educação tem sinalizado que pretende alterar as atuais regras do programa, no sentido de estabelecer restrições para o acesso ao benefício para um suposto combate à inadimplência.

Diante do iminente risco de desfiguração do programa, gostaria de trazer alguns elementos para nossa discussão, a fim de evitar que o FIES seja desmontado à revelia do Congresso Nacional.

Inicialmente gostaria de destacar que o FIES tem sido extremamente importante para expansão e democratização do acesso das matrículas no ensino superior brasileiro. Para se ter ideia, em 2004 o Brasil contava com 4,6 milhões de matrículas no ensino superior; em 2009, passou a contar com 5,9 milhões; em 2010, novas regras do FIES passaram a vigor, e hoje contamos com aproximadamente 8,2 milhões de matrículas. Dessas matrículas, 6,1 milhões são em instituições privadas, sendo que 2,3 milhões são contratos firmados por meio do FIES, o que representa aproximadamente 38% das matrículas da rede privada.

Sem sombra de dúvidas, o FIES se consolidou como uma das mais importantes políticas de democratização do acesso à educação no Brasil. Os dados são expressivos. Dos 2,3 milhões de estudantes, 51% são negros ou pardos, 83,3% são oriundos da escola pública e 13.924 são pessoas com deficiência.

Esses resultados expressivos só se tornaram possíveis em virtude das mudanças feitas nas regras do programa em 2010, quando a taxa de juros foi reduzida radicalmente, as exigências de fiador foram flexibilizadas, a carência foi ampliada para 18 meses após o término do curso e o prazo para amortização passou a ser de 3 vezes o período do financiamento, acrescido de 12 meses para o pagamento.



A mudança de paradigma do FIES a partir de 2010 permitiu que o programa superasse a lógica de um mero financiamento bancário para se transformar em uma efetiva política de inclusão.

Digo isso porque o Ministério da Educação tem tentado responsabilizar as atuais regras do FIES pela inadimplência, o que não condiz com a verdade. As alegações são na verdade um pretexto para justificar novas restrições no acesso ao financiamento.

O novo FIES começou em 2010, realizando ao longo do ano 76,2 mil contratos. Se considerarmos que a grande maioria dos cursos financiados demoram pelo menos 4 anos para sua conclusão, e a carência do FIES é de 1,5 ano, significa que somente no 2º semestre de 2015 os primeiros contratos entraram em fase de pagamento. Ainda devemos considerar que existem diversos cursos financiados pelo programa com duração superior a 5 anos, como nos casos dos cursos de Medicina e Engenharias, dentre outros.

A taxa de 53% de inadimplência, alegada pelo MEC, refere-se somente aos 526,2 mil contratos em fase de pagamento. Ou seja, são 278,8 mil inadimplentes, o que representa aproximadamente 12% dos 2,3 milhões de estudantes do FIES.

Segundo levantamento feito pela Controladoria-Geral da União — CGU e pelo Tribunal de Contas da União — TCU, a inadimplência do FIES em 2014 era de 47%; em 2015, atingiu a marca de 49%. Essa informação torna evidente que o grosso dessa inadimplência se refere aos contratos antigos. Portanto não carregam nenhuma relação com as novas regras definidas a partir de 2010.

O FIES incluiu 2,3 milhões de estudantes a um custo relativamente baixo e não deve ser analisado a partir de uma lógica meramente bancária. Justamente por



se tratar de uma política pública de educação, a gestão foi transferida da Caixa Econômica para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE. Nesse sentido, inclusive, o FIES passou a prever o pagamento do financiamento através da prestação de serviço de estudantes de Licenciatura e Medicina que atuarem na rede pública.

A Câmara dos Deputados não pode se furtar a acompanhar de perto o que está sendo pensado pelo Governo para essa importante política pública. Não podemos permitir que o FIES seja descaracterizado, retornando à lógica meramente bancária e abandonando seu caráter inclusivo.

Ministro Mendonça, estamos atentos e seguiremos vigilantes sobre qualquer mudança no programa. Não permitiremos o desmonte do FIES!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 20;

NÃO: 250;

ABSTENÇÃO: 1;

REJEITADO O REQUERIMENTO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaque de bancada do PCdoB,
Destaque nº 9:

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do inciso I, c/c o § 2º, do art. 161 do Regimento Interno, destaque para votação em separado do Art. 2º apresentado ao substitutivo do PLP 343/17.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 2017.

Deputado Daniel Almeida

Líder do PCdoB



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra à Deputada Jô Moraes. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal. *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PP vota “sim” para manter o texto, mantendo a coerência do que foi votado ontem, e orienta para toda a base do Governo “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “sim” ao texto, “não” ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL, Sr. Presidente, quer tratar desse destaque porque é exatamente o ponto que traz as contrapartidas draconianas. Se quisermos melhorar esse texto para garantir negociação sim, mas contrapartida draconiana não, nós temos que votar a favor do destaque. Consequentemente, a orientação é “não”.

Eu quero repetir aqui aquilo que já tive a oportunidade de dizer. Srs. Parlamentares do Rio de Janeiro, por exemplo, é justo que os servidores públicos do Rio, que não estão nem recebendo salário, tenham uma ampliação daquilo que eles vão ter que pagar, como a contribuição previdenciária de 14%? Aproveitam-se da crise para retirar direitos e garantias daqueles que não criaram essa crise. Não, isso não é justo!

Por esse motivo, o PSOL vota “não” e está em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT quer honrar a posição desta Casa. Esta Casa já deliberou acerca da renegociação das dívidas e já disse que não deveria haver contrapartidas, até porque o que nós estamos analisando hoje não é uma renegociação. É preciso ficar claro isso. Nós estamos discutindo aqui um processo de suspensão do pagamento por 3 anos, o que custará caro para os servidores. Os servidores aumentarão a sua contribuição na Previdência, os servidores não terão reajuste ou alinhamento salarial, não haverá concurso público.

Há uma obrigatoriedade para que se venda o patrimônio desses Estados, patrimônio que será vendido sem a análise das condições para que tenhamos uma boa venda. Mas os recursos adquiridos serão para pagar essa dívida.

O PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar a orientação para o voto “sim” do Democratas.

Quero dizer que esse é um destaque importante. Se não for aprovado, significa o fim do projeto. Precisa de 257 votos “sim” no painel. Portanto, é importante que o Governo e os partidos que estão interessados em pagar os salários dos funcionários do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais votem “sim”.

E é necessário que esta votação se estenda, Sr. Presidente, porque o meu Estado da Bahia está na porta, para também buscar o apoio desta lei. Portanto, é



importante votar “sim”. É importante que se venha ao plenário e que tenhamos tempo para votar, na medida em que está na hora do almoço.

O Democratas votará “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB indica o voto “sim”, ao mesmo tempo em que convoca todos os seus Parlamentares para estarem presentes e votarmos ainda neste momento, para que possamos continuar a pauta do dia.

A SRA. JÔ MORAES - Sr. Presidente, o PCdoB...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pelo PDT, Sr. Presidente, eu quero dizer que este destaque retira exatamente as contrapartidas, que são as brigas que nós estabelecemos aqui por conta da negociação da dívida dos Estados.

A negociação está aprovada nos moldes apresentados pelo Governo. E nós queremos agora aperfeiçoar, retirando os destaques, retirando exatamente as contrapartidas que dizem respeito à não permissão de contratação de servidores — nós queremos que possam ser contratados —, à não permissão de reajuste para os servidores — nós queremos que possam receber reajustes. Nós queremos excluir a venda de ativos; no caso do Rio Grande do Sul, da CEEE, da CORSAN e da CRT. Nós queremos que possa haver as concessões e benefícios fiscais, senão o Rio Grande do Sul vai perder as suas empresas na concorrência desleal com outros Estados.

Por isso, Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

O SR. FABIO REIS (PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Fabio Reis votou, na votação anterior, com o seu partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?



A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é preciso que tenhamos o sentido maior desta proposta. Nós vivemos numa federação, numa república federativa, cujo pilar é a construção, é a constituição dos entes federados. Nós estamos aqui encaminhando um projeto que lamentavelmente foi aprovado na noite de ontem e que impõe aos Estados pressupostos absolutamente inaceitáveis. Minas Gerais, por exemplo, para privatizar qualquer de suas estatais, tem que recorrer, por definição legal, a um plebiscito.

Então, não existe possibilidade de nós aceitarmos que os Estados criem para os seus servidores alíquotas ainda maiores do que a que eles já sofrem.

Por isso, o PCdoB encaminha “não” e entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB encaminha “sim” pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC, Sr. Presidente, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós já aprovamos o espírito principal deste projeto, que é o texto que obriga os Estados a fazerem ajustes por conta dos desmandos da posição predatória que exerceram no passado e que gerou esta crise que preocupa a todos. Cito, por exemplo, uma das coisas que não poderá ser feita. O inciso IV diz que será obrigatória a *“redução dos incentivos ou dos benefícios de natureza tributária dos quais decorram renúncias de receitas (...)”*. Na semana passada, aqui foi denunciado



que o Governador do Rio de Janeiro encaminhou projeto à Assembleia Legislativa renunciando em favor da AMBEV. Isso não vai poder ser feito.

Então, acho que estas são medidas saneadoras. Por outro lado, os Estados não são obrigados a isso. Vão ter que obter aprovação inclusive das Assembleias Legislativas. Terão soberania para decidir sobre isso. E nós não podemos querer aqui ser mais realistas que o rei.

Portanto, o PPS encaminha o voto “sim”.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do PMDB, convocamos todos os Deputados do partido a virem ao plenário. Estamos votando matéria importante, com quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta o voto “não”.

Entendemos que é fundamental que sejam retiradas essas contrapartidas, que são extremamente draconianas para com os Estados. Quem votar a favor da manutenção do texto vai votar a favor de que seja arrojado o salário dos servidores, que não haja reajuste do salário dos servidores. Isso vai impossibilitar que os Estados façam financiamentos para investimentos em infraestrutura, apenas para ajuste fiscal. Conseqüentemente, o desenvolvimento dos Estados vai ficar prejudicado.

Vai permitir que empresas estatais lucrativas — como, no caso do Rio Grande do Sul, a SULGÁS e o BANRISUL — possam ser privatizadas. Além destas, cito a CORSAN e a CEEE — Companhia de Energia Elétrica. Há empresas estatais



lucrativas, que ajudam no aspecto fiscal do Estado, já que parte do lucro dessas empresas vai para os cofres públicos e melhora a receita dos Estados.

Além do mais, essa proposta de renegociação das dívidas dos Estados vai aumentar o endividamento. É um absurdo que os atuais Governadores, para conseguir uma pequena folga no exercício de seus mandatos, ampliem o endividamento de seus Estados, liquidem com ativos públicos, arrochem os salários dos servidores e dificultem a prestação de serviços públicos.

A Minoria orienta o voto “não”.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Lincoln Portela, na votação passada, votou “sim”.

O SR. BILAC PINTO (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim” e convoca os seus Parlamentares para virem ao plenário para cumprir com a votação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje estamos vivenciando aqui em Brasília uma das mais profundas greves dos trabalhadores em vigilância. Temos praticamente 100% dos vigilantes e das vigilantes paralisados no dia de hoje.

E por que eles estão em greve? Eles estão em greve contra o trabalho intermitente, esse trabalho intermitente que está na reforma trabalhista. Essa reforma trabalhista serviu como um ímã para atrair todos os projetos que negam direitos aos trabalhadores e trabalhadoras.

Os vigilantes estão em greve, neste momento, contra o horista, aquele que é contratado por 1 hora, por 2 horas, por 3 horas, que acabam, ao final do mês, recebendo menos do que 600 reais, menos do que o salário mínimo.



Portanto, o trabalho intermitente elimina o salário mínimo, que é conquista do povo brasileiro. O trabalho intermitente tira o poder do trabalhador sobre o seu próprio tempo.

Por isso, manifestamos a nossa solidariedade à greve dos trabalhadores vigilantes e a nossa convicção de que nós temos de dizer não a essa reforma trabalhista. Temos de dizer não a uma reforma trabalhista que retira da mulher lactante e da mulher gestante o direito de não trabalhar em um local insalubre; que faz com que ações que não caminharam na Justiça por 2 anos sejam arquivadas; que possibilita negociações individuais para trabalhadores que percebam até 10.000 reais; que quebra sindicatos para enfraquecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras e possibilitar que o negociado rasgue definitivamente o legislado em uma série de cláusulas.

Portanto, em nome das mulheres nova-iorquinas que foram assassinadas e deram origem ao 8 de Março e em nome dos trabalhadores que deram origem ao 1º de Maio, nós dizemos não a essa reforma trabalhista!

O SR. SABINO CASTELO BRANCO (PTB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB orienta a bancada ao voto “sim”.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o trabalho intermitente é um dos principais instrumentos que a reforma traz para combater a informalidade no nosso País.



No Brasil, existe uma informalidade tremenda entre vários trabalhadores que, por estarem nessa informalidade, não têm direito a FGTS, não têm direito a férias, não têm direito a 13º. A informalidade, sim, retira direito do trabalhador.

Então, é preciso ter um pouco mais de responsabilidade nesse debate, é preciso olhar para o Brasil real, o que está acontecendo no dia a dia do nosso País. É preciso analisar quantos empregos nós deixamos de gerar por não modernizarmos as maneiras de contratação no nosso Direito Trabalhista. É um Brasil que já tem mais de 13 milhões de desempregados e não pode ficar preso nesse discurso fácil do passado populista, que só faz travar o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente, nosso partido vota “sim”.

Gostaria de pedir a V.Exa. o encaminhamento de dois pronunciamentos. Primeiro, para saudar os índios do Brasil, neste dia 19 de abril, e pedir ao Governo que dê uma olhada na FUNAI, que está muito ruim.

Quero encaminhar também, Sr. Presidente, pronunciamento que fazemos aqui sobre os 11 anos do *blog* de Magno Martins, que deixou de ser de Pernambuco e passou a ser do Brasil e do mundo, como também um grande programa, veiculado em mais de 40 emissoras de rádio, em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e em vários Estados, que tem levado notícias do Brasil e ajudado no desenvolvimento do País.

Peço a V.Exa. que dê divulgação a esses dois pronunciamentos, parabenizando os índios brasileiros, através de fulni-ô, truká e de mais nove tribos em Pernambuco, e o *blog* de Magno Martins.

Obrigado, Presidente!



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje celebra-se o Dia do Índio em nosso País. Esta importante data serve para lembrar e reforçar a identidade do povo indígena brasileiro e americano na história e cultura atual.

Antes da chegada dos primeiros europeus em terras americanas, todos os países que formam este continente eram amplamente povoados por grandes nações indígenas. Infelizmente, a ganância e a crueldade humana fizeram com que muitas tribos fossem totalmente dizimadas, e grande parte da cultura indígena foi esquecida.

Na tentativa de preservar as tradições e a identidade dos indígenas, o Dia do Índio surgiu para não deixar as novas gerações esquecerem as verdadeiras raízes que formam o povo brasileiro.

O dia 19 de abril foi escolhido como data para se comemorar a cultura indígena em homenagem ao 1º Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreu em 19 de abril de 1940. O objetivo deste congresso era de reunir os líderes indígenas das diferentes regiões do continente americano e zelar pelos seus direitos.

No Brasil, Sr. Presidente, esta data foi oficializada através do Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943, com assinatura do então Presidente Getúlio Vargas.

Em nível internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) também criou o Dia Internacional dos Povos Indígenas (9 de agosto) para conscientizar os Governos e população mundial sobre a importância de preservar e reconhecer os direitos dos indígenas.



No entanto, Sr. Presidente, o que vemos no dia de hoje é um total desrespeito aos índios e a tudo que eles representam. A FUNAI hoje só opera com 36% do seu quadro funcional, em razão dos sucessivos cortes orçamentários.

Segundo a própria FUNAI, o quadro de funcionários permanentes caiu de 2.396, em 2010, para 2.238, em 2014. O número de antropólogos na equipe baseada em Brasília baixou de seis para dois. O grupo dedicado à delimitação e demarcação de terras foi reduzido de 21 para 16 funcionários fixos.

O orçamento da autarquia de 2016 (R\$ 653 milhões) diminuiu 23% em relação a 2015, o que equivale a uma redução de R\$ 150 milhões. Esse foi o maior corte anual desde 2006, segundo o jornal *Folha de S.Paulo*. Ex-dirigentes da entidade afirmam que esses cortes têm prejudicado muito as ações de fiscalização dos territórios indígenas, que hoje somam mais de 110 milhões de hectares, 13% do território nacional.

Como a FUNAI não tem fiscalizado as terras, os próprios índios vêm se mobilizando para cumprir esse papel. Os guajajaras criaram em 2008 um grupo de proteção para defender seu território de madeireiros e garimpeiros. Só no primeiro semestre do ano passado, quatro guajajaras foram assassinados em apenas um mês devido a conflitos com os invasores.

O esvaziamento da FUNAI ocorre justamente em meio a um conflito crônico entre os índios e fazendeiros. Estes últimos têm pressionado o Congresso a aprovar medidas dificultando a demarcação de terras indígenas. No ano passado, uma comissão especial da Câmara aprovou a proposta de emenda à Constituição que transfere do Executivo para o Congresso o poder de demarcar terras indígenas, o que na prática dificultaria novas demarcações, devido à força da bancada ruralista.



De acordo com a autarquia, aproximadamente 30% das terras indígenas ainda não foram demarcadas no País.

Em Pernambuco, minha terra, a situação é extremamente precária. Dentro dos limites do Estado existem dez povos Indígenas, distribuídos entre os Municípios de Águas Belas, Pesqueira, Buíque, Cabrobó, Inajá, Petrolândia, Jatobá, Tacaratu, Floresta e Carnaubeira da Penha, cuja população soma um total de aproximadamente 25.720 índios.

Apesar do contato de mais de cinco séculos com sociedades não indígenas, esses índios ainda conservam traços marcantes de sua cultura e manifestação religiosa de origem que os diferenciam sobremaneira da sociedade dos demais povos indígenas do Estado de Pernambuco, que são os fulni-ô, pankararu, xukuru, atikum, kapinawá, tuxá, pipipã, pankará, truká.

O Estado de Pernambuco, hoje, é considerado o 4º maior Estado em população indígena do País, só perdendo para a Amazonas, Mato Grosso e Pará. A maioria dos grupos indígenas de Pernambuco tem o mesmo ritmo, só havendo algumas mudanças nas melodias, que emitem palavras de suas línguas.

Para lembrar a passagem do Dia do Índio e ao mesmo tempo protestar contra o desmonte do serviço público, o Sindicato dos Servidores Públicos de Pernambuco — SINDSEP-PE realizou, nesta quarta-feira, 19 de abril, a partir das 10 horas, um ato político cultural com café da manhã em frente à sede da FUNAI, na avenida João de Barros, em Recife.

Lideranças indígenas já estiveram no protesto e todos os cidadãos, independente da etnia. O ato contou também com uma assembleia extraordinária



para discutir as reformas do Governo Temer e deliberar sobre a participação dos servidores do órgão na greve geral de 28 de abril.

Além de enfraquecer a FUNAI, o Governo Temer já determinou a criação de grupos de trabalho para alterar as demarcações de terras indígenas. A assembleia na FUNAI faz parte de uma série de assembleias que o SINDSEP-PE está realizando desde a última segunda nos órgãos para falar sobre as reformas propostas pelo Governo Temer e deliberar sobre adesão à greve geral do dia 28 de abril.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 10 de abril, a Assembleia Legislativa de Pernambuco prestou uma homenagem aos 11 anos de fundação do Blog do Magno, com uma sessão solene, no plenário da Casa, iniciativa do Deputado Sílvio Costa Filho (PTB).

Nascido sob o signo do pioneirismo, em abril de 2006, no momento em que jornalismo eletrônico ainda engatinhava no Nordeste, o referido *blog* tem uma identidade inconfundível: a política. Nasceu para informar tudo em tempo real sobre os bastidores da política no plano nacional, regional e local.

Desde 1980 no batente, o jornalista Magno Martins, que passou 15 anos em Brasília, sua grande universidade, ainda vive hoje na ponte aérea Recife-Brasília para trazer aos seus leitores as notícias mais quentes e atualizadas em primeira mão.

Gostaria de aproveitar a ocasião, Sr. Presidente, para parabenizar o amigo Magno Martins pelo aniversário de seu *blog*, bem como registrar nos Anais desta



Casa o seu discurso de agradecimento realizado no plenário da Assembleia Legislativa de Pernambuco, por ocasião da sessão solene.

DISCURSO A QUE SE REFERE O ORADOR

Minhas senhoras, meus senhores deputados...

Venho de um tempo do jornalismo romântico, em que se faziam bons jornalistas com uma xícara de café, cigarros exalando fumaças de inspiração pelo ar e uma velha máquina de escrever. Esses ingredientes saudosos da velha guarda, de redações barulhentas e agitadas, davam uma cor especial à profissão.

O que nos movia era a paixão, a coragem, sentimentos ideológicos. O que nos movia também era a rebeldia, o desafio jogado aos nossos pés pela sociedade para expor as mazelas de um País injusto e desigual. Paixão, coragem e rebeldia. Quando falo de paixão lembro Gabriel Garcia Marques.

“Porque o jornalismo é uma paixão insaciável. Quem não viveu a palpitação sobrenatural da notícia, o orgasmo do furo, a demolição moral do fracasso, não pode sequer conceber o que são. Ninguém que não tenha nascido para isso e esteja disposto a viver só para isso poderia persistir numa profissão tão incompreensível e voraz, cuja obra termina depois de cada notícia, como se fora para sempre”.

Venho de uma escola em que o jornalismo é, antes de tudo e, sobretudo, a prática diária da inteligência e o exercício cotidiano do caráter. A notícia não tem hora, não manda recados, não cai nos braços. Tem que ser perseguida, porque não está nas redações refrigeradas, silenciosas e desarmonizadas de hoje.

Sou um andarilho à cata de notícias. Muitas vezes, reproduzo os sonhos em livros do homem da bota de sete léguas. O meu patrão é o leitor. Eu sou um operário da palavra e faço até literatura quando apaixonado por um fato que tem que chegar ao leitor de forma prazerosa. Quando alguém abraça com fervor o trabalho que ama, se emociona e vive intensamente muitas vezes não é compreendido.

Não foi por acaso que o revolucionário Che Guevara disse que ser jornalista e não ser louco é uma contradição genética. Deixai para os loucos o ofício da informação. O jornalismo um dia irá me matar, mas irá me manter vivo enquanto



estiver exercendo. Jornalismo, para mim, é um ofício que diverte o espírito e aguça meu discernimento intelectual.

Amo a minha vocação, que é escrever. Escrever, para mim, não é necessariamente um trabalho. Como tenho gosto em fazê-lo, vira uma distração prazerosa. Que me perdoem os jornalistas apressados e do improviso, mas escrever bem é fundamental. Escrever e ler são formas de fazer amor. O escritor não escreve com intenções didático – pedagógicas. Ele escreve para produzir prazer. Para fazer amor. Escrever e ler são formas de fazer amor.

Com palavras, o que faço é tentar pintar as minhas fantasias diante do assombro que é a vida. Quando recorro à minha veia poética, que vem do Pajeú das flores, onde se tem razão de cantar, como dizia Rogaciano Leite, uma das minhas preocupações é colocar palavras no lugar da dor. Não para que a dor termine, mas para que ela seja transfigurada pela beleza. Rubem Alves comparou o bom texto a uma boa melodia. “Todo o texto é uma partitura musical. As palavras são as notas. Se aquele que lê é um artista, se ele domina a técnica, se ele desliza sobre as palavras, se ele está possuído pelo texto – a beleza acontece. E o texto apossa-se do corpo de quem ouve”.

Meu jornalismo esclarece e não escurece. Meu trabalho é iluminar as tocas onde se escondem os hipócritas e os mentirosos. Pela notícia, vivo feito um cigano, mais tempo a dez mil pés num avião ou na estrada. Todas as minhas séries de reportagens me consumiram milhares de km, milhas e dores infernais no corpo.

Mas o cansaço, encarado como desestímulo para muitos, para mim é um combustível imprescindível. Eu me tornei um jornalista a chegar o mais perto possível do coração do leitor, porque escrevo com emoção e amor.

Aprendi com o tempo uma regra básica: ler, todo dia, algo que ninguém está lendo. Pensar, todo dia, algo que ninguém está pensando. Fazer, todo dia, algo que ninguém seria tolo o suficiente para fazer. É ruim para a mente sempre fazer parte da unanimidade.

Meus senhores, minhas senhoras...

Neste momento em que Assembleia Legislativa de Pernambuco homenageia o 11º aniversário de fundação do meu blog, pioneiro no Nordeste, por iniciativa deste jovem deputado Silvio Costa Filho, se traduz o sentimento do reconhecimento à



mídia digital. As mídias digitais possibilitaram a democratização da comunicação, mas não prepararam as pessoas para que soubessem usufruí-la.

Desse modo não é incomum nos depararmos com uma enxurrada de informações imprecisas, falsas ou mal-intencionadas.

Atualmente, qualquer pessoa que possua um aparelho móvel pode fazer um vídeo, fotografar e publicar via rede social qualquer acontecimento, seja ele relevante ou não. O furo de notícia é cada dia mais difícil para o jornalista. No entanto, é preciso entender que não se pode ter uma concepção tão simplista do Jornalismo. Não somos apenas pessoas curiosas que se utilizam das palavras e dos meios de comunicação para sobreviver.

O mundo está globalizado, as mudanças foram se sobrepondo dia após dia como uma imposição. A imposição da atualização em tempo real. O leitor está mais exigente e mais ansioso como nunca. Ele não espera mais os jornais para se informar no dia seguinte sabendo que tem a informação na palma da sua mão por um simples toque no seu celular.

Experimente visualizar um jornal de 1990 e um jornal atual. Você perceberá facilmente as diferenças. Jornais impressos costumam aprimorar seu leiaute, sua configuração e seu visual. Estão sempre renovando formatos de títulos, modos de publicar as fotografias, as fontes de títulos e textos. Esse processo é natural e decorrente de uma cultura cada vez mais visual, imposta pelos meios eletrônicos de comunicação, principalmente pela televisão e o cinema.

No jornalismo de televisão acontece a mesma coisa, cenários, formatos de apresentação das notícias, bancadas de apresentação, vinhetas, caracteres que aparecem no vídeo, formatos de tele reportagens, entre outros. No radio jornalismo os avanços são menos percebidos, mas não deixam de existir, seja na forma de locução, seja na inclusão de músicas entre as notícias, seja no ritmo de apresentação das notícias e no rádio web, a emissora de rádio na internet.

Nos últimos anos, esta revolução na informação acontece devido ao desenvolvimento dos telefones celulares, os chamados smartphones, que permitem que os usuários recebam notícias 24 horas por dia, em condições de visibilidade e leitura muito confortáveis. Os principais jornais em todo mundo desenvolvem aplicativos, programas para facilitar o acesso às notícias por meio dos celulares.



Está mais do que evidente: o futuro do jornalismo já chegou com o uso de tecnologias móveis para oferecer o serviço de notícias ao cidadão. O cibe jornalismo e o cibe jornalismo móvel se configuram e se consolidam como o “boom” do jornalismo para as próximas décadas. Não sabemos aonde esta revolução eletrônica chegará, mas venha o que vier, venha de onde vier, não podemos abrir mão de um princípio básico no jornalismo:

“É da própria natureza do jornalismo apontar o que esteja errado para que seja corrigido. Mostrar o que está ruim para que seja melhorado. Denunciar os que corrompem para que sejam punidos. Expor os que estão em dificuldades para que possam ser ajudados.”

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Sabino Castelo Branco.

O SR. SABINO CASTELO BRANCO (PTB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero informar e pedir providências porque, no meu Estado, nos primeiros 15 dias do mês de março, houve 50 assassinatos. A cada dia, aumenta mais a violência neste País. A cada dia, o crime organizado avança e está tomando conta dos nossos Estados.

No meu Estado, em 15 dias, 50 pessoas foram mortas. Peço, mais uma vez, ao Presidente, que sei que vai ter boa vontade, que possamos instalar uma CPI para investigar as facções criminosas neste País, para darmos um basta nisso, pois ninguém suporta mais a violência.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de mudar a orientação do Partido dos Trabalhadores de “não” para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Partido dos Trabalhadores está em obstrução.

A SRA. ERIKA KOKAY - E dizer, Sr. Presidente, que nós estamos obstruindo em nome dos direitos do povo brasileiro e dos servidores e servidoras que serão colocados em uma bandeja de prata e ofertados a uma lógica que destrói as políticas públicas.

Atacar servidor público é atacar as políticas públicas. Atacar as políticas públicas é fazer com que este País não faça o luto das casas grandes e senzalas.

Por isso, o PT obstrui nesta matéria e obstrui porque nós entendemos que esta Casa já deliberou e deliberou que haveria que ter uma renegociação. Nós não estamos discutindo a renegociação. É apenas uma moratória. Mas não haveria de haver contrapartidas contra servidores e servidoras.

O PT obstrui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Convoco todos os Deputados do PMDB, da base, a comparecerem ao plenário. É preciso 257 votos. A Oposição quer destruir a esperança dos cariocas, dos gaúchos, dos mineiros, dos funcionários públicos que estão sem receber seus



salários, dos doentes que estão chorando, porque os hospitais também estão sem receber recursos.

Nós teremos uma tarde inteira de votações e teremos que manter sempre, no mínimo, 257 votos. Não podemos concordar com essa campanha destruidora da esperança do povo dos referidos Estados e dos próximos Estados que estão na porta, perigosamente, da adesão à recuperação.

Portanto, é essencial que os Deputados venham e mantenham-se em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Nas últimas horas, nós conseguimos ver o Governo ser derrotado mais de uma vez neste plenário. Ele precisou retomar a votação sobre essa falsa renegociação, ao longo de mais de cinco sessões, justamente por não conseguir manter a maioria parlamentar, que estabeleceu este caos estruturado no País, chamado Michel Temer, no Governo da República.

Eu destaco esses aspectos porque aqui nós temos uma conexão muito direta com a população dos nossos Estados. No Rio Grande do Sul, em Minas ou no Rio de Janeiro, é muito importante que as pessoas saibam que a resistência que nós estamos fazendo é justamente para que não se retirem direitos básicos, fundamentais, dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Aliás, é importante, Sr. Presidente, para que a reforma da Previdência e a reforma trabalhista não sejam colocadas na pauta de votações sem que a população apoie nenhuma dessas medidas.



Pesquisas também indicaram o quanto a população brasileira se posiciona contra a precarização das relações de trabalho pela via das terceirizações. Pesquisas indicam que essa reforma trabalhista é extremamente danosa, e ela foi derrotada ontem neste plenário, quando foi aqui derrotado o regime de urgência que havia sido requerido.

Sr. Presidente, se nesta sessão ou em uma próxima sessão neste dia voltar à pauta um requerimento de urgência para recolocar a reforma trabalhista, nós vamos estar diante de algo absurdo.

Portanto, destaco que não podemos ter novo requerimento...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, em nome da clareza e da transparência, é preciso esclarecer o conteúdo desse destaque.

Questão um: o modelo de renegociação e repactuação da dívida não é compulsório; é opcional. O Governador entra no programa se quiser.

Em segundo lugar, se aprovado esse destaque que dispensa todas as contrapartidas e compromissos de ajuste, isso seria um prêmio à irresponsabilidade fiscal, porque, de um lado do balcão, está a sociedade e, do outro lado do balcão, está a sociedade também. É o contribuinte e o contribuinte. Não adianta refrescar a cobrança da dívida por 3 anos, se, depois de 3 anos, nenhum ajuste foi produzido e, portanto, a insustentabilidade da dívida continua, e o Governo Federal tem que se financiar no mercado. É o contribuinte brasileiro que paga essa conta.



Portanto, há que se ter responsabilidade com o futuro. O Brasil vive uma grave crise fiscal que afeta os três níveis de Governo.

O Governo Federal está dando a possibilidade de recuperação a Estados em situação gravíssima — que vão poder se desdobrar em situações dramáticas, como a do Rio de Janeiro, e, a caminho, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais e outros mais nesse círculo vicioso —, onde as condições vão se deteriorando. Se nós não aprovarmos esse projeto, isso pode contaminar o cenário nacional.

Nossa economia está dando sinais de recuperação, mas, se nós brincarmos com fogo, nós podemos empurrar o País para o abismo.

Portanto, um pouco de sensatez, bom senso e responsabilidade não faz mal a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB entra em obstrução. Minas Gerais tem um posicionamento de ser contrário a essa renegociação. Poderíamos fazer um encontro de contas com a Lei Kandir. Minas Gerais deixaria de ser um Estado com déficit com a União e passaria a ter o que receber.

Então, não é certo jogar tudo nas costas do povo mineiro, dos trabalhadores, proibindo novos concursos, prejudicando a entrada deles no mercado de trabalho. Proíbe-se o reajuste dos servidores e se aumenta a contribuição previdenciária.

Então, nós temos inclusive o compromisso público de não votar nenhum projeto que seja contra os servidores públicos, contra os aposentados ou que aumente impostos para as pessoas mais pobres.



Por isso, o posicionamento do PMB é totalmente contra a reforma da Previdência. Já votamos contra a terceirização, e o nosso posicionamento é o mesmo contra a reforma trabalhista, porque não vamos votar em nenhum projeto que retire o direito dos trabalhadores e das pessoas mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra a Deputada Luana Costa.

A SRA. LUANA COSTA (PSB-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero aqui registrar o meu voto de acordo com a orientação do partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada. Está feito o registro.

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Sandro Alex votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de convocar todos os Parlamentares para que viessem ao plenário. Há 453 Deputados nesta Casa. Esta Presidência não vai encerrar a votação enquanto não tiver o quórum dos 453 Deputados.

Os Deputados estão aqui para votar. Então convocamos todos os Deputados para que o façam. Se houver alguma Comissão funcionando neste momento, determino que se encerrem os trabalhos, para que os Deputados venham votar.

Deputado Caetano, V.Exa. pediu para fazer algum registro?

O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA (Bloco/PP-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Henrique Lustosa votou com o Partido Progressista na votação passada.



Aproveito para convocar os colegas do Partido Progressista para se fazerem presentes para votar nessa matéria tão importante.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não bastam as Comissões da Câmara. Há Comissões sobre medidas provisórias que estão reunidas agora também. Comissões sobre medidas provisórias também estão reunidas. V.Exa. tem que convocar os Deputados não só das Comissões da Câmara, mas das Comissões sobre medidas provisórias também, porque há vários Deputados lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Liderança do Governo?
(Pausa.)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança do Governo gostaria de reforçar o que V.Exa. já disse e chamar os Parlamentares da base para votar.

Esse destaque é importante, já que na verdade se contrapõe àquilo que nós aprovamos ontem no texto principal com uma votação expressiva nesta Casa. Então, é importante que nós estejamos no plenário.

Nós gostaríamos de convocar todos os Parlamentares — como V.Exa. disse, já estão na Casa mais de 450 — para que se façam presentes, a fim de que possamos acelerar as votações. Nós temos outros destaques que igualmente requerem quórum qualificado.

Nós precisamos avançar para terminar essa votação hoje e concluir também a votação da urgência da reforma trabalhista, Sr. Presidente.

Nós reforçamos esse pedido a todos os Parlamentares da nossa base.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Pedro Paulo.



O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Relator do substitutivo aprovado ontem, gostaria de fazer um apelo aos Deputados.

Esse destaque desfigura completamente o sentido do regime de recuperação fiscal. Tirar as contrapartidas é premiar justamente aqueles Estados que não fizeram seus ajustes e para os quais estamos, agora, abrindo a possibilidade de se recuperarem. O sinal é muito, muito ruim.

O Deputado Marcus Pestana trouxe uma questão fundamental: quem está pagando a conta, no final, é o contribuinte, porque, uma vez interrompidos esses pagamentos durante 3 anos, eles voltarão com juros e correção monetária, e quem vai pagar a conta vai ser o contribuinte de novo.

Por isso, a exigência das contrapartidas e das vedações é para que esse ajuste seja feito; para que eles possam recuperar sua saúde financeira e seguir a vida colocando o salário dos seus servidores em dia, regularizando o fornecimento de medicamentos nos hospitais, regularizando serviços de segurança pública.

Nós temos que sair desse discurso demagógico e parar de querer voltar atrás em algo que foi negociado entre todas as partes — Governo, Parlamento, Lideranças partidárias. Não tem cabimento montar o regime acordado sem conversar entre as partes, e é isso o que pretende esse destaque: desfigurar completamente o substitutivo que foi construído com o esforço de todos e aprovado na noite de ontem.

Por isso o meu apelo aos Deputados do PMDB para que venham votar; aos Deputados da base do Governo para que venham votar: para que nós possamos manter o texto aprovado ontem.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na votação nominal passada, a Deputada Janete Capiberibe votou “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Mário Negromonte Jr.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JR. (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Mário Negromonte Jr. votou conforme a orientação do partido na última votação.

Queria só deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro.

Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira. Mudança?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede muda para “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - “Obstrução” para a Rede.

Tem a palavra o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem estiver votando a favor desse destaque e for, como eu sou, representante do Nordeste — é bom que a população esteja nos acompanhando — deve compreender que votar a favor desse destaque é votar contra a nossa região.

Esse projeto tem o interesse específico de ajudar o Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio Grande do Sul, que enfrentam dificuldades, mas precisam fazer sacrifícios para receber recursos federais. O projeto não é obrigatório. Quem não quiser aderir a ele diga “não” e não faça a adesão. Agora, quem quiser pegar



recurso federal proveniente do pagador de imposto do Nordeste, do meu Estado de Pernambuco, tem que aceitar as contrapartidas, sim.

Eu não consigo entender como um Parlamentar do Nordeste vota neste Plenário para que ao Rio de Janeiro chegue, sem contrapartida, recurso federal que está fazendo falta na nossa Região, pobre, massacrada e sofrida ao longo dos tempos.

Então, o meu voto é em defesa do meu Estado. Quem votar a favor desse substitutivo, sendo da nossa Região, pelo que estou compreendendo, está esquecendo quem representa, está esquecendo sua Região e seu Estado.

Essa é uma questão de representação das Unidades da Federação. Eu entendo que os Parlamentares do Rio estejam fazendo um sacrifício porque sabem da situação do seu Estado, mas, como representantes do Nordeste, não podemos admitir a aprovação dessa emenda do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O Deputado Celso Maldaner votou com o PMDB na votação anterior.

Quero só justificar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Ademir Camilo. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Paulo Henrique Lustosa.

O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA (Bloco/PP-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer coro com o Deputado Daniel em seu argumento.



O Parlamentar que me antecedeu aqui na tribuna falou do esforço que o Governo do Estado do Ceará vem fazendo para ser hoje o Estado com melhor desempenho fiscal. Até agora, o Governo do Estado, além de promover investimentos, além de conseguir manter a folha em dia — tem pago salários —, fez sacrifícios, aumentou a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores estaduais, fez redução e controle de gastos para conseguir manter-se no superávit.

É injusto, na melhor das palavras, que os Estados que hoje se encontram na situação em que se encontram possam receber recursos e transferências da União sem qualquer contrapartida. Como é que nós, que fizemos o sacrifício e chegamos aonde chegamos, agora, sem pedir qualquer contrapartida, defendemos esse benefício?

Então, faço coro com o Deputado Daniel.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Jaime Martins.

O SR. JAIME MARTINS - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido pronunciamento que faço em homenagem...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB quer orientar a sua bancada a votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. pode esperar, Deputada?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Não. É para mudar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. pode esperar? O Deputado está falando!



A SRA. ALICE PORTUGAL - Eu já fiz. Peço que a Taquigrafia mude minha orientação para “não”.

O SR. JAIME MARTINS (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido pronunciamento que faço em favor da Santa Casa de Misericórdia de Santo Antônio do Monte, em Minas Gerais, que está comemorando hoje 71 anos de fundação.

Presto minhas homenagens a essa Santa Casa e peço que meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna fazer uma breve saudação à Santa Casa de Misericórdia, da cidade de Santo Antônio do Monte, em Minas Gerais, que completa hoje, 19 de abril de 2017, 71 anos de fundação.

A instituição, Sr. Presidente, é referência na região e, com o auxílio do meu mandato, agora vai integrar a Rede SAMU Centro-Oeste.

Nesses 71 anos de história, a Santa Casa sempre prestou importantes serviços na área de saúde. Eu que moro em Divinópolis, que fica bem perto, trabalho para sempre melhorar as condições do hospital e também os serviços públicos de saúde de todos os mineiros, sobretudo, da região centro-oeste do Estado.

Estendo também meus cumprimentos ao Dr. Gilberto Brasil de Souza, Diretor da entidade, que exerce um papel honroso e, com excelência administrativa e ousadia, enfrenta todos os entraves do Sistema Único de Saúde (SUS).



Portanto, Sr. Presidente, parablenizo a todos da equipe da Santa Casa de Misericórdia de Santo Antônio do Monte pela disposição e competência com que desempenham os seus papéis e saúdo toda a população desse importante Município do Estado de Minas Gerais, que já tem 141 anos.

Solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal. (*Pausa.*)

Já está resolvido?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Já.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Norma Ayub.

A SRA. NORMA AYUB (DEM-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Solicito seja dado como lido meu discurso sobre uma coisa muito triste e revoltante que aconteceu no meu Município hoje. Trata-se de algo que vem acontecendo sempre na área de saúde do Município de Itapemirim e de todo o Estado do Espírito Santo.

É revoltante ver uma filha pedir para socorrerem seu pai, sem ser atendida. Todos nós temos direito à vida, e não há necessidade de um Município rico como Itapemirim, no Estado de Espírito Santo, ver um homem sofrer no leito de um hospital, sem atendimento, até a morte.



Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Está feito o registro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faleceu hoje, no Município de Itapemirim, no Espírito Santo, o Sr. João Silva, 76 anos, que estava internado no Hospital Evangélico de Itapemirim esperando um leito de Unidade de Tratamento Intensivo.

Em razão do pedido de socorro da família, implorando pela vida do pai, tentei desde o dia 12 uma transferência junto à Secretaria Municipal e Estadual de Saúde.

Mesmo o Juiz de Direito de Itapemirim tendo deferido a tutela de urgência e determinado que fosse providenciada, no prazo de 24 horas, a internação em CTI ou UTI na rede pública ou privada de saúde, nada foi feito. O Sr. João morreu com o alvará do Juiz nas mãos.

Que descaso do Estado e do Município com esse cidadão e com aquilo que ele tinha de maior valor: a sua vida!

Num Município com tantos recursos — é um dos mais ricos do Estado —, isso jamais deveria acontecer.

Quando deixei a Prefeitura de Itapemirim, havia recursos para conclusão da UTI e compra de equipamentos, e até hoje o Hospital Evangélico não tem uma UTI e muito menos equipamentos apropriados. Isto é uma vergonha!

Durante todo o meu mandato como Prefeita, eu repassava mensalmente recurso indispensáveis à gestão do hospital.



O que aconteceu com a família do Sr. João pode acontecer com você!

Que tristeza deixar alguém ver um pai morrer, sentir-se impotente, por causa de sua omissão, Sr. Secretário! Esse nosso sentimento vai estar cravado em seu coração por toda a vida. É o sentimento dos capixabas.

Secretário de Saúde, não espere o próximo paciente ou um novo mandado judicial, que certamente não será cumprido pelo senhor. Destine os recursos necessários à saúde, que é o nosso maior tesouro e sua responsabilidade. Implante uma UTI já no hospital, pois as obras já estão prontas, faltando só os equipamentos.

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 19 de abril, comemora-se no Brasil o Dia do Índio.

É neste momento que eu gostaria de ter a reflexão desta Casa para a responsabilidade que nós temos de buscar uma política para o índio no Brasil — não para as ONGs, para a FUNAI, para aqueles que usam os indígenas como massa de manobra, mas para aqueles que querem realmente resolver o conflito indígena que existe no Brasil por causa de terras.

Temos cerca de 0,2% de indígenas na população brasileira, e 50% desses indígenas — isto é, em torno de 5 milhões de indígenas — moram na cidade. Nós precisamos trabalhar fortemente para que eles se integrem à sociedade brasileira, façam seu trabalho de cidadania, tenham saúde e educação.



Mas eles precisam respeitar um direito fundamental, o qual nós estamos trabalhando agora na Medida Provisória nº 759, de 2016, que é o direito de propriedade. V.Exa., inclusive, é o Presidente dessa Comissão. Com certeza, essa é uma das medidas provisórias mais importantes que tramita nesta Casa, pois vai regularizar a questão fundiária urbana e rural.

Constatou-se que 50% das propriedades urbanas apresentam irregularidades, estão na informalidade, não possuem o direito de receber o título definitivo. Assim também acontece na área rural: nós temos 900 mil famílias nos assentamentos, mas apenas 15% delas possuem o título definitivo. Nós precisamos resolver isso.

Então, é fundamental que respeitemos o marco regulatório, o marco temporal, que é 5 de outubro de 1988. Aqueles que estiverem na área são os legítimos proprietários da terra, como diz a Constituição brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas) - Tem a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi aprovado hoje na Comissão de Educação requerimento que cria a Subcomissão Permanente da Primeira Infância, espaço de atuação do Estado que sofre com o desprestígio histórico, salvo raríssimas exceções. E aqui



faço referência, com muito orgulho e admiração, ao trabalho de Glória Cunha Lima, que atuou ao longo de tantos anos nessa política pública.

Espero que na Comissão de Educação, espaço adequado para isso, na Subcomissão Permanente da Primeira Infância, possamos envolver os Parlamentares que lá estão para atuarem de maneira mais eficaz no começo da vida. É o começo da vida, é o momento mais decisivo do desenvolvimento humano. Precisamos reverter essa falta de amparo histórica que existe por parte do Estado.

O Sr. Izalci Lucas, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim. *(Pausa.)*

O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para indicar o voto “sim” da bancada do PRB.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós precisamos ter quórum bem folgado, de 450 Deputados, para que atinjamos os 257 votos necessários, por se tratar de um projeto de lei complementar. Portanto, há necessidade dos 257 votos “sim”. Com isso, vamos manter o texto do substitutivo, tão bem negociado pelo Deputado Pedro Paulo, a quem sempre parabenizamos pelo esforço que fez para que chegássemos à votação de ontem, com 301 votos.

O mais importante é não deixarmos que esse substitutivo seja retalhado. O importante é não aprovarmos nenhum desses destaques de texto, como o que tira



as contrapartidas. Do contrário, essa matéria vai ter o mesmo destino do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, que votamos aqui e aprovamos quase por consenso, sem as contrapartidas, e no final houve o veto do Presidente da República.

Portanto, vamos votar “sim”, para manter o texto, e aprovar o substitutivo do nosso querido Deputado Pedro Paulo, para que tenhamos um final feliz.

O Governador Pezão já anunciou ontem que, após a sanção desse projeto de recuperação, em 60 dias — ele garante —, colocará em dia os salários do funcionalismo, a grande aflição dos nossos servidores hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Décio Lima.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, nesses tempos em que o Brasil vive momentos difíceis, há sem dúvida uma esperança que nos une a todos no contexto das diferenças e que podemos aqui representar: o espírito da democracia. Como valor universal, a democracia, para a nossa geração, é fundamental para que o Brasil possa solucionar os seus problemas. Ela que foi uma conquista da nossa geração.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, trago aqui, para que V.Exa. dê como lido e divulgue nos meios de comunicação desta Casa, um relato analítico do resultado da última pesquisa Vox Populi, que revela, sobretudo, a afirmação, embora em tempos difíceis, do processo democrático, apontando-nos uma esperança.



Tenho certeza de que o Brasil haverá de construir uma pauta positiva de acordo com estes valores que nos unem a todos, que são as liberdades democráticas e a vida democrática, que nossa geração construiu como legado para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, primeiramente gostaria de destacar a recente pesquisa Vox Populi em que Lula aparece liderando a disputa presidencial para 2018 em todos os cenários. Venceria, no primeiro e no segundo turno, de todos os concorrentes. Fica evidente o motivo de reportagem negativa no *Jornal Nacional*, por 40 minutos, contra o ex-Presidente. É o desespero com a evidente vitória do melhor Presidente da história do nosso País.

Outra notícia estampada nos jornais foi a intervenção do Papa Francisco, por meio de uma carta, em que se recusa a vir ao Brasil. Na carta, o Papa alerta o Governo para os ataques contra os trabalhadores no País. E o pontífice está coberto de razão. Vejam Sras. e Srs. Deputados a que ponto chegamos. Na semana passada, em uma entrevista para um jornal da Band, o ilegítimo Temer confessou que o *impeachment* da Presidenta Dilma só ocorreu porque o PT se recusou a dar os três votos para absolvição de Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Câmara. Por sua vez, Cunha respondeu que a abertura do processo de *impeachment* foi articulada pelo Vice golpista, que objetivava ocupar o cargo da Presidenta legítima.

A reportagem do Portal Terra mostra a preocupação do Papa Francisco com o atual cenário político em nosso País: “*Porém não posso deixar de pensar em*



tantas pessoas, sobretudo nos mais pobres, que muitas vezes se veem completamente abandonados e costumam ser aqueles que pagam o preço mais amargo e dilacerante de algumas soluções fáceis e superficiais para crises que vão muito além da esfera meramente financeira". Afirmou o Papa

As críticas do Papa ao atual modelo de gestão no Brasil não param por aí, Francisco, citando sua exortação apostólica "A Alegria do Evangelho", também lembrou que não se pode "confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado", em um momento em que o Governo Temer tenta aprovar reformas econômicas prejudiciais ao povo trabalhador.

Em setembro passado, na inauguração de uma imagem de Nossa Senhora Aparecida no Vaticano, o Pontífice já havia dito que o Brasil passava por um "momento triste". Um mês antes, Francisco enviara uma carta não oficial em apoio a Dilma Rousseff, que na época ainda não tinha sofrido o *impeachment*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PV, Deputada Leandre, Líder do PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o pronunciamento que faço hoje, dia 19 de abril, é sobre os índios. Instituições do País, bem como professoras de escolas primárias, estão pintando os rostos de seus alunos para lembrar a importância dos nossos patriarcas brasileiros: os povos indígenas. Porém, neste dia, infelizmente, não temos motivos de



comemoração e sim de reflexões e pensamentos que atravessam os paradigmas da humanidade.

Sr. Presidente, o Brasil desrespeita a Convenção nº 169, de 1989, que confirma os termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e dos numerosos instrumentos internacionais sobre a prevenção da discriminação, lembrando a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e compreensão internacionais, nos termos da Convenção.

Nesse sentido, nós queremos fazer neste dia homenagem a todos os nossos indígenas.

Muita gente aqui vota e trabalha contra as nossas comunidades. É preciso acabar com esse discurso hipócrita, farisaico, que diz defender os índios, mas na realidade é contra os nossos indígenas.

Peço que se dê publicidade ao meu discurso nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 19 de abril, instituições do País, bem como professoras de escolas primárias, estão pintando os rostos de seus alunos para lembrar a importância dos nossos patriarcas brasileiros: os Povos



Indígenas. Porém, neste dia, infelizmente, não temos motivos de comemoração e sim de reflexões e pensamentos que atravessam os paradigmas da humanidade.

Há, Sr. Presidente, momentos em que leio a história de nosso País e me horrorizo diante dos fatos. Fatos esses que incomodam qualquer ser que preserve os princípios fundamentais e constitucionais, a exemplo da dignidade da pessoa humana e da cidadania.

O exemplo mais evidente que nos salta aos olhos talvez seja a questão indígena e o esfacelamento de povos que vão à margem do dito processo da civilização dominante. Vemos o avanço de um novo século, e as mentalidades ruralistas dominantes se negam a aceitar o direito das minorias, não só dos índios, como também dos negros, dos doentes, dos idosos, etc.

O tema do direito indígena e a busca pelo seu reconhecimento e resistência, bem como do reconhecimento do princípio da dignidade da pessoa humana, pode ser exemplificado pela luta e também por conquistas do indigenismo, que insiste e deve ser resistente, pelo bem da nossa própria identidade e história.

O reconhecimento das questões indígenas vem sendo discutido ao longo dos anos, através de normas internacionais de caráter geral, de tal forma a assegurar a proteção das etnias indígenas nas respectivas comunidades nacionais e na melhoria de suas condições de vida e trabalho. Tais normas foram formuladas em colaboração com a Organização das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, bem como a Organização Mundial da Saúde.

O cerne da Convenção nº 169, de 1989, foi o de confirmar os termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional sobre Direitos



Econômicos, Sociais e Culturais, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e dos numerosos instrumentos internacionais sobre a prevenção da discriminação, lembrando a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e compreensão internacionais, nos termos da Convenção.

Para finalizar, Sr. Presidente, neste dia desejo que toda a sociedade brasileira reflita sobre a causa indigenista. Mas reflita com o dever de cumprir e fazer cumprir o compromisso com a dignidade da pessoa humana e evitar discriminações odiosas à causa indígena. Devemos compartilhar amor, pois foi com amor que eles permitiram nossas conquistas, nesta terra chamada Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje é dia de reforçar a luta indígena.

Na próxima semana, indígenas do Brasil estarão aqui, no Acampamento Terra Livre, em resistência e repúdio às políticas deste Governo.

Os últimos demarcaram poucas terras indígenas, aliados do agronegócio. O atual, consegue ser muito pior. O Ministro responsável pela política indigenista é um Deputado declaradamente anti-indígena, financiado pelo agronegócio.

A Fundação Nacional do Índio — FUNAI está sendo desmontada. A demarcação das terras, impedida. Nesta Casa, a CPI da FUNAI e do INCRA sintetiza o ódio e a intolerância do Governo e sua base a esses brasileiros.



Os povos indígenas brasileiros e americanos renascem da luta. Por isso, resistimos junto com esses parentes.

Peço a divulgação desta minha fala no programa *A Voz do Brasil*, por favor, porque hoje é dia 19 de abril, o Dia do Índio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, conversamos muito todo esse tempo, negociando a reforma da Previdência, a qual sou contra, incluindo no art. 144 as guardas municipais e os agentes penitenciários. Os agentes legislativos estão fora da regra de transição — um problema seriíssimo!

E fiquei agora sem saber, estou buscando as informações: se colocaram a Polícia Penal no art. 144, e era uma luta que nós estávamos travando — queremos ver o texto —, as guardas municipais, de acordo com a Proposta de Emenda à Constituição nº 534, de 2002, não podem ficar fora dessa reforma.

O ideal era que o Governo repensasse a reforma, levasse-a de volta ao Planalto, e, a partir de agosto, voltássemos a conversar, porque ela está uma colcha de retalhos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós já estamos votando os



destaques, e eu queria, mais uma vez, fazer um apelo ao Governo, aos Governadores e aos Deputados desta Casa.

Ora, o Governo Federal, ao propor a recuperação fiscal, está estabelecendo quem vai pagar essa conta. E quem vai pagar essa conta são os servidores, a partir do aumento da alíquota da Previdência.

Nós estamos num momento difícil da discussão da reforma da Previdência, com resistência de todos os lados, por razões óbvias: agressão aos trabalhadores. E, agora, paralelamente à discussão da Previdência, num projeto de recuperação fiscal, se quer impor aumento de alíquota.

Então, fazemos um apelo para que possamos, de fato, excluir, através desse destaque, a agressão que se faz aos servidores, excluindo o art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um registro breve.

Hoje, a Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou por unanimidade um projeto de lei que prevê um repasse mensal pelo Governo do Estado de 10% sobre o piso, como forma de abono, a cada agente comunitário de saúde e de combate às endemias. Eu parabenizo os Deputados e Deputadas Estaduais do Maranhão, que levantaram essa bandeira há muito tempo.

Sr. Presidente, lamentavelmente o Governador Flávio Dino está devendo há 2 anos esse repasse, porque foi uma proposta de campanha, que só agora ele submeteu à Assembleia Legislativa. É preciso que o Governador Flávio Dino pague



os 2 anos que deve aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só deixar registrado que nós temos lutado, na Câmara dos Deputados, para fazer a negociação das dívidas dos Estados com a União — no nosso caso específico, do Rio Grande do Sul com a União —, mas precisamos dizer, de forma muito transparente e sincera, que a forma como o Governo está propondo essa negociação é injusta, extremamente injusta, com os Estados federados, com o seu filho, o Rio Grande, que tanto tem-se doado à Nação. Prova disso, Sr. Presidente, é que o Rio Grande não está mal. Nós produzimos soja, milho, arroz, feijão, carne de gado e de suíno, enfim, o Rio Grande produz. Quem está mal é o Governo do Estado, porque aquilo que nós produzimos lá não gera imposto para o Governo, porque é exportado. E a exportação não gera imposto, Presidente Carlos Manato, porque ele é desonerado em função da Lei Kandir, para que nós possamos vender esse produto para o estrangeiro a preços competitivos no mercado internacional.

Quem ganha com isso é a balança comercial brasileira, ou seja, o Brasil é que ganha com a venda dos produtos *in natura* que o Rio Grande exporta. O Governo do Rio Grande não ganha nada. Nada, zero. Se vende soja, milho, arroz, feijão ou



carne para São Paulo, para Rio de Janeiro, para Minas Gerais ou para Brasília, o Rio Grande recebe o ICMS. Se vender para o estrangeiro, não recebe nada.

Aí o Governo Federal diz assim: *“Mas eu vou compensar vocês, porque eu tenho uma lucratividade com a balança comercial”*. O Governo diz que compensa, sabe que tem que compensar, mas não compensa nunca. É a famosa Lei Kandir.

Sr. Presidente, essa é a nossa reclamação. Nós devemos para a União? Devemos. Menos do que estão nos cobrando, porque dentro dessa cobrança há o juro do juro, da mãe do juro, do pai do juro, do avô do juro. É muito juro! Nós devemos, sim. Queremos pagar. Só que o Governo nos deve e não nos quer pagar, nega-nos o pagamento. E isso é lamentável. Ele é muito ágil em cobrar o que tem a haver dos Estados, mas é muito lerdo em pagar o que está devendo para os Estados.

Por isso o protesto que fazemos em nome do Rio Grande do Sul. *“A César, o que é de César, a Deus, o que é de Deus”*. Ao Brasil, o que lhe pertence, ao Rio Grande, o que é seu.

Eles que nos paguem a Lei Kandir que nos devem, que nos paguem a desoneração da exportação, que nós vamos pagar o que estamos devendo, mas não pelo preço de vender o BANRISUL, a CEEE, a CORSAN e de castigar os funcionários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Deputado João Daniel.



O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com o PLP 343 o Governo Federal impõe condições que criam todo tipo de problema para os servidores públicos e para as políticas públicas.

Eu fico me lembrando das tantas audiências que fizemos, entre elas a audiência com a Ordem dos Advogados do Brasil, a audiência na Assembleia Legislativa de Sergipe, com centenas de pessoas e funcionários da Companhia de Saneamento de Sergipe — DESO. E o Governo Federal impõe a privatização de empresas estatais, de bancos.

Sergipe resistiu até no Governo FHC e manteve o BANESE, um banco que tem fundamental importância para o Estado de Sergipe e para os Municípios. Mas nós estamos vendo nesta proposta de lei a força do Poder Central, que não quer abrir mão de fazer a política daqueles que bancaram este Governo, que nasceu 1 ano atrás, aprovado nesta Casa, no dia 17 de abril de 2016, para estar a serviço das grandes empresas, que querem água, saneamento, bancos estatais, empresas de gás.

Por isso, é importante, fundamental a pressão da sociedade, para não deixar que os Governos Estaduais aceitem, baixem a cabeça.

Eu confio no nosso Governador Jackson Barreto, na luta em defesa das empresas estatais, em especial da DESO.

Este projeto impõe aos Estados políticas de arrocho...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Bacelar.



O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a cada momento se consolida a necessidade de derrotarmos a reforma da Previdência Social.

A cada tentativa de alterar a proposta, a emenda sai pior do que o soneto. Veja o caso específico das polícias, especialmente da Polícia Federal. Nada justifica terem retirado os militares da reforma da Previdência, e os policiais federais continuarem na proposta.

Primeiro, queriam policiais federais com mais de 60 anos de idade nas ruas, trocando tiros com bandidos. Aí diminuíram a idade para 55 anos, mas não atingiram a policial do sexo feminino.

E, o que é pior, Sr. Presidente, agora querem fazer uma divisão dentro da força policial, dentro da Polícia Federal: os novos policiais e os antigos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. BACELAR - É um monstrego o que, infelizmente, o Relator da proposta apresenta. Não há nem a integralidade nem a paridade.

“Não” à reforma temerosa da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Aliel Machado. Depois, o Deputado Alex Canziani.

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última segunda-feira, eu visitei o Município de Rio Bonito do Iguaçu, onde existem dois dos maiores assentamentos da América Latina, com mais de 1.500 famílias, para a comemoração dos 21 anos desses assentamentos.

Eu estive acompanhado do ex-Prefeito, o meu colega Joel Moreira, do Vereador Fernando Moreira, do Bota, de várias lideranças.



Saindo de Rio Bonito de Iguaçu, fui para Laranjeiras do Sul, onde me encontrei com o Prefeito Felisberto da Silva.

Depois eu estive numa comunidade, numa propriedade rural, na casa do meu amigo agora, do meu grande companheiro João Casamali. Fui acompanhado também do nosso grupo: Vander Batista, Elaine, Vinícius, Tatuzinho, Cliceu e Aristeu.

Lá, mais de 150 pessoas, Sr. Presidente, foram unânimes: deixaram a sua lavoura, deixaram a sua produção de leite para cobrar da Câmara dos Deputados a não apreciação da reforma da Previdência Social. Todos estavam extremamente preocupados, mobilizados.

A população de Rio Bonito do Iguaçu, a população de Laranjeiras do Sul, a população do Paraná inteiro se mobiliza, discute, preocupada, porque sabe que o Governo já tinha mandado um monstro para negociar com esta Casa. A população mais humilde, que está lá nos rincões, a população que está nas propriedades rurais mais distantes que nós possamos imaginar, sabe o que está acontecendo nesta Casa e com a política brasileira.

Deixo aqui o recado dos moradores de Rio Bonito do Iguaçu, dos moradores de Laranjeiras do Sul, que exigem a não aprovação e a não aceitação da reforma da Previdência. E nós estaremos aqui brigando para que ela não aconteça.

Obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Rodrigo Maia, Presidente.*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há poucas semanas, esta Casa, por quatro votos, não aprovou a PEC que daria às universidades públicas a oportunidade de cobrarem pela pós-graduação *lato sensu*. E, nesta semana, provavelmente amanhã, o Supremo Tribunal Federal vai avaliar a constitucionalidade ou não da cobrança por parte das universidades públicas.

Quero daqui pedir ao Supremo que não inviabilize as nossas universidades públicas, sejam elas federais, sejam elas estaduais, sejam elas municipais. A cobrança pela pós-graduação *lato sensu* é de fundamental importância, para que as nossas universidades possam continuar ofertando a graduação, o mestrado e o doutorado gratuitamente.

Então, faço um apelo aos Srs. Ministros. Se não vier essa decisão favorável, as nossas universidades públicas terão muitas dificuldades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, peço 1 minuto, por gentileza. *(Pausa.)*

Agradeço, Sr. Presidente.

Nós comemoramos, este ano, lá na cidade de Ponta Grossa, os 45 anos da *TV Esplanada*. A *TV Esplanada* já foi *TV Tupi* e *TV Bandeirantes* e agora é afiliada da Rede Globo.



Há 45 anos, a *TV Esplanada* leva informação para a população com produção local e com profissionais de extrema competência, cidadãos que vieram de outros lugares e ponta-grossenses natos que contribuem para o crescimento, para o desenvolvimento e para a boa notícia na cidade de Ponta Grossa. Cito um de seus colaboradores, o Joel Nascimento, que, dos 45 anos de *TV Esplanada*, está lá há 42 anos.

Então, os nossos parabéns a toda a equipe da *TV Esplanada* e a todos os seus colaboradores.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Leo de Brito votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Luiz Lauro Filho votou com o partido PSB na votação anterior.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convocamos os Deputados do PMDB para que venham ao plenário para votar. São 336. Precisamos ter quórum aqui para votar.

Deputados da base do Governo, venham ao plenário! Na hora de votar, o Deputado tem que estar em plenário, e não em casa. Venham votar, Deputados!

(Pausa prolongada.)

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por gentileza, eu, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, gostaria de saber qual vai ser o rito das Comissões agora à tarde, para ver se deixamos os trabalhos da Comissão abertos.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - As Comissões precisam aguardar o fim da Ordem do Dia para que possam funcionar. Enquanto houver Ordem do Dia, as Comissões não funcionam.

O SR. PAULÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Paulão.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que, nas votações anteriores, votei com o partido.

Obrigado.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente Rodrigo Maia...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fale, Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção do Plenário. Chegou hoje, a Brasília, uma comissão de esposas de policiais militares do Rio de Janeiro que nos relata que os policiais estão sofrendo ameaças e represálias em virtude daquele movimento no qual as mulheres ficaram à frente dos quartéis. Isso é lamentável.

Todos nós sabemos que os militares não podem se expressar, não têm direito de greve. E, ainda assim, quando as esposas, como última alternativa, tentam chamar a atenção dos governantes, acontecem represálias contra policiais e bombeiros militares. Como disse, é lamentável.

Quero aproveitar que o Governador Pezão está no plenário para pedir que não permita que isso continue acontecendo no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSE STÉDILE - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado José Stédile.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje pela manhã, houve aqui uma grande sessão solene em homenagem aos índios de todo o País, na qual falamos de suas dificuldades, seus problemas e suas conquistas.

Quero aproveitar a oportunidade para mandar um grande abraço aos índios do Rio Grande do Sul, ao Leomar e ao Paulo, de Redentora, ao Tito, de Planalto, enfim, a todos os índios que lutam pela qualidade de vida de seu povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Presidente da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, queria convidar todos os companheiros para comparecerem à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB amanhã, às 8 horas, quando será realizada a nossa Santa Missa dos Parlamentares.

Então, como Presidente da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, convido todos os companheiros para participarem da Santa Missa de todos os Deputados e Senadores, que se realiza mensalmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em função da notícia trazida aqui pelo Deputado Alberto



Fraga, queria aproveitar para fazer um apelo diretamente ao Governador Pezão, que está aqui no plenário,

O Comandante-em-Chefe da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar é o Governador. Caso esteja havendo represálias, é o Governador Pezão que deve resolver o problema. No entanto, ele está aqui, fazendo um apelo para que a Câmara resolva o problema do Rio de Janeiro.

Espero que ele tenha a coragem de respeitar minimamente o direito dessas esposas, que nem sequer são militares e, portanto, não sofrem vedação nenhuma em relação às suas manifestações. Espero que ele não venha a fazer represália aos policiais e às suas esposas.

Portanto, mesmo que tenhamos que apontar para os comandantes, o Comandante-em-Chefe é o Governador, e ele está aqui no plenário, para ouvir este nosso apelo.

O SR. BETO FARO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um agradecimento.

Hoje recebi a visita do Prefeito de Carlos Barbosa, o Sr. Evandro Zibetti, que veio tratar dos interesses daquela cidade, que é a terra da Tramontina. É lógico que, como todos os prefeitos, ele veio aqui em busca de recursos e em busca do desenvolvimento de Carlos Barbosa. Os Vereadores também estiveram presentes às audiências.

Inclusive, tivemos uma audiência também com o Deputado Pr. Marco Feliciano, para tratar de assunto de interesse da região.



É muito importante a maneira como os nossos Ministros vêm atendendo os prefeitos, dando-lhes toda a atenção e, na medida do possível, resolvendo os problemas dos Municípios.

Queria aproveitar os segundos que me restam para chamar os nossos colegas Deputados para participarem da votação e vir aqui votar. Ontem demos uma demonstração muito bonita, pois estavam 440 Deputados aqui presentes, votando pelo desenvolvimento do nosso País. Então, é muito importante que os nossos colegas Deputados e Deputadas compareçam ao plenário, para exercerem o seu direito.

É isto o que o povo espera de nós: que cumpramos a nossa obrigação, votando projetos que são de extrema importância para os Estados e para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem a bancada federal do Pará esteve reunida com o Ministro do Planejamento para reivindicar recursos para a Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará — UNIFESSPA, em implantação.

Também tratamos das duas rodovias do Estado do Pará em asfaltamento, talvez as duas maiores do Brasil, que são a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. Aproximadamente 2 mil quilômetros de rodovias foram colocados no Programa de Aceleração do Crescimento — PAC pelo Presidente Lula. Precisamos de investimentos para que possamos, nos próximos anos, terminar esse asfaltamento. Não podemos demorar mais de 10 anos para terminar essas obras.



O Ministro disse-nos claramente que, diante dos poucos recursos, deve ser priorizada a BR-163, a Cuiabá-Santarém, que é um corredor de soja, por onde já passam 3 mil a 4 mil carretas de soja por dia.

Concordo que a Cuiabá-Santarém é importante. Mas a rodovia Transamazônica é um corredor de gente, um corredor de famílias que foram para lá há 40 anos, levadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, quando houve o maior plano de colonização da Amazônia, na época dos anos 70.

São vários Municípios ao longo dessa rodovia. Mas praticamente não há dinheiro para se continuarem as obras que estão licenciadas e contratadas, com pontes de concreto para ser construídas.

Então, quero pedir que o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda liberem recursos para que, a partir de julho, possamos retomar o asfaltamento da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém.

Sr. Presidente, peço que a minha fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, gostaria de dar como lida a homenagem que faço hoje ao Dia do Índio, porque, há 517 anos, a comunidade indígena vem batalhando pela demarcação de suas terras, o que não conseguiu até hoje.

Além do mais, as políticas públicas do Governo Lula alcançaram as aldeias, as políticas públicas da Presidenta Dilma também alcançaram as aldeias. No entanto, o Presidente Temer já disse que iria mudar o procedimento para a demarcação das terras indígenas.



Quando os negros foram trazidos como escravos, aqui já existiam os índios. Como combatemos o racismo e como sabemos que a nossa relação racial se dá primeiramente com os indígenas, presto a eles minha homenagem neste dia.

Peço, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e também pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, no Dia do Índio, completamos 517 anos em que o problema fundamental dos povos indígenas, o da demarcação de suas terras, continua sem solução, apesar dos avanços obtidos. Esse é um tema sempre adiado, pois em nada interessa ao poderoso segmento econômico do agronegócio.

As últimas demarcações foram feitas pelo Governo Lula, que avançou também na garantia de outros direitos fundamentais dos povos indígenas, estendendo-lhes o Programa Bolsa Família e a educação universitária.

A Presidente Dilma levou até as aldeias o Programa Mais Médicos. Ela não teve condições de avançar mais porque foi destituída pelo golpe do *impeachment*. E, a partir dessa data, a questão dos direitos dos povos indígenas, assim como a dos direitos dos trabalhadores, das mulheres, das juventudes e do povo em geral, sofreu enorme retrocesso político, voltando para os tempos tenebrosos da ditadura.

A extinção de direitos, combinada com a repressão policial, passou a ditar a política do Governo golpista em relação às questões sociais e indígenas. Logo que usurpou a Presidência da República, o ilegítimo Temer prometeu para os



representantes dos ruralistas que o Governo revisaria todas as portarias declaratórias e decretos de homologação de terras indígenas.

De fato, a Portaria nº 68, de 2017, assinada pelo então Ministro da Justiça, o Alexandre de Moraes, entre outras providências, modificava o procedimento de demarcação das terras indígenas, violando o que dita a Constituição e o que regulamenta o Decreto nº 1.775, de 1996.

Diante da enorme reivindicação e resistência das entidades indígenas e indigenistas, o Governo recuou. Mas a ameaça continua. O Governo golpista cortou qualquer possibilidade de diálogo com o Conselho Nacional de Política Indigenista.

Sr. Presidente, a Constituição de 1988, de cuja elaboração fiz parte como Deputada Constituinte, libertou os povos indígenas da condição humilhante até então vigente, de tutela do Estado, dando-lhes uma condição de respeito para com suas terras originárias, suas tradições e seus sistemas de usufruto da terra.

Concluir as demarcações é a questão fundamental. Defendemos o direito de consulta e consentimento livre e prévio dos povos indígenas sobre suas terras. É imperativo o combate a todas as formas de racismo, discriminação e violência praticadas contra as comunidades indígenas.

Por tudo isso, não existe o que comemorar no Dia do Índio. Mas existe muito que denunciar e por que lutar, para que os direitos dos povos indígenas sejam respeitados e suas terras demarcadas.

Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Soraya Santos.



A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho à tribuna para parabenizar a unidade da bancada feminina desta Casa, que age suprapartidariamente na defesa dos interesses da mulher, da família e das crianças.

Então, venho aqui, como coordenadora da bancada feminina, dizer da nossa alegria por conta da unidade, do modo aguerrido, mas pacífico, com que todas nós lutamos para defender a diferenciação de idade para aposentadoria, o que foi prontamente acolhido pelo Relator Arthur Oliveira Maia agora, na reforma da Previdência.

Nós mulheres desta Casa — e este é um recado que quero deixar para o Brasil, pedindo que seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* — agimos suprapartidariamente quando o assunto é em defesa da mulher.

Portanto, parabenizo a bancada feminina pela vitória na modificação do texto da reforma da Previdência.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse painel eletrônico foi criado na época da Assembleia Nacional Constituinte, para dar celeridade às votações.

Quero fazer um apelo a V.Exa.: que faça uma pesquisa sobre a duração da chamada nominal àquela época e a duração das votações hoje. Eu afirmo a V.Exa. que as chamadas nominais eram muito mais rápidas do que essas votações aqui pelo painel.



O processo das chamadas nominais era muito simples: o Parlamentar era chamado e, se estivesse no plenário, votava; os que não estavam no momento eram chamados uma segunda vez; e aí estava encerrada a votação.

Agora o que fazem aqui, com a administração do tempo do painel, é um desacato aos mandatos. Todo o mundo aqui tem o que fazer: pessoas a receber, projetos a relatar, textos a escrever. Não existe hora para o almoço. Muitos têm que almoçar, outros, como eu, têm gordura para queimar. E nós ficamos aqui, esperando os que foram almoçar voltarem do almoço. Que história é essa?

Peço que V.Exa. tome uma providência. É claro que falei ironicamente das listas de chamada. Mas eu me lembro de se levava muito menos tempo do que hoje, por painel eletrônico. V.Exa. pode pedir essa pesquisa, para ver quanto tempo levava uma votação e quanto tempo hoje está levando.

Isso é um protesto!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Faz sentido. Obrigado, Deputado.

(Pausa.)

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria registrar a minha homenagem, no dia de hoje, a todos os povos indígenas do Brasil, em especial da comunidade xocó, em Sergipe.

Quero, na pessoa do Cacique Bá, saudar todos os caciques brasileiros todos os pajés, todos os índios e índias que lutam.

Esta Casa pode ajudar a contribuir em seu favor dos povos indígenas, não aprovando a Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, e garantindo que



o direito a terras que ainda não foram demarcadas seja de todos os povos indígenas do Brasil.

Esta seria uma grande contribuição desta Casa: reconhecer, ajudar e defender os povos originários, aqueles que têm direito sagrado a suas terras, direito este também assegurado na nossa Constituição,.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de reverenciar o Dia do Índio, comemorado hoje, dia 19 de abril.

Quero parabenizar todo o povo indígena brasileiro por sua luta, por manter viva a sua história e sua cultura. Quero homenagear todos os caciques brasileiros na pessoa do Cacique Bá, do povo xocó, de Sergipe, e também homenagear todas as entidades de defesa dos indígenas através da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB.

Queremos falar, nesta data, sobre as injustiças que os índios brasileiros sofrem, seja por mortes em conflitos com fazendeiros, seja pela falta de políticas públicas específicas, seja pela paralização das demarcações de terras.

Mas também quero falar sobre a PEC 215, que tramita nesta Casa desde o ano 2000 e que é um grande retrocesso, pois as conquistas da Constituição de 1988 serão perdidas ao se dar ao Congresso Nacional competência exclusiva para *“aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas”*. A proposta pretende usurpar a competência das



ações administrativas do Poder Executivo, condicionando a validação das demarcações ao Poder Legislativo.

A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios decorre de imperativo constitucional consignado no *caput* do art. 231 da Constituição Federal, que diz “*competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*”.

O problema causado por essa proposta é que, além de acrescentar atribuições ao Poder Legislativo, invade atribuições do Poder Executivo, condicionando a validade de seus atos à vontade dos membros do Congresso Nacional.

Por outro lado, a CPI da FUNAI e do INCRA é comandada por ruralistas. Ela pretende dar continuidade, na Câmara dos Deputados, às investigações sobre supostas irregularidades na demarcação de terras originárias dos povos tradicionais, mas é um pretexto para garantir o avanço do agronegócio nas terras indígenas.

Essa proposta é uma estratégia dos ruralistas, que querem fazer com que o processo de titulação, que já anda lento, não ande. Quanto mais atropelos o INCRA e a FUNAI têm, como é o caso da CPI, menos os processos desses territórios avançam, e madeireiras e outras empresas podem tomar as terras dos povos tradicionais.

Por isso Sr. Presidente, nesta data, queremos homenagear nossos índios e dizer que estaremos aqui, sempre defendendo os direitos e as conquistas desse povo, hoje ameaçadas pela PEC 215, pela CPI da FUNAI e do INCRA ou mesmo pelas ações do Governo golpista, que tomou o poder de assalto.

Muito obrigado.



(Pausa prolongada.)

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. considerasse como lido o meu pronunciamento e autorizasse sua divulgação pelos meios de comunicação desta Casa e pelo *programa A Voz do Brasil*.

Nos dias 19 a 23 de abril, serão realizadas, pelo nono ano consecutivo, as competições dos Jogos Indígenas Pataxó, na Arena Boca da Barra, em Porto Seguro. O evento é apoiado pela Prefeitura Municipal e tem o apoio também do Governo do Estado.

É um evento importantíssimo, pois, além das competições, com entrada gratuita, contará com uma feira de artesanato indígena, com a participação da Universidade Federal do Sul da Bahia, com plenárias e oficinas.

Quero saudar toda a comunidade indígena daquela região e os organizadores do evento. Também estarei lá presente.

Sr. Presidente, aproveito ainda a oportunidade para dizer que foi suspensa a venda sem licitação do campo de Carcará. Mais uma vez, a Justiça Federal se posiciona contra a venda de maneira ilegal, sem um processo licitatório, sem leilão, de um dos campos mais rentáveis da PETROBRAS. Essa venda está sendo feita a prazo, sendo que o pagamento só será feito a partir da própria produção do campo.

Portanto, é um absurdo a desnacionalização de um setor importantíssimo da economia nacional, que é exatamente a produção de petróleo e gás em nosso País.

O programa de desinvestimento da PETROBRAS, um programa entreguista, é dirigido pelo Sr. Pedro Parente, que novamente sofre uma derrota na Justiça Federal. Essa venda sem licitação é feita de maneira escusa. O comprador nem



sequer passa por um processo de seleção, para que se veja o melhor preço e as melhores oportunidades, caso sejam necessários esses investimentos.

Portanto, não se justifica a falta de caixa da PETROBRAS e não se justifica a venda de um ativo tão importante e estratégico.

Registro aqui o meu protesto e parabênzo, mais uma vez, as ações feitas pela Justiça Federal.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna, nesta oportunidade, para registrar que, entre os dias 19 a 23 de abril, de quinta-feira a domingo, serão realizadas, pelo nono ano consecutivo, as competições dos Jogos Indígenas Pataxó, na Arena Boca da Barra, em Porto Seguro, na Bahia.

O evento é apoiado pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro e será aberto oficialmente no dia 19, às 16 horas, com o acendimento da chama sagrada na Cidade Histórica.

Além das competições, a programação, com entrada gratuita, inclui ainda Bênção dos Pajés, Desfile Cultura Viva e Beleza Pataxó, Feira de Artesanato Indígena, mostra de vestimentas e gastronomia pataxós, apresentações culturais, pinturas corporais. Também haverá o Fórum Indígena e a 5ª Jornada de Agroecologia da Bahia, realizada em parceria com a Teia dos Povos e a Universidade Federal do Sul da Bahia — UFSA, com plenárias, oficinas e feira agroecológica.

O lançamento oficial da nona edição dos Jogos Indígenas Pataxó foi realizado na manhã do dia 15, na Reserva da Jaqueira, com o apoio das Prefeituras de Porto



Seguro e de Santa Cruz Cabrália. Parentes indígenas de oito aldeias situadas na Costa do Descobrimento, autoridades políticas, representantes de entidades, pessoas da comunidade e turistas prestigiaram a solenidade.

As competições contarão com 20 equipes pataxós e de etnias convidadas. Ao todo, serão 12 modalidades esportivas oficiais, com demonstrações de outras tradicionais, incluindo arco e flecha, cabo de guerra, zarabatana, corrida de tora, luta Patxi Miwka'ay, corrida de maracá, arremesso de tacape, corrida de 100 metros, natação, canoagem, futebol e meia maratona. Todos os participantes receberão troféus e medalhas confeccionados por indígenas.

Dessa forma, quero desejar uma excelente competição a todos e que possamos, nesta oportunidade, agregar conhecimento, para que toda a população possa desfazer barreiras, preconceitos e discriminações, valorizando a riqueza cultural e histórica dos indígenas.

Por fim, quero registrar e parabenizar os indígenas pelo Dia do Índio, que é comemorado hoje, dia 19 de abril.

Sr. Presidente, pela importância do tema, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação oficiais da Casa.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para convidar os Deputados do PRB que ainda não vieram votar este destaque apresentado ao projeto de recuperação fiscal dos Estados — é importante esta votação; além deste destaque, ainda há 12 destaques; todas as votações serão nominais —, os Parlamentares que estão nos seus gabinetes, para que venham votar esta matéria, que é muito importante. Afinal de contas, nós temos que manter o texto. E, além deste destaque, há mais doze.



Vamos votar esta matéria e permanecer em plenário para votarmos os 12 destaques durante o dia de hoje. Vai ser fundamental para os Estados que estão com dificuldade, especialmente Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e certamente traz benefício ao País.

Portanto, quero convidar os Parlamentares do PRB para virem participar da votação deste destaque importante da matéria.

O SR. ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, peço um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro.

O SR. ADEMIR CAMILO (Bloco/PTN-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na realidade, são dois esclarecimentos, Sr. Presidente.

Quanto à PEC 304, referente a rodeios e vaquejada, seria lido o relatório hoje, e esperávamos votar. Obviamente, com a sessão, isso foi suspenso. Qual é a ideia de V.Exa.? Ao terminar, vamos colocá-la em plenário? Em todas as votações dos destaques nós vamos aguardar o quórum de pelo menos 400 Deputados?

Esses são os dois esclarecimentos que peço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, assim que a Comissão aprovar um relatório sobre a questão da vaquejada, nós poderemos votar no plenário, sem problema.

Esta votação se estendeu um pouco mais porque foi na hora do almoço. A partir da próxima votação, eu espero que o tempo seja mais curto, para que consigamos terminar os destaques ainda hoje.

O SR. ADEMIR CAMILO - O.k., Sr. Presidente.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é bem lembrada hoje a comemoração do Dia do Índio. Mais



importante do que lembrar o Dia do Índio é lembrar o novo comportamento político que o Governo tem que ter com as minorias, como está acontecendo, por exemplo, em outras áreas, como a do licenciamento ambiental. O Ministério do Meio Ambiente, pela primeira vez, senta com o Ministério da Agricultura, com produtores e ambientalistas e discute uma legislação a favor do Brasil. Essa é a diferença entre o Governo que tínhamos e o Governo que temos. Na questão indígena, aqueles que se dizem indigenistas deixaram os índios à própria sorte, e aumentou cada vez mais o índice de morte de índios nos últimos 10 anos, 12 anos.

Hoje é preciso discutir o que o índio quer. Ele pensa, ele sonha, ele é um ser humano, ele não é um quadro na parede, ele precisa decidir, ele precisa participar das decisões, o que o Governo anterior não deixou.

Viva o índio! E viva o Brasil da democracia e de todos os brasileiros!

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria também aproveitar esta oportunidade para registrar o dia 19 de abril, o Dia do Índio, criado na época do Presidente Getúlio Vargas pelo Decreto-Lei nº 5.540, de 1943.

Quero fazer uma homenagem aos povos indígenas do País, particularmente aos do meu Estado, pela luta aguerrida em defesa sobretudo da demarcação das terras indígenas.

Eu queria, em nome principalmente dos Municípios de Caucaia, Maracanaú, do cacique Daniel, do Weibe e de outros guerreiros, homenagear todos esses povos que foram discriminados secularmente e que estão na luta pelo reconhecimento. Esse povo guerreiro simboliza a história deste País. Os índios têm toda essa tradição de defesa da terra, de luta pelos direitos.



Portanto, eu quero daqui me associar às homenagens a todos esses bravos guerreiros brasileiros, porque eles são os legítimos representantes do nosso povo.

Quero também aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que hoje é aniversário da minha querida irmã Jacira Brasil e, na sua pessoa, saudar as minhas irmãs e os meus irmãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, venho a esta tribuna destacar que hoje, 19 de abril, é o Dia do Índio, que foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas através do Decreto-Lei nº 5.540, de 1943.

Aproveito a oportunidade para lembrar a passagem de 1 ano da morte da principal liderança indígena do Município de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, o cacique Daniel, que faleceu aos 65 anos de idade em decorrência de complicações cardiorrespiratórias. Considerado um dos líderes mais atuantes na defesa dos direitos dos indígenas do Ceará e do Nordeste, cacique Daniel teve papel fundamental no processo de demarcação das terras dos Pitaguary.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as terras já possuem portaria declaratória expedida pelo Ministério da Justiça e estão em processo de homologação e regularização.

Destaco também a I Semana dos Povos Indígenas na Universidade Federal do Ceará. A programação prossegue até o dia 20 de abril para analisar a questão indígena atual no Ceará e no País, apresentar as culturas indígenas do Estado e fomentar o planejamento de ações destinadas a garantir os direitos constitucionais e



os projetos coletivos indígenas. Essa Semana visa consolidar a UFC como universidade sensibilizada e comprometida com a inclusão social dos povos indígenas.

Deixo aqui minha homenagem ao povos indígenas liderados em Caucaia pelo Cacique Dourado; ao Vereador Weibe Tapeba, representante na Câmara de Vereadores; à Comunidade Indígena Tremembé, da localidade de Barra do Mundaú, em Itapipoca, a 136 quilômetros de Fortaleza, uma das dezenas do território cearense à espera da demarcação e da consequente homologação de suas terras como propriedade de preservação indígena; e aos povos pitaguary, tapeba, kanindé, jenipapo-kanindé e anacé.

A FUNAI estima que existam cerca de 30 mil índios no Estado.

Muito obrigado!

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, apesar do quórum de 375 Deputados, apenas 101 não votaram ainda. Isso significa que já temos 412 votos apurados. Até que horas V.Exa. vai levar esta votação, Presidente? *(Pausa.)*

Apesar de apenas 376 Deputados constarem no painel, muitos estão em obstrução, e isso não está sendo computado. Pelas contas que fizemos, cem apenas não votaram. Ou seja, 413 já votaram.

V.Exa. vai esperar até que número para passar para o próximo item?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mais alguns minutos, Deputado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto. *(Pausa.)*



Sr. Presidente, eu queria expressar uma opinião acerca do momento atual. Eu não sou muito propenso a generalizações. A língua portuguesa nos trai muito. É muito comum misturar-se “de” com “da”, com “dos”, com “os” ou a ausência do artigo.

A imprensa tem demonizado a política, como se fosse possível lutar contra a inflação, por melhores salários, por direitos dos trabalhadores, pela reforma agrária sem política — a política que pretende manter a ordem e a política que pretende mudar. Mas a política é necessária. A criminalização da política é perniciosa.

A grande imprensa está cumprindo o papel de criar condições para uma ruptura institucional, no limite. É um reforço ao autoritarismo. Quando os partidos políticos são desmoralizados como um todo, a vitória é do autoritarismo, das soluções de força. E alguns dão gargalhadas.

Dentro dos vários partidos há gente que pensa diferente e age diferente. Eu sou de um partido pequeno, ideológico-programático, e tenho uma posição coerente. Isso é uma honra. Já fui do PT, que cresceu. Eu saí quando ele ocupou a Presidência do País.

Eu queria dizer mais uma coisa, Sr. Presidente, se V.Exa. me permite. É um aspecto importante levantado pela revista *Piauí*. Nesse bando de delações... É bom que as pessoas sejam delatadas, se houver algum motivo, e possam se explicar e se defender. A revista *Piauí* chama a atenção: é possível sem a máquina do sistema financeiro? Será que nenhum banco participou das mutretas da movimentação financeira? É possível que a imprensa não soubesse disso?

O próprio pai do Marcelo disse que a imprensa sabia. E a *Globo* mostrou apenas parte do discurso dele.



É possível que a Justiça não esteja com alguma culpabilidade, quando arruma liminares para favorecer decisões deste próprio Parlamento?

Então, a limpeza no País tem que ser mais profunda. Nós estamos aqui lutando por democracia e por justiça, sem criminalização da política, porque a política é o futuro do País.

Obrigado.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria fazer um comentário sobre uma reportagem da *Folha de S.Paulo*, que traz manchete maldosa.

Diante da reportagem do dia 14, sobre doação da Odebrecht à campanha de Marina Silva, é importante esclarecer alguns fatos. Depois lirei nota da Rede Sustentabilidade.

Primeiro, a manchete cita o fato de Marina ter recebido doação “após encontro em hotel”. O fato que está claro na própria matéria, na reportagem, é o de que Marina recebeu doação legal, não prometeu contrapartidas e não usou caixa dois. Não dá para aceitar insinuações sem rebater com a verdade.

Marina Silva não é investigada na Lava-Jato. Marina Silva não tem nenhum envolvimento. Pelo contrário, tem apoiado todas as ações da Lava-Jato, todas as investigações, para que sejam punidos todos os corruptos e todos os criminosos, todos os colarinhos-brancos.

Marina tem história, tem biografia. Não permitiremos que sua história seja manchada de forma vil, através de matérias tendenciosas e maldosas.

Vou ler agora nota da Rede Sustentabilidade:



O Comitê de Captação da candidatura presidencial de Marina Silva em 2014 foi procurada pela empresa Odebrecht para conhecer as suas propostas, demanda recorrente de vários setores da sociedade, como empresas, entidades de classe, movimentos sociais, sindicatos e setores ligados à academia.

Houve uma reunião com o presidente da empresa, Marcelo Odebrecht, e outros dirigentes, onde foram expostas as principais propostas para o desenvolvimento sustentável do país. A reunião ocorreu no hotel Pullman Guarulhos, em sala ao lado do saguão de entrada, em função da agenda de viagens de Marina Silva. Nessa reunião, não se abordou nenhum assunto referente a financiamento de campanha.

As empresas do grupo Odebrecht realizaram depósitos de R\$ 98.574,41 reais através da empresa Odebrecht Ambiental (2 depósitos) e de R\$ 500.000,00 através da Ecosteel Gestão de Águas Industriais para a campanha, conforme consta na prestação de contas apresentadas ao TSE. Durante o período eleitoral, o PSB recebeu doação da Construtora Norberto Odebrecht de R\$ 600.000,00 ao Diretório Nacional, que não foram direcionados para a campanha presidencial de Marina Silva.



É importante ressaltar que todos os depoimentos e demais documentos coletados pela operação Lava-Jato, como planilhas, mensagens de celular e troca de e-mails estão em posse do Ministério Público Federal, que considerou, no cruzamento dessas informações, que não havia elementos que justificassem o pedido de abertura de inquérito ou o encaminhamento às demais instâncias da Justiça.

É necessário reiterar o que Marina Silva expressou em Nota no dia 02 de março de 2017, quando esse assunto veio a público pela primeira vez, que ela confia no trabalho da Justiça e defende a urgência para mudar o sistema político corrompido e viciado que tem maculado a nossa democracia. Qualquer acusação de doações irregulares em eleição, para campanha de quem quer que seja, deve ser rigorosamente investigada para que não paire nenhuma dúvida ou suspeita.

Fica aqui o nosso repúdio a essa matéria da *Folha de S.Paulo* do dia 14, que trouxe essa manchete horrível, em que se tentou botar Marina Silva no bolo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado André Amaral.

O SR. ANDRÉ AMARAL (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só registrar o meu apoio incondicional à iniciativa de Prefeitos,



Vereadores, jovens e estudantes do Vale do Piancó, que, no próximo dia 20, estarão reunidos para um grande grito, por um *campus* universitário para aquela região importante do meu Estado, a minha Paraíba.

A educação é muito importante. Nós precisamos levar educação pública de qualidade para esses jovens estudantes.

Tenham certeza de que têm o nosso apoio, têm o apoio da bancada federal, têm o apoio de um jovem Deputado que acredita na educação como único instrumento capaz de transformar a vida das pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR EURICO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. PASTOR EURICO (Bloco/PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não costumo citar o nome de companheiros quando faço meus pronunciamentos, salvo quando sou obrigado a isso, mas eu gostaria de chamar a atenção para uma matéria da *Folha de S.Paulo* do dia 4, em que um dos Deputados, companheiro que eu respeito muito... E vou citar o nome: Paulinho da Força. Há uma expressão registrada no jornal que dizem que é dele. Eu não sei se é. Diz que quem não apareceu na lista da Lava-Jato é considerado Deputado desprestigiado, ou seja, não tem prestígio. Diz ele que quem tem prestígio está lá. Os demais não têm prestígio.

Eu gostaria de dizer, se for verdade, que a resposta que dou é a seguinte: se não estar envolvido na lista de corrupção é ser desprestigiado, eu quero continuar



sendo desprestigiado, e muitos companheiros aqui, porque esse prestígio miserável não cabe a homens dignos, os quais há muitos aqui.

::Gravado por Patrícia Maciel (5198) em 20/04/2017 11:42:04;:

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Juiz Sergio Moro mais uma vez comete abuso de autoridade. Ele já cometeu vários, e eu disse isso pessoalmente a ele aqui na Câmara dos Deputados. Aliás, disse a ele que se no Brasil a Justiça fosse séria ele já não seria mais juiz, ele já teria sido afastado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Pois bem, agora, Sr. Presidente, se não bastassem todas as arbitrariedades que esse Juiz Sergio Moro já fez com relação ao Presidente Lula, ele aceitou que as 87 testemunhas fossem prestar depoimento em favor do Presidente, mas ele exige que o Presidente Lula esteja presente em todos os 87 depoimentos.

Isso é um absurdo! Como é que o ex-Presidente Lula vai ficar em 87 depoimentos de testemunha a seu favor?

Juiz Sergio Moro, pelo amor de Deus, deixe o Presidente Lula! O Lula não vai ficar em campanha, não precisa prendê-lo 87 dias para ouvir depoimento. Ele tem o que fazer. Isso é mais uma irresponsabilidade do Juiz Sergio Moro.

Eu peço que o programa *A Voz do Brasil* divulgue essa minha fala, porque muita gente neste País já está descobrindo que realmente esse Juiz fez parte do golpe e agora insiste em tirar o Presidente Lula da disputa à Presidência em 2018.



O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o maior ladrão que o Brasil já conheceu, que se chama Luiz Inácio Lula da Silva, apresentou, de maneira irresponsável...

O SR. ZÉ GERALDO - Ladrão é você! Ladrão é você! Ladrão é você!

O SR. ONYX LORENZONI - ...87 testemunhas.

O SR. ZÉ GERALDO - Você está na Odebrecht, rapaz! Ei, rapaz, você está na Odebrecht, na lista da Odebrecht!

O SR. ONYX LORENZONI - Portanto, ele tem que responder pelos seus crimes. Lula tem que responder pelos seus crimes!

A SRA. ERIKA KOKAY - Respeite o Presidente...

(Tumulto no plenário.)

O SR. ZÉ GERALDO - Dinheiro ilegal! Você está na lista da Odebrecht, rapaz!

O SR. LEO DE BRITO - Falso moralista! Está na lista da Odebrecht!

O SR. ONYX LORENZONI - É isso que ele tem que fazer.

O SR. LEO DE BRITO - Falso moralista!

(Tumulto no plenário.)

O SR. ZÉ GERALDO - Rapaz, tu é muito corajoso! Está na lista da Odebrecht! Toma vergonha!

O SR. ONYX LORENZONI - Lula descumpre a lei! Lula é traficante de influência, principalmente da Odebrecht.

O SR. JOÃO DANIEL - Respeite Lula!

O SR. ONYX LORENZONI - Por isso, ele tem que ir lá para Curitiba e dar explicação sobre como é que ele enriqueceu nos 8 anos de Governo.



A SRA. ERIKA KOKAY - Lula não enriqueceu. Outras pessoas enriqueceram. Outras pessoas enriqueceram. Lula não enriqueceu em 8 anos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu passo a palavra ao Deputado Marun, pela Liderança do PMDB.

E eu peço que possamos manter o alto nível do debate. Eu acho que é isso que interessa à Câmara dos Deputados.

A SRA. ERIKA KOKAY - Vamos encerrar a votação, Presidente! Vamos encerrar a votação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já vou encerrar, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY - Já estamos há quase 1 hora com essa votação.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, queria fazer um apelo para que o Governo encaminhasse a eleição da CMO. Nós já estamos, praticamente, em meados do mês de abril, e a Comissão de Orçamento não elegeu seu Presidente, não escolheu seu Relator. Isso vai trazer consequências para o andamento do fluxo de execução dos programas do Governo.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Marun, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB-MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, senhoras e senhores da imprensa, eu venho à tribuna hoje, dia 19 de abril — aliás, dia do aniversário do meu pai e de Getúlio Vargas —, em primeiro lugar, para agradecer a confiança do Presidente Rodrigo Maia e do Deputado Baleia Rossi, Líder do meu partido, no sentido de eu ter sido indicado para o exercício da Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados. Eu convido os colegas para a posse, que acontecerá em alguns minutos no Salão Negro.

Eu estou consciente da responsabilidade que, neste momento histórico da vida nacional, recai sobre os ombros deste Deputado, de primeiro mandato, que, acredito, mesmo divergindo de muitos muitas vezes, conquistou o respeito da maioria dos membros desta Casa, especialmente pela sua determinação, coerência e combatividade, que coloco à disposição de todos os senhores e senhoras, no sentido de que nós respeitemos a nossa honra e a nossa imagem no exercício das nossas atividades parlamentares.

Como é do conhecimento de V.Exas., sou um defensor irredutível do devido processo legal. Penso que a presunção da culpa e que a condenação antecipada são instrumentos das ditaduras, e não dos Estados Democráticos, onde prevalece o direito. E é com esse espírito que, mesmo nesta hora difícil, nós exercemos a função que V.Exa., Sr. Presidente, delegou a mim.

O gabinete da Procuradoria Parlamentar é e será uma extensão do gabinete de V.Exas. no sentido de que sejam preservadas, eu repito, a liberdade no exercício



da atividade parlamentar, a honra pessoal e a imagem de cada um de nós, já que a nossa imagem é condição inexorável para o exercício da nossa atividade.

Hoje, neste momento em que muitos até questionam se devemos ou não devemos avançar, se podemos ou não podemos avançar, entendo que temos, sim, o dever de avançar, colocando com liberdade os nossos pensamentos, colocando com altivez as nossas opiniões, votando de forma absolutamente livre e de acordo com as nossas convicções.

Nós jamais poderemos permitir que uma crise, que é real — e a qual eu não diminuo — possa prejudicar ou, mais do que isso, impedir o funcionamento da nossa Casa.

Nós estamos aqui para isso. Aqui chegamos por delegação de milhões de brasileiros que entendem que todos nós, com as nossas virtudes e os nossos defeitos, somos aqueles que devemos representá-los. Temos, sim, suficiente autoridade para continuarmos expressando os nossos votos, divergindo se for o caso, convergindo em algumas situações, mas jamais nos quedando diante de situações que se colocam no nosso caminho. Esse é o meu pensamento.

Defendo — repito — o devido processo legal, defendo o direito de defesa. Imbuído desse espírito de que eles, no meu modo de ver, são pilares da democracia e, somando-se a isso, com a estima que tenho por cada um dos senhores, praticamente sem exceção, é que exercerei esta função. Baseado nisso, coloco-me à disposição de todos.

Quero ainda aproveitar este pequeno tempo que me resta para falar sobre a apresentação feita hoje na Comissão que tenho a honra de presidir, que trata da reforma da previdência. Neste dia foi feita a apresentação do relatório



magistralmente elaborado pelo nosso eminente colega Deputado Arthur Oliveira Maia. Foi feito um legítimo exercício da democracia. O Parlamento está exercendo de forma correta e digna o seu papel.

Quando fui convidado para o exercício desta Presidência, muitos entenderam que lá cumpriríamos o papel de simplesmente carimbar o projeto que vinha do Governo.

Todos os senhores, principalmente aqueles que participam mais ativamente da nossa Comissão, sabem que o que eu direi agora é verdade. Lá se exerceu a democracia. Houve espaço para o contraditório. As opiniões, por mais divergentes que fossem, foram apresentadas.

E o resultado qual é? O resultado é que a sociedade brasileira, por meio de seus Parlamentares, que somos nós, trouxe ao Relator, à Comissão, a este Presidente, diversos pleitos, diversas sugestões de ajustes, que estão hoje incorporados ao relatório, ao substitutivo que o Relator apresenta na nossa Comissão.

Estou orgulhoso, estou feliz! Tenho a convicção de que o Parlamento brasileiro cumpriu o seu papel e a sua missão, melhorando em muito o projeto originalmente apresentado. Este é o nosso papel!

A proposta original foi elaborada por técnicos competentes, patriotas, mas a proposta teria que passar, como passou, pelo crivo da política, pelo crivo do humanismo, pelo crivo da sociedade por nós representada.

Numa exaltação ao legítimo processo democrático, nós estamos hoje apresentando um projeto que efetivamente se coloca na condição de ser bom para o Brasil e para os brasileiros.



Concluo agradecendo ao Presidente Michel Temer pela confiança e pelo fato de ter sempre entendido a importância do papel de cada um de nós na elaboração desse projeto.

Estou à disposição de todos.

Viva o nosso querido Brasil!

Muito obrigado.



O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente...

O SR. BALEIA ROSSI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Baleia Rossi.

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente quero falar que é importante avançarmos nesses destaques.

Ontem nós tivemos uma vitória muito importante do Governo. Foi uma vitória, com 301 votos a favor, do relatório do Deputado Pedro Paulo.

Para ajudar e acelerar esta votação na tarde de hoje, o PMDB retira o destaque que havia feito a este projeto.



O SR. JONY MARCOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Jony Marcos.

O SR. JONY MARCOS (PRB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam e ouçam o que eu vou relatar nesta tarde na tribuna.

Há 15 dias eu reclamei, deste microfone, do Governo Federal porque fez a promessa de socorrer os Estados do Nordeste com milho subsidiado pela CONAB.

E olhem que coisa: 2 dias depois de um desabafo na Comissão de Agricultura, onde eu disse que o Ministro Meirelles mandava mais neste País do que o Presidente Temer, este assina a portaria interministerial e autoriza que o milho seja vendido no balcão da CONAB a 33 reais — ou seja, o preço era 46 reais e 80 centavos e foi para 33 reais.

Aí, a CONAB realiza um leilão dos primeiros caminhões que transportarão o milho do Mato Grosso, Sr. Presidente, e faz uma logística burra — burra! —, porque deixa Sergipe fora dos Estados contemplados com o primeiro lote, de 60 mil toneladas. O que acontece agora? Isso não resolveu o problema de Sergipe, não temos milho para ser vendido subsidiado lá. Essa logística burra da CONAB não consegue solucionar o problema do nordestino que mora no sertão de Sergipe.

Isso pode ter ocorrido porque Sergipe é o menor Estado do Brasil, e a sua densidade eleitoral não seja relevante para o Governo. Mas aqui há um Deputado de lá que não vai se calar diante dessa situação. Eu faço um desabafo. Esse é o meu relato. E eu peço ao Governo Federal que, através da CONAB, tome providências



para que o milho chegue ao Estado de Sergipe, senão, na próxima semana, eu estarei aqui desabafando de novo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, quero aqui manifestar a minha oposição ao relatório da reforma trabalhista apresentado ontem.

Esse relatório tem três pilares. Primeiro, ele fragiliza toda a legislação que protege o trabalhador quando estabelece o negociado prevalecendo sobre o legislado, sobre a legislação de proteção mínima.

O projeto ataca a organização sindical quando cria a possibilidade de o trabalhador, diretamente, negociar com os patrões e de haver negociações e conciliações sem a anuência do sindicato, inclusive nas homologações, acabando com o imposto sindical e criando dificuldade para o funcionamento das entidades sindicais.

Por último, o projeto cria mecanismos de filtros, o que dificulta enormemente a ação da Justiça do Trabalho na proteção do trabalhador, elevando alçadas, para poderem reclamar sem gratuidade, e impedindo súmulas do Tribunal Superior do Trabalho. O projeto também cria uma série de dificuldades para que a Justiça do Trabalho atue em defesa do trabalhador e crie direito novo para a sua proteção.

Portanto, tenho certeza absoluta de que esta Casa, que rejeitou o pedido de urgência ontem, não vai aceitar esse projeto. Não é essa reforma que vai modernizar as relações de trabalho no Brasil. Essa reforma vai precarizar mais



ainda, vai fazer com que a Previdência perca recursos e com que o trabalhador volte à condição de antes de 1930, sendo tratado apenas como mão de obra.

O trabalho e o salário são fatores de solução no Brasil e não de problema. Quanto mais dinheiro no bolso o trabalhador tiver, mais consumo haverá. Mais consumo movimenta a indústria; a indústria movimenta o comércio; o comércio movimenta o serviço; e por aí vai. A roda da história tem que girar para frente e não para trás, como quer esse projeto.

O SR. RONALDO MARTINS - Sr. Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, encerre a votação. Já faz 2 horas!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já vou encerrar, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Já há quórum. Muita gente está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já vou encerrar, Deputada. Esta demorou um pouco por causa do horário, mas as próximas serão mais rápidas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Quando encerrar, eu vou falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Martins.

O SR. RONALDO MARTINS (PRB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer o registro do Dia do Exército Brasileiro, dia 19 de abril.

Eu quero prestar aqui a homenagem do nosso mandato a todos os bravos homens e mulheres que fazem parte da gloriosa família verde-oliva. Sr.

Presidente, não deve existir honra cívica maior para um servidor público do que



dedicar toda a sua vida à defesa do seu país, à garantia da soberania e à guarda de nossas riquezas, dentre as quais, a nossa gente, que é a mais importante.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Exército ainda convive com o processo de desprestígio, que vem ocorrendo nas últimas décadas. Eu falo sobre o desprestígio orçamentário sobre a redução gradual dos recursos para manutenção e para investimentos em infraestrutura e em tecnologia. Isso é, sem dúvida, um equívoco dos sucessivos governos. Mas a conta será cobrada no futuro.

Um país sem um exército forte e bem armado e sem um bom contingente está, sem dúvida, fadado a todo tipo de intempérie e de intervenção.

Os mais de 17 mil quilômetros de fronteiras, compreendendo dez países, estão quase à deriva porque o Exército não tem recursos para sua vigilância.

Ainda assim, esses bravos homens e mulheres, guerreiros e guerreiras, fazem o máximo pelo seu país, dando exemplo em missões internacionais, como a que ocorreu no Haiti.

Missões como essa poderiam nos credenciar à vaga no Conselho de Segurança da ONU. Mas como, Sr. Presidente, ter influência internacional, se não conseguimos cuidar integralmente da nossa própria defesa? Com fuzis da década de 70 e 80? Com munição que não resiste há poucos dias de combate?

Eu faço aqui não somente uma homenagem a todos os que fazem o Exército. Faço uma efetiva cobrança para que o Governo Federal e a sociedade brasileira comecem a enxergar as nossas Forças Armadas e a importância que têm para a garantia da nossa liberdade e soberania.

Fica o nosso registro, o nosso protesto e o nosso apelo ao Governo Federal.

Viva o Exército Brasileiro!



Peço que esse discurso seja repercutido, Sr. Presidente, pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer o registro da passagem do Dia do Exército Brasileiro, neste 19 de abril.

Eu quero prestar aqui a homenagem do nosso mandato a todos os bravos homens e mulheres que fazem parte da gloriosa família verde-oliva. Não deve existir honra cívica maior para um servidor público do que dedicar a sua vida à defesa do seu país, à garantia da soberania e à guarda de nossas riquezas, dentre as quais, e a mais importante, a nossa gente.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Exército ainda convive com o processo de desprestígio, que vem ocorrendo nas últimas décadas. Eu falo sobre o desprestígio orçamentário, sobre a redução gradual dos recursos para manutenção e para investimentos em infraestrutura e em tecnologia.

Isso é, sem dúvida, um equívoco dos sucessivos governos, mas a conta será cobrada no futuro. Um país sem um exército forte, bem armado, com um bom contingente está, sem dúvida, fadado a todo tipo de intempérie e de intervenção.

O Brasil é um país com dimensões de um continente. Aqui nós temos riquezas naturais incomensuráveis. Em pouco tempo, seremos o território mais cobiçado do planeta, principalmente quando os recursos naturais essenciais, como a água e o alimento, realmente caírem na escassez. Todos os olhares, bons e maus, se voltarão para o Brasil.



E como será? Que tipo de recado vamos dar para as outras nações do mundo? Que poderemos defender as nossas fronteiras, a nossa Floresta Amazônica? Ou vamos nos tornar alvos fáceis da ganância e da sanha militarista internacional?

A Estratégia Nacional de Defesa, plano alinhavado em 2008 para promover o reaparelhamento das nossas Forças Armadas, perdeu força ao longo do tempo.

A realidade é que o Exército, que é a maior fração das nossas Forças Armadas, vem perdendo força e fôlego. Nossos armamentos têm, em média, mais de 30 anos de uso; são ultrapassados. Nossa defesa imediata, de resposta rápida, não resiste ao poderio bélico de um único porta-aviões americano ou russo.

Os mais de 17 mil quilômetros de fronteiras, compreendendo 10 países, estão quase que à deriva, porque o Exército não tem recursos para sua vigilância.

Mesmo assim, esses bravos homens e mulheres, guerreiros e guerreiras, fazem o máximo pelo seu país, dando exemplo em missões internacionais, como a que ocorreu no Haiti. Missões como essa poderiam nos credenciar à vaga no Conselho de Segurança da ONU. Mas como ter influência internacional se não conseguimos cuidar integralmente da nossa própria defesa? Com fuzis da década de 70, de 80? Com munição que não resiste há poucos dias de combate?

Eu faço aqui não somente uma homenagem a todos que fazem o Exército, mas uma efetiva cobrança para que o Governo Federal e a sociedade brasileira comecem a enxergar as nossas Forças Armadas pela importância que têm para a garantia da nossa liberdade e soberania.

Fica o nosso registro; o nosso protesto e o nosso apelo ao Governo Federal.
E viva o Exército Brasileiro!



Peço que esse discurso seja repercutido, Sr. Presidente, pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm.

Eu vou encerrar em 5 minutos.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu queria dar ciência e conhecimento da importante coleta de assinaturas que eu estou finalizando no dia de hoje. Agradeço o apoio que estamos tendo na formatação de uma frente parlamentar em defesa da conclusão das obras de duplicação da BR-116, trecho sul, que vai de Guaíba, passando por Pelotas, no contorno, e indo em direção ao porto de Rio Grande.

Nós estamos finalizando a coleta de assinaturas. Temos cerca de 200 assinaturas para estabelecermos uma frente nacional com respaldo da nossa bancada gaúcha, dos Estados do Sul, Santa Catarina e Paraná, e de todo o Brasil, comprovando que precisamos garantir a sua conclusão. Com mais 600 milhões de reais, nós, em dois orçamentos, finalizaremos aquela obra que vai dar capacidade competitiva para as exportações, por meio do porto de Rio Grande, que vai dar garantia de vida a quem transita por aquela região, como, por exemplo, caminhoneiros, famílias e turistas da costa sul e da região do extremo sul. Nós precisamos, efetivamente, concluir esta obra, na qual já foram investidos 1 bilhão e 300 milhões de reais.

Na quarta-feira próxima, teremos uma audiência com o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella. Também temos outros agendamentos pelos



colegas Parlamentares, junto à nossa Frente Parlamentar também criada pela Assembleia, mobilizados pela bancada gaúcha e, agora, com a Frente Nacional, em defesa dessa duplicação.

Junto à PRF — Polícia Rodoviária Federal, junto ao DNIT — Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, nós estamos buscando dados. Há muitas mortes, condições de cerceamento da vida das pessoas. Por isso, precisamos do desenvolvimento.

Duplicar essa BR é uma exigência. Há um desperdício. Já foram realizados 62% dessa obra. Nós temos uma parte do contorno lá em Pelotas que também já tem mais de 87% das obras finalizadas. No trecho da BR-392 com destino a Rio Grande, no contorno de Pelotas, nós não tínhamos a rubrica orçamentária. Abrimos. Conseguimos 15 milhões, mas temos condições, segundo o DNIT, de concluir até o fim de 2018.

Salvar vidas, garantir desenvolvimento e dar capacidade competitiva ao Sul do País e ao Estado do Rio Grande do Sul é fundamental à conclusão da BR. O movimento está sendo liderado pelos prefeitos. Quero destacar a Prefeita Paula, o Prefeito Fábio Teles, os demais prefeitos, inclusive da Costa Doce, os Vereadores, a Aliança Pelotas e a Aliança Rio Grande.

Eu queria finalizar dizendo, Sr. Presidente, que, com essas 200 assinaturas, na quarta-feira próxima, nós estaremos estabelecendo a primeira reunião de trabalho, já que há essa sensibilização. Precisamos aprofundar o tema, para garantirmos que obras, a exemplo dessa duplicação, não fiquem paradas, perdendo todo o investimento que foi feito.



E o que é mais grave, segundo a PRF, a nossa Polícia Rodoviária Federal, Superintendência do Rio Grande do Sul e a Superintendência de Coordenação lá do extremo sul, de Pelotas, nós tivemos acidentes fatais em que mais de 24 pessoas perderam a vida. E não há valor maior do que a vida de uma pessoa, e nós temos o dimensionamento da importância dessa obra. Portanto, deixo um apelo pela duplicação da BR-116, trecho sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas tirar uma dúvida. Quem vota obstrução tem seu nome demonstrado no painel ou não? Há 399 votantes e 71 ou 72 que não votaram.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votaram até agora 437 Sras. e Srs. Deputados. Basta V.Exa. descontar de quem não votou para ver quantos votaram até agora.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Então, isso significa que quem está votando obstrução não tem seu nome demonstrado no painel.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, estamos há mais de 1 hora e meia em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso ocorreu porque a votação foi na hora do almoço.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA - Isso não é razoável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não é mesmo, Deputada.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA - Em respeito aos Deputados aqui, encerre a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É verdade.

O SR. LAERTE BESSA - Sr. Presidente, está com medo de errar novamente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estou, não é, Deputado? A primeira vez é erro. A segunda pode ser outra coisa, não é, Deputado?

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, esta semana Pernambuco recebeu uma boa notícia, até que enfim, do Governo Federal, quando foi anunciado que o Porto de Suape em Pernambuco retornará a ter autonomia.

Uma medida provisória do Governo Dilma bastante polêmica alterou a Lei dos Portos, retirou a autonomia do Porto de Suape. Aqui esteve o Governador Eduardo Campos. À época, eu fazia parte da Comissão Mista, e o Governador defendeu que Suape tivesse a sua autonomia mantida. Mas o Governo alegou, através da Ministra Gleisi Hoffmann, que a legislação deveria ser única para o País inteiro. E nós alegávamos, à época, que Suape era um porto modelo, e que não era correto se retirar a autonomia de Suape, porque o porto ia de vento em popa. Mas, infelizmente, os nossos argumentos não foram ouvidos, a medida provisória foi transformada em lei, e Suape perdeu a sua autonomia.

O fato é que passados 3 anos, o Porto de Suape ficou engessado, sem receber novos investimentos, dependendo da estrutura da Secretaria Nacional dos Portos. Ficou comprovado que não havia estrutura suficiente para a demanda que viria do Brasil todo. E agora o Governo Federal reconhece o erro, volta atrás, e retorna a autonomia a Suape. Segundo anúncio, o Presidente Temer irá a Pernambuco, no dia 27, para assinar um decreto devolvendo a Suape a sua



autonomia. É importante para Pernambuco e para a sua economia que novos investimentos cheguem, que Suape recupere a sua autonomia, que decida o seu destino e o dos investimentos que forem para ali direcionados.

Muito obrigado.

Peço a divulgação deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para denunciar aqui o clima de medo por que passa o Estado do Ceará e a Região Metropolitana de Fortaleza.

Durante os últimos meses, a estratégia do Governo do Estado tinha sido uma campanha midiática para tentar vender uma falsa expectativa de segurança através de ações puramente midiáticas. Muitas vezes, não aparecia na imprensa ônibus que eram queimados e ações criminosas. Mas o que aconteceu hoje ninguém teve como esconder.

Já são mais de dez ônibus incendiados neste momento em Fortaleza. Os terminais de ônibus estão fechados, e há mais de 100 mil pessoas tentando acessar o transporte público. Tudo isso ordenado de dentro dos presídios. Mensagens ameaçadoras e criminosas já se espalham nas redes sociais.

Por isso é que nós precisamos ter um Governo de Estado mais ativo na segurança para enfrentar esse caos, porque nós vivemos e temos assistido a uma postura pusilânime de apenas tentar vender um sentimento de segurança, quando os números não provam isso.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reúna a bancada do Ceará e designe uma Comissão Externa para acompanhar essa grave crise de segurança que acontece no nosso Estado.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Pode e deve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todos já votaram?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Já.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 302;

NÃO: 98;

ABSTENÇÃO: 2.

MANTIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o resultado desse destaque levou quase 2 horas de votação e foi exatamente para derrotar um destaque do PCdoB, que é um partido que faz parte da composição da Minoria, a esta matéria, foi para derrotar um destaque que evitava que a riqueza e o patrimônio do povo brasileiro fossem simplesmente leiloados a preço de banana, compondo assim uma agenda do Governo Federal, porque não é uma agenda do conjunto dos Governadores.

Essa contrapartida, que acaba de ser aprovada, expressa o Brasil em que nós estamos vivendo hoje. Esta semana nós tivemos a oportunidade de ver duas pesquisas. A primeira pesquisa, do Vox Populi, apresenta algo que surpreende muita gente: o crescimento do nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para 45% nas intenções de voto para Presidente, sendo que, no segundo turno, ele derrota todo e qualquer adversário que se apresente, por ampla margem de votos.

Apesar de toda a seletividade, de todo o tempo que a televisão leva atacando Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de todas as tentativas de colocá-lo no alvo, a sociedade já compreendeu que esse tempo exagerado na televisão, que essas ações seletivas fazem, na verdade, com que o povo entenda o contrário. O povo já entendeu qual é o objetivo desse tipo de ação: impedir que o Lula seja candidato.

Ora, nós precisamos retomar a democracia brasileira, porque há 1 ano, quando membros desta Casa violaram a Constituição e desprezaram o voto popular, ao aprovar o *impeachment* que o próprio Michel Temer confessa, em rede nacional de televisão, que foi feito por vingança de Eduardo Cunha, porque o PT não votou



com a favor dele no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e não por que havia crime de responsabilidade, está nítido, explícito que foi uma decisão política de interromper um Governo eleito, que tinha projeto para este País, para fazer o que nós estamos comprovando a cada dia deste ano.

Naquele momento, abriu-se um cenário de saquear este País, abriu-se um cenário de negar políticas estratégicas, abriu-se um cenário de projeto nacional de desenvolvimento suprimido e sequestrado. Mas também saquearam a dimensão coletiva da política, o sentido da cidadania. E agora querem saquear os direitos civis, civilizatórios, direitos sociais do povo trabalhador e do povo brasileiro. As mulheres estão, cada vez mais, arcando com as agendas deste Governo.

Entregaram o Campo de Carcará, que foi descoberto e explorado pela PETROBRAS, dando altíssimos lucros para este País. Entregaram, como vão entregando tudo, como essa contrapartida que vai exigir de todos os Governadores.

Esse cenário também abriu uma profunda divisão na sociedade brasileira, na qual floresceu o ódio, a intolerância, a agressividade e a criminalização que alguns achavam que seria só da esquerda. Agora estamos vendo o balaio geral em que se transformou esse processo político. E isso é muito ruim para o Parlamento e para o povo brasileiro, porque o que se faz hoje é cada vez mais usar aquela teoria que ontem me dizia o nobre Deputado Wadih Damous, é o Direito em movimento, o *lawfare*, o uso do Direito para a ação política, é o uso seletivo do que importa e do que interessa, é permitir que hoje agentes públicos que estão dentro do processo de investigação, que deveriam ter isenção e que fazem parte do sistema de Justiça produzam um vídeo com três Procuradores posados, agindo politicamente contra este Parlamento e contra a política brasileira.



A reação tem que ser feita por este Parlamento. Só existe um Poder capaz de frear esse tipo de escalada antidemocrática no Brasil: este aqui, eleito pelo voto popular, com todos os seus limites e a sua composição. Só existe este Poder capaz de regular a democracia brasileira, porque ele é eleito pelo povo brasileiro, com os defeitos e as dificuldades que ele tem.

Então, nós não podemos abaixar a cabeça. Este é o momento de a sociedade brasileira enfrentar esse debate. O Governo teve uma importante derrota neste plenário, não conseguiu aprovar a urgência da reforma trabalhista, mas a mídia não diz nada.

A delação do Sr. Emílio Odebrecht tem um pedaço do qual a imprensa nem sequer passou perto: ele diz que o sistema Globo fez uma parceria com a Odebrecht, montaram uma articulação privada para atuar e quebrar o monopólio das telecomunicações e o monopólio da PETROBRAS.

Quando a mídia vai tratar desse tema? Isso está rodando na Internet, ao vivo — a delação ao vivo do Sr. Emílio Odebrecht. Mas só vai à divulgação o que interessa e o que criminaliza o conjunto da política, misturando alhos com bugalhos, pessoas inocentes com culpados, e tudo precisa ser investigado.

Essas propostas, essas agendas que chegam ao plenário da Casa são aviltantes para a sociedade brasileira. A terceirização que aqui se fez tirou a autoridade, a credibilidade deste Governo para falar de Previdência Social, porque a terceirização, que estimula que os trabalhadores virem PJ, não é de quem está preocupado com a tributação na Previdência. Há aumento do contrato temporário, redução da contribuição das empresas.



Este Governo em nenhum momento apresentou as tabelas do tamanho da sonegação, de 452 bilhões, neste País. Em nenhum momento ele apresenta nas suas tabelas o tamanho dos juros, que é o principal algoz do déficit nominal deste País. Em nenhum momento ele fala de uma desoneração não criteriosa, muito menos da perspectiva de cobrança da dívida ativa, que muitos têm com o Governo Federal, com a União e com a Previdência.

Mas aí qual é a solução para essa fase de 1 década de crise do capitalismo, de um capital rentista, de fundos de investimento? A solução desse capital é avassaladora para o mundo do trabalho, porque lá não se mexe, lá não se toca. É a apropriação da força de trabalho pelo capital mais uma vez, é a apropriação do direito pelo capital mais uma vez, é o aluguel da força de trabalho, é o desrespeito ao direito dos trabalhadores.

Hoje, nós vamos ouvir o resto do relatório da reforma da Previdência. Sou titular da Comissão Especial que trata da reforma da Previdência e posso afirmar a V.Exas. que, lendo o substitutivo, vi que é dramático: mantém a essência da exclusão, aumenta a idade mínima para as mulheres professoras e servidoras públicas em 7 anos e para as trabalhadoras rurais.

Esse relatório mantém uma carência que exclui a possibilidade de se alcançar o benefício tanto no campo, como na cidade. Além disso, faz uma transição cruel para as mulheres e para os homens deste País.

O relatório apresentado não aliviou em nada. Ao contrário, piorou inclusive o cálculo dos benefícios. As pessoas partirão de um percentual menor no cálculo do seu benefício dentro das exigências colocadas.

Portanto, precisamos derrotar essa agenda em nome do povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, pelo PDT.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e colegas Deputados, eu confesso a V.Exas. que a cada dia nós ficamos mais preocupados com tudo isso que estamos vivendo.

Ao longo de todo o ano passado, especialmente logo depois do *impeachment*, quando nós levamos para a população a leitura de que a solução da crise que o Brasil estava vivendo e continua vivendo não seria resolvida rasgando a Constituição e cometendo aquela agressão de se retirar do poder um Presidente legitimamente eleito, muitos não nos compreenderam e acharam que agíamos daquela forma porque o PDT fazia parte do Governo e estava defendendo a Presidente Dilma. E não era nada disso, tanto que tínhamos várias críticas ao Governo dela, da forma como foram tratados vários temas, inclusive o principal da política, que é o combustível de todos, que é a saliva, o diálogo, a conversa entre as forças, entre as partes, a forma como foi feito esse relacionamento aqui dentro.

Mas nos preocupa muito ver o Sr. Presidente, em rede nacional, admitir, publicamente, que o *impeachment* dela era simplesmente a raiva, o troco, simplesmente uma forma do então Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, dizer que estava fazendo revanchismo, porque não teve os votos necessários para se livrar na Comissão de Ética. E todo mundo continua do mesmo jeito. Ninguém falou mais nada, como se fosse absolutamente normal um golpe em cima de mais de 50 milhões de votos.

Sabemos a necessidade que o Brasil tem de fazer grandes reformas. O País precisa de reformas, mas planejadas, abertas, em que se tenham realmente



informações, não as que estão aí, com retalhos. Todo mundo chega aqui com informação por partes. Na Comissão, em vários momentos, vimos o Governo dizer que a reforma tinha que ser de um jeito, porque senão a Previdência iria estourar. Na primeira semana, já abre aos militares. Primeiro às Forças Armadas, depois aos militares, em seguida aos policiais civis e federais, e diz que vai abrir a outras categorias. Enfim, nem eles mesmos mais sabem o que se pode abrir e até onde ela aguenta.

Sabem por quê? Porque essa planilha e essa caixa-preta do Fundo Social da Previdência não foram abertas de verdade. Nós não sabemos de verdade quanto o Brasil tira por ano, através da DRU, da Previdência, para pagar juros e pagar a dívida. Ao mesmo tempo, nós vemos a classe política, vemos esta Casa inerte a temas importantes como a taxaçoão de imposto em cima de grandes fortunas. Isto está lá na Constituição, mas não vemos ninguém se mobilizando para taxar quem pode pagar mais neste País.

Então, simplesmente, o que ocorre? As políticas ficam para os menores, para os pequenos. Pegaram aquele pato grande lá na frente da FIESP e estão colocando os patos pequenos no colo de todos os trabalhadores e dos servidores deste País.

A política precisa acordar; é preciso dar uma sacudida aqui dentro. E não é uma sacudida simplesmente ao abrir sessões e sair aprovando com um trator todos os projetos. Nós não podemos simplesmente vir para cá, com um rolo compressor, com reforma trabalhista, reforma da Previdência, reforma política e várias outras pautas que sequer conseguimos aprofundar com os próprios Parlamentares. Imaginem com a sociedade! É importante compreendermos o que está acontecendo.



Enquanto isso, toda esta Casa está sendo emparedada, porque sabe que não consegue imprimir uma pauta minimamente produtiva ou uma pauta em que consigamos protagonizar de verdade algumas mudanças na ordem prática na vida das pessoas.

O PDT vai continuar vigilante. Nós sabemos que os próximos dias serão de luta interna aqui dentro, mas nós vamos resistir para dizermos “não” às reformas que estão aí. Vamos dizer “não” à reforma da Previdência; “não” à reforma trabalhista.

Porém, vamos dizer “sim” a uma agenda em que consigamos de verdade fazer as grandes transformações — não inventando a roda, Srs. Deputados. Temos que fazer transformações nas quais todos no diálogo acreditemos.

Não esqueçamos que esta Casa é a casa do diálogo. Não dá para simplesmente armar relatórios e tentar passar o rolo compressor. Todos os senhores têm satisfação a dar. Todo o mundo aqui representa o povo. E é isto que nós temos que fazer: trabalhar para fazer jus à nossa representação, à representação popular.

Os representantes do Estado, que estão ali na outra Casa, sabem o que fazer e qual o seu papel. Não podemos nos esquecer das pessoas que votaram e fizeram com que cada um de nós estivesse aqui.

Então o PDT, Sr. Presidente, vai continuar fazendo esse papel responsável aqui dentro da Casa. Vamos continuar contribuindo com o que pudermos contribuir e dizendo “não” a essas matérias que nós entendemos que retiram direito dos nossos trabalhadores, como é a reforma da Previdência e a reforma trabalhista.

Era isso que o PDT tinha a dizer, Sr. Presidente.



A SRA. ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, a
Deputada Rosangela Gomes...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho, Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaque nº 8.

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do § 1º do art. 2º do substitutivo apresentado ao PLP 343/2017.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2017.

Deputado Glauber Braga

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Líder Glauber Braga. *(Pausa.)*

A SRA. ROSANGELA GOMES (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria que constasse que na votação anterior eu votei sob a orientação do partido.

Obrigada.

O SR. CABO SABINO (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite fazer um registro de 1 minuto? *(Pausa.)*

Sras. e Srs. Deputados, eu quero nesta tarde parabenizar o Exército Brasileiro. Hoje é o Dia do Exército Brasileiro, que tem por lema *Braço Forte, Mão Amiga*.

Realmente ele tem sido um braço forte no combate ao crime e, acima de tudo, na preservação de nossas fronteiras e da soberania da nossa Nação e a mão amiga no acolhimento das pessoas mais simples, mais pobres e necessitadas, como é o trabalho que faz no Nordeste com fornecimento de água em carro-pipa, no combate à dengue, utilizando seu efetivo para sair às ruas e ir às casas do povo brasileiro orientando-o na campanha contra o mosquito *Aedes aegypti*.

O Exército Brasileiro tem sido a mão amiga de todos aqueles que precisam dele. Por isso eu quero deixar os meus parabéns, em nome da bancada do Estado do Ceará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.



O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados e aqueles que nos assistem neste momento, este destaque do PSOL pretende retirar do texto aquelas que são as contrapartidas draconianas.

O art. 2º, no seu § 1º, inciso I, diz:

Art. 2º.

*§ 1º A lei ou o conjunto de leis de que trata o caput
deverá implementar as seguintes medidas:*

*I - a autorização de privatização de empresas dos
setores financeiro, de energia e de saneamento e outros,
na forma do inciso II do § 1º do art. 4º (...)*

Os Parlamentares que são contra a privatização das empresas nos seus respectivos Estados e que queiram retirar essa contrapartida — no caso do Rio de Janeiro, os Parlamentares que são contra a privatização da CEDAE —, têm que votar favoravelmente a este destaque.

E o inciso II, que nós propomos também retirar no destaque — chamo a atenção de cada um e de cada uma —, trata exatamente da elevação de alíquota para os servidores públicos, porque a lei diz que deverão ser implementadas as seguintes medidas:

Art. 2º.....

§ 1º.....

*II - a elevação da alíquota de contribuição para o
Regime Próprio de Previdência Social dos servidores
ativos, inativos e pensionistas para, no mínimo, 14% (...)*



Quem não quer votar contra os inativos, contra os aposentados, contra os servidores públicos... Eu queria dialogar com os Parlamentares de Estados cujos servidores não estão nem recebendo salário. Como V.Exas. vão aumentar a contribuição previdenciária de quem não está recebendo salário? É o caso do Rio de Janeiro.

Votando “sim” a este destaque, V.Exas. mantêm a renegociação da dívida, mas retiram essa contrapartida draconiana, para que não votem contra os aposentados, contra os servidores públicos, ampliando a contribuição previdenciária para no mínimo — quero deixar claro este “no mínimo”, porque pode ser mais do que isso — 14%.

Art. 2º.....

§ 1º.....

II - (...) e a instituição, se necessário, para financiar o Regime Próprio de Previdência Social, de alíquota previdenciária, extraordinária e temporária.

Pode ser mais do que 14%. Mas, no mínimo, eleva-se a alíquota para 14%. Eu peço o apoio de V.Exas. para votar favoravelmente a este destaque, para tirar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PP entende que este destaque, tal como o primeiro que nós votamos pela permanência do texto, é um dos cernes da questão, é a contrapartida



necessária para que a recuperação seja aprovada no Palácio do Planalto, senão vai pela mesma direção do Projeto de Lei nº 257, de 2016, que foi aprovado aqui quase por unanimidade, mas vetado pelo Presidente.

Então, Sr. Presidente, nós votamos pela manutenção do texto. Nós votamos “sim”.

E eu estou vendo que o Governo já...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança do Governo orienta à base o voto “sim”. É outro destaque e nós precisamos de 257 votos. Ele é decisivo. Ele fala das contrapartidas. Então, é importante nós continuarmos mobilizados como estamos no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB, em homenagem ao esforço feito pelo Relator de construir uma grande convergência no texto original, trazendo para dentro dele o debate necessário para superar esse tema com as contrapartidas necessárias pelos Governos dos Estados, entende que a orientação deve ser de preservação do texto.

Nesse sentido, o PMDB mantém a preservação do texto com o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos em obstrução. A nossa orientação de voto é “obstrução”.

Entretanto, nós achamos importante que esta parte do texto seja suprimida, por uma razão muito simples: não vai trazer nenhuma melhoria para a condição fiscal dos Estados que têm dívidas elevadas em relação as suas receitas correntes líquidas porque poderão vender ativos que hoje geram renda, geram receita para os Estados, no caso de estatais lucrativas, cujos lucros vão para a receita do Estado. Então, ainda vai piorar a situação fiscal dos Estados. Além do que, esses Estados, diferentemente de outros que não aderirem, vão ter que diminuir o seu volume de subsídios fiscais e ficar expostos à concorrência desleal dentro da guerra fiscal absurda que acontece hoje no País. Consequentemente, vão perder investimentos e diminuir ainda mais a sua arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. PEPE VARGAS - Então, Sr. Presidente, nós estamos em obstrução e queremos a supressão desse texto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Afonso Motta, como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é apenas para confirmar o que antecipadamente o painel já coloca: nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Estamos em obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL, obviamente, defende o seu destaque e o entende como absolutamente justo.

Abrir a possibilidade de aumentar a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores estaduais para 14% é colocar na conta deles situações de roubalheira, como, por exemplo, a do nosso Rio de Janeiro, que foi escandalosa e surpreendente até para nós que sabemos que o esquema de Cabral e do PMDB era deletério e criminoso até. É espantoso: rouba-se no submarino, nos aeroportos, nos estádios de futebol, em tudo que é possível.



Além disso, essa ideia da privatização ampla, geral e irrestrita é para destruir a estrutura de Estado. Portanto, essas contrapartidas, mais do que draconianas, são aniquiladoras do próprio Estado que fizer esse regime de recuperação fiscal, que, na verdade, é de aniquilamento total.

Nosso voto, portanto, é contrário ao projeto, e no momento estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “não”, mas orienta pela “obstrução”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede está em obstrução, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT troca seu posicionamento para “obstrução”, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

V.Exa. pode arrumar o painel e colocar o PDT em obstrução? *(Pausa.)*

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PDT está em obstrução.

Esta Presidência convoca a todos os Parlamentares para se dirigirem ao plenário. Nós temos ainda umas nove votações.

Com a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na mesma direção de V.Exa., eu quero convidar os nossos colegas do Partido Progressista a virem ao plenário.

Estamos votando os destaques do substitutivo que nós aprovamos ontem e precisamos manter o texto. É necessário que tenhamos 257 votos “sim” e o quórum de, no mínimo, 400 ou 400 e pouco.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que aguarde a votação com bastante calma e reitero a presença dos nossos colegas no plenário.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Simão Sessim.

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da mesma forma, pelo PMDB, nós chamamos a nossa bancada, para que todos os nossos membros possam estar aqui.

Este é um texto importante porque ele é o contraponto central do texto original, que garante a negociação com as devidas e necessárias contrapartidas. Portanto, a sustentabilidade precisa ser consolidada nesta votação.

Pedimos às nossas Deputadas e aos nossos Deputados do PMDB que venham ao plenário, para que, de maneira célere, diferentemente da outra votação, possamos chegar ao número desejado rapidamente e concluir este tópico, fechando esta semana de maneira importante, neste tema fundamental que nos mantém em debate aqui desde novembro — e há quase 4 semanas —, para que possamos chegar a termo naquilo que desejamos e construimos com afinco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Governador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, eu gostaria, com a anuência...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Espere um minuto.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - ... esta sessão tem que ser encerrada às 16h59min. Portanto, ela está automaticamente encerrada. Evidentemente, V.Exa. precisa...



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, V.Exa. não ouviu o Presidente prorrogá-la por 1 hora.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Ele prorrogou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Prorrogou.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - A assessoria não me informou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Infelizmente. A assessoria tem que dar uma aperfeiçoada. Peça que prestem mais atenção.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O meu querido amigo José Guimarães não ouviu duas coisas: não ouviu a sua assessoria e não ouviu que V.Exa. tinha-me concedido a palavra, senão ele não faria isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Faz parte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Tenho certeza. Então, ele foi duplamente indulenciado.

Estou aqui autorizado pelo nosso Líder sênior Simão Sessim a fazer uma conclamação ao mínimo de razão.

Deputado José Guimarães, V.Exa. era o Líder do Governo quando o Governo propôs... Eu não vou falar de todo o projeto, porque V.Exa. e o Deputado Afonso Florence têm muita autoridade moral para criticar este, como tiveram para criticar o PLP 257. Naquele primeiro projeto que a Presidente Dilma encaminhou, em fevereiro de 2016, já constava, Deputado José Guimarães, a elevação da alíquota da Previdência de 11% para 14%, à razão de 1 ponto percentual por ano, para todos os Estados do Brasil. Para todos. Não para aqueles que estão em situação de calamidade.



Por isso eu quero, sem discutir os demais aspectos... Fiquei silencioso. Há uma série de aspectos que podem e devem ser discutidos democraticamente, mas, neste, quem disser que foi o atual Governo que propugnou essa elevação não está falando a verdade.

Eu falo com muito orgulho que no meu Estado, Santa Catarina — com muito orgulho —, foi uma decisão correta a da Assembleia Legislativa, Deputado Pedro Uczai, e do Governador do Estado, em quem eu não votei. A alíquota já passou para até 14% por emenda constitucional aprovada em 2015. Então, no ano passado já foi de 12%, neste ano é de 13% e no ano que vem será de 14%, porque isso é crucial para reduzir a insustentabilidade da Previdência.

Era só esse o esclarecimento que eu gostaria de dar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado José Guimarães, nobre Líder, por 1 minuto.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dialogar com o Deputado Esperidião Amin.

Peço a atenção de V.Exa. É verdade que, quando o Projeto 257 veio para esta Casa, havia nele uma série de condicionantes, não na dimensão das que agora foram incluídas, sobretudo na parte das privatizações. É outro projeto.

O Deputado Esperidião Amin tem razão quando faz referência à alíquota, que passou de 11% para 14%, mas há duas questões que eu gostaria de levantar. A primeira: eu, na condição de Líder do Governo, e o Deputado Afonso, na Liderança do PT, negociamos um substitutivo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - E eu registrei isso.



O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Portanto, nós não concordamos, dissemos ao Governo. Como Líder, eu acolhi o substitutivo. Aliás, por sugestão de vários Líderes, inclusive de V.Exa., como Relator, nós tiramos aquelas condicionantes para a renegociação.

Além disso, Deputado Esperidião Amin, está em tramitação nesta Casa a reforma da Previdência. Qual é o problema? É que o Governo, em cada projeto que envia, mete uma parte das reformas que estão tramitando aqui. Essa é a inoportunidade de discutir a matéria, numa renegociação da dívida dos Estados.

Portanto, considere essas duas colocações, para nós refazermos o entendimento. A renegociação tem que ser feita, mas algumas exigências são descabidas, desnecessárias para sanar a crise fiscal que alguns Estados estão vivendo.

Era só isso, Sr. Presidente e nobre Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Nós concordamos: é uma crise.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar publicidade a nota divulgada por três grandes entidades brasileiras: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e o Conselho Federal de Economia — COFECON, sobre a reforma da Previdência Social. O título da nota é *Por uma Previdência Social Justa e Ética*.

Nela eles denunciam não só a proposta de Michel Temer, como também a proposta apresentada pelo Relator. Denunciam que “a PEC 287 vai na direção



oposta à necessária retomada do crescimento econômico e da geração de empregos, na medida em que agrava a desigualdade social e provoca forte impacto (...) nas economias dos milhares de pequenos municípios do Brasil”.

Parabenizo a CNBB, a OAB e o Conselho Federal de Economia, que se manifestaram contra o desmonte dos direitos dos trabalhadores.

A reforma previdenciária quer roubar os direitos dos aposentados. A quadrilha que tomou de assalto o Palácio do Planalto quer agora assaltar e roubar o direito dos aposentados, do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, correndo o risco de ficar repetitivo, mas por dever de consciência e compromisso social, volto a esta tribuna para dar voz a representativas entidades da sociedade civil brasileira que se manifestam de forma indignada contra a reforma da Previdência proposta por este Governo ilegítimo de Michel Temer.

Nesta quarta-feira, dia 19, foi a vez da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Federal de Economia se associarem à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para denunciar o caráter regressivo da atual proposta, tanto no que diz respeito aos direitos da classe trabalhadora quanto à retomada do desenvolvimento neste momento de crise aguda do capitalismo.

Clamam por maior participação: *“Nenhuma reforma que afete direitos básicos da população pode ser formulada sem a devida discussão com o conjunto da sociedade e suas organizações”.*



Clamam por transparência e verdade: *“Sem números seguros e a compreensão clara da gestão da Previdência, torna-se impossível uma discussão objetiva e honesta, motivo pelo qual urge uma auditoria na Previdência Social”*.

Denunciam o retrocesso: *“A PEC 287 vai na direção oposta à necessária retomada do crescimento econômico e da geração de empregos, na medida em que agrava a desigualdade social e provoca forte impacto nas economias dos milhares de pequenos municípios do país”*.

E por fim alertam contra a falácia de mudanças cosméticas propostas na Comissão Especial para dourar a pílula de proposta tão injusta: *“A ampla mobilização contra a retirada de direitos, arduamente conquistados, perceptível nas últimas manifestações, tem forçado o governo a adotar mudanças. Tais ajustes, como estão sendo anunciados, não eliminam o caráter reducionista de direitos”*.

Por isso, Sr. Presidente, encerro conclamando a sociedade a reagir, a não baixar a guarda, a continuar mobilizada contra a reforma da Previdência do Governo golpista de Michel Temer, a exemplo das centrais sindicais, da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo e de movimentos sociais que realizarão, no próximo dia 28, uma greve geral contra a perda dos direitos nas reformas trabalhista e da Previdência.

Solicito a transcrição nos Anais da Casa e a divulgação nos nossos meios de comunicação do manifesto *Por uma Previdência Social Justa e Ética*, com os meus cumprimentos à OAB, ao Conselho Federal de Economia e à CNBB pela sua propositura.



NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Por uma Previdência Social Justa e Social

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB e o Conselho Federal de Economia-COFECON, conscientes da importância da Previdência Social para o povo brasileiro, e preocupados com a proposta de reforma encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional, vêm, conjuntamente, reiterar sua posição sobre a Reforma da Previdência-PEC 287/2016.

Nenhuma reforma que afete direitos básicos da população pode ser formulada, sem a devida discussão com o conjunto da sociedade e suas organizações. A Reforma da Previdência não pode ser aprovada apressadamente, nem pode colocar os interesses do mercado financeiro e as razões de ordem econômica acima das necessidades da população. Os valores ético-sociais e solidários são imprescindíveis na busca de solução para a Previdência.

As mudanças nas regras da Seguridade Social devem garantir a proteção aos vulneráveis, idosos, titulares do Benefício de Prestação Continuada-BPC, enfermos, acidentados, trabalhadores de baixa renda e trabalhadores rurais. Atenção especial merecem as mulheres, particularmente na proteção à maternidade.

Sem números seguros e sem a compreensão clara da gestão da Previdência, torna-se impossível uma discussão objetiva e honesta, motivo pelo qual urge uma auditoria na Previdência Social. Não é correto, para justificar a proposta, comparar a situação do Brasil com a dos países ricos, pois existem diferenças profundas em termos de expectativa de vida, níveis de formalização do mercado de trabalho, de escolaridade e de salários. No Brasil, 2/3 dos aposentados e pensionistas recebem o benefício mínimo, ou seja, um salário mínimo e 52% não conseguem completar 25 anos de contribuição.

A PEC 287 vai na direção oposta à necessária retomada do crescimento econômico e da geração de empregos, na medida em que agrava a desigualdade social e provoca forte impacto negativo nas economias dos milhares de pequenos municípios do Brasil.

É necessário que a sociedade brasileira esteja atenta às ameaças de retrocesso. A ampla mobilização contra a retirada de direitos, arduamente



conquistados, perceptível nas últimas manifestações, tem forçado o governo a adotar mudanças. Possíveis ajustes necessitam de debate com a sociedade para eliminar o caráter reducionista de direitos.

As entidades infra firmadas convidam seus membros e as organizações da sociedade civil ao amplo debate sobre a Reforma da Previdência e sobre quaisquer outras que visem alterar direitos conquistados, como a Reforma Trabalhista. Uma sociedade justa e fraterna se fortalece, a partir do cumprimento do dever cívico de cada cidadão, em busca do aperfeiçoamento das instituições democráticas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Orientação do PMB.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, é importante ressaltar e complementar que nós participamos agora de uma reunião da Frente Parlamentar contra a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista. Estavam presentes o Senador Paulo Paim e o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Foi-nos relatado que, além da CNBB, a representação dos evangélicos se posicionou publicamente contra a reforma da Previdência. Isso é muito importante. Eu acho que o conjunto da população tem que ter essa informação.

E pedimos a todos os Deputados, tanto aos da Frente Parlamentar Católica quanto aos da Frente Parlamentar Evangélica, que votem contra a reforma da Previdência.

Logicamente, o posicionamento do PMB em relação a esta matéria, o destaque do PSOL, é favorável. Nós vamos entrar em obstrução.

Mais uma vez, vamos registrar o nosso posicionamento contra a votação, ainda hoje, da urgência da reforma trabalhista, um grande retrocesso para os direitos do conjunto dos trabalhadores brasileiros.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente , eu queria fazer um registro que julgo de muita importância.

As famílias brasileiras, especialmente pais e mães de crianças e adolescentes, estão em pânico neste momento, por causa de um jogo chamado Baleia Azul, que leva crianças e adolescentes a se automutilarem e também a cometerem suicídio. Já temos registros de adolescentes que recorreram ao suicídio para o cumprimento da última etapa desse jogo.

A Polícia Federal já abriu inquérito no Paraná. E nós aqui vamos protocolar pedido na Polícia Federal para que abra inquérito e faça essa investigação em âmbito nacional. Também vamos protocolar pedido na Comissão de Segurança Pública e na Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa.

Várias decisões judiciais no Brasil já tirara o aplicativo WhatsApp do ar. Nós também precisamos ter uma saída para a retirada desse jogo do ar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Com a palavra o Deputado Chico d'Angelo.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria prestar apoio e solidariedade aos pequenos agricultores do Açu, no norte do Estado do Rio de Janeiro, que, hoje, às 5 horas da manhã, retomaram suas terras, irregularmente desapropriadas devido a um acordo entre o Governo do Estado e a empresa LLX, do empresário Eike Batista. Com a prisão de Eike Batista, vieram à tona todas as negociatas que ocorreram... Aquelas 500



famílias, aqueles 500 pequenos proprietários de terra retomaram, às 5 horas da manhã, as suas terras, para produzirem e melhorarem a qualidade de vida daquela população.

Sr. Presidente, segundo o dirigente estadual do MST Marcelo Durão, a retomada das terras no 5º Distrito, no mês de abril, representa não só o apoio aos agricultores do Açú e a denúncia a todas as violações aos direitos humanos vivenciadas, mas também o enfrentamento ao processo de reconcentração de terras e da venda de terras do Brasil.

Então, a minha total solidariedade aos pequenos agricultores do Açú e de São João da Barra, no norte do Estado do Rio de Janeiro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero prestar apoio e solidariedade aos pequenos agricultores do Açú que iniciaram hoje, às 5 horas da manhã, a retomada de suas terras.

Os pequenos agricultores do Açú, 5º Distrito de São João da Barra, no norte do Estado do Rio de Janeiro, junto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), reocuparam suas terras na manhã desta quarta-feira, após 8 anos afastados, por força do Decreto do Governo Estadual nº 41.195, de 19 de junho de 2009.

Essa ação faz parte da jornada nacional de luta pela terra que ocorre em todo o Brasil de 17 a 21 de abril.

As terras foram tomadas pela empresa LLX, do empresário Eike Batista, que visava à implantação de um distrito industrial na área do entorno do Porto do Açú. Por meio de um termo precário, a CODIN (Companhia de Desenvolvimento Industrial



do Estado do Rio de Janeiro) autorizou a empresa de Eike a entrar e a tomar posse dessas terras.

Cerca de 500 pequenos proprietários foram desapropriados. Uma pequena parte recebeu indenização em valores irrisórios. A maioria questiona na Justiça os termos dessa desapropriação.

A decisão de voltar para as terras foi tomada pelos agricultores e organizada pela ASPRIM (Associação dos Proprietários Rurais e de Imóveis do Município de São João da Barra), que luta desde 2009 contra as desapropriações.

Os pequenos proprietários e seus apoiadores entendem que os objetos que teriam justificado o decreto de desapropriação e nortearam a tomada da terra deixaram de existir.

As empresas que ocupariam a enorme área — siderúrgicas, cimenteiras, usinas termelétricas, estaleiros e outras — há muito já anunciaram suas desistências, desde que os negócios de Eike Batista foram ao chão.

O porto saiu da propriedade da LLX e foi para o fundo americano EIG, que, para ficar livre de Eike, rebatizou a empresa que controla o Porto do Açú como Prumo. Além disso, as prisões do ex-Governador Sérgio Cabral e de Eike Batista permitiram que viessem à tona todas as negociatas que acompanharam todo esse processo e já eram denunciadas pelos agricultores. Isso tudo contribuiu para eliminar de vez a base legal para que o decreto continue em vigor.

O representante da ASPRIM, Rodrigo Santos, declarou que os pequenos agricultores estão voltando para o que nunca deixou de ser deles. Ele disse que eles vão continuar a produzir e exigem que as escrituras de suas propriedades sejam devolvidas.



Segundo o dirigente estadual do MST Marcelo Durão, a retomada das terras no 5º Distrito, no mês de abril, representa não só o apoio aos agricultores do Açu e a denúncia a todas as violações aos direitos humanos vivenciadas, mas também o enfrentamento ao processo de reconcentração de terras, de venda de terras do Brasil aos estrangeiros, de criminalização aos movimentos sociais e a defesa intransigente do direito à terra como garantia da alimentação adequada e da preservação do modo de vida camponês na contemporaneidade.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, em nome da clareza e da transparência, é preciso frisar que este projeto tem dois objetivos: o socorro emergencial aos Estados que estão em calamidade financeira e que podem contaminar um ambiente macroeconômico já desequilibrado — então, é o socorro imediato a Estados em crise fiscal profunda; e, por outro lado, é um prêmio, é um estímulo para o ajuste fiscal.

O que querem aqueles que propõem esses destaques? O contrassenso total. Ou seja, os Governadores que estão ajustados ou semiajustados serão estimulados a procurar o desequilíbrio para ficarem enquadrados na lei e usufruírem da anistia, da *waiver* de 3 anos nas parcelas da dívida, o que corresponde a 13%, a 15% da receita corrente líquida. Isso não tem nexo.

Esta crise emergencial é fruto da queda das *commodities*, da crise recessiva e também da irresponsabilidade fiscal. Aí se vai premiar quem foi irresponsável e



estimular quem está mais ou menos ajustado a caminhar para o impasse, para usufruir do perdão de 3 anos do pagamento da parcela da dívida.

Isso é um contrassenso, não tem lógica, não se sustenta. Por isso, este destaque precisa ser derrotado.



A SRA. ALICE PORTUGAL - Peço a palavra para falar como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Alice Portugal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós continuamos o debate do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, com emendas que tentam corrigir as contrapartidas absurdas que estão colocadas neste projeto aprovado na noite de ontem.

Todos nós somos a favor do socorro aos Estados, mas não podemos concordar que, embutido nesse socorro, esteja de maneira absurda uma chantagem para que os Srs. Governadores façam a reforma da previdência dos servidores estaduais, para que os Srs. Governadores não façam contratações, para que os Srs. Governadores, por 20 anos, como previu a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, não tenham condições de ampliar investimentos em seus Estados.

O PLP 343 faz com que os Governadores sejam meros síndicos de seus Estados. É uma verdadeira intervenção federal com mãos nada bondosas para com o interesse público e para com o interesse, especialmente, dos trabalhadores. Além disso, força os Srs. Governadores a venderem as companhias de saneamento e os bancos públicos que ainda existem.

O PLP 343 é algo completamente entrelaçado com o espírito das reformas ultraliberais que estão sendo aplicadas por este Governo do Sr. Michel Temer.

Nós hoje ficamos estarelecidos com a nova versão do Relator Arthur Maia para a reforma da previdência. É lamentável que o relatório apresente para a Nação



brasileira uma versão cosmética, ao dizer que as mulheres se aposentarão aos 62 anos, enrijecendo a forma de acesso à garantia de contribuição, fazendo com que o trabalhador rural, infelizmente, tenha que contribuir individualmente, e não mais pelo núcleo familiar. Os trabalhadores rurais contribuem sazonalmente, pela natureza das safras no Brasil.

É, portanto, uma reforma absurda, cruel. É uma reforma que procrastina a chegada à aposentadoria dos que já contribuem com o sistema e impede que você, jovem, se aposente no futuro. A sua primeira passagem, quando você chegar ao mercado de trabalho, jovem, será na porta de um banco. É por isso que o Plenário está sendo chamado a ser sensível, assim como com a discussão que virá logo, logo, sobre a urgência da reforma trabalhista, mais uma vez.

Por que fazer urgente uma reforma que está sendo discutida em uma Comissão Especial? Por que fazer urgente uma reforma que muda mais de 180 itens da CLT, que faz com que o legislado valha menos do que o negociado, que fere de morte os sindicatos, fazendo uma discussão, lamentavelmente, que falta com a verdade sobre a natureza do imposto sindical, matando os sindicatos, que terão que representar apenas os associados, e não todos os membros da categoria?

Eu quero dizer que nós do PCdoB estamos apoiando o destaque do PSOL. Entendemos que o PLP 343 está entrelaçado com a natureza ultraliberal das reformas deste Governo e que a saída é uma grande greve geral no dia 28 de abril e a luta pelas diretas já.

Obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação está promovendo a 18ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, do dia 17 até o dia 28 de abril. E faz o chamamento para a greve geral da classe trabalhadora, agendada pelas centrais sindicais para o próximo dia 28.

Eu gostaria que fosse dada a devida publicidade a este pronunciamento em apoio a essa luta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e também à realização da 18ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

Quero dizer também que estamos juntos para derrotar a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que promove a reforma da previdência, e também a proposta de reforma trabalhista.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi em meu gabinete o Ofício Circular nº 085/2017-PR-CNTE, do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que encaminhou material para promoção da 18ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, que está sendo realizada desde o dia 17 até o dia 28 de abril de 2017, bem como para o chamamento à greve geral da classe trabalhadora agendada pelas centrais sindicais para o próximo dia 28 de abril.

O ofício da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação informa que levará para as escolas brasileiras, durante a Semana de Educação, o debate



sobre os retrocessos do golpista, usurpador e ilegítimo Michel Temer, entre os quais se destacam as reformas da previdência e trabalhista, que suprimem direitos históricos da sociedade e dos trabalhadores e das trabalhadoras; a privatização do pré-sal, que retira recursos do orçamento da educação, da saúde e das demais políticas; a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos nas áreas sociais por inacreditáveis 20 anos, suspendendo até o art. 212 da Constituição, que vincula verbas para a educação; a reforma do ensino médio, feita por medida provisória sem o devido debate com a sociedade e com consequências danosas para os estudantes e os profissionais da educação; a tentativa de aprovação da Lei da Mordaça, a lei da Escola sem Partido, proposta bizarra e já declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no caso de lei similar aprovada no Estado de Alagoas, mas que este Congresso mantém em discussão em bases reacionárias e retrogradadas; além de todas as medidas do atual Governo que visam privatizar e desqualificar a escola pública e que, lamentavelmente, encontram ressonância no Parlamento.

Quero assegurar meu apoio a toda essa importante luta que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e as centrais sindicais vêm realizando pelo povo brasileiro e quero reafirmar que a luta só acaba quando todos os brasileiros e todas as brasileiras estiverem revivendo a nossa saudosa democracia, na qual os direitos e as garantias são respeitados por todos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Daciolo.



O SR. CABO DACIOLO (Bloco/PTdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero alertar todos os Parlamentares para o fato de que hoje, 19 de abril, é o Dia do Exército. Parabéns ao Exército Brasileiro!

Quero ler trechos de uma nota intitulada *Palavra da Força*. Ela diz assim:

(...)

De que é feito esse Exército?

(...)

É feito do suor dos que desde sempre contribuem para o desenvolvimento do País.

(...)

É feito dos que vigiam os 17 mil quilômetros de fronteiras, garantindo a integridade territorial, e que, ao mesmo tempo, coíbem os ilícitos que afligem a população dos grandes centros.

(...)

É feito de brasileiros portadores de simplicidade própria dos que têm a vocação de servir e da grandeza dos que se orgulham da profissão de soldado.

(...)

Esse é o Exército Brasileiro, que nos dias de hoje não se deixa abater pelas dificuldades materiais impostas por restrições orçamentárias e salários defasados, que não condizem com a nobreza da profissão.



Exército que, na condição de instituição do Estado, em meio à crise que assola o país, norteia-se pela preservação da estabilidade e da paz social. (...).

Parabéns ao Exército Brasileiro! Fora, Temer! Novas eleições gerais já!

Quero dizer aos militares que juntos somos fortes! Nenhum passo daremos atrás! Deus está no controle! *(Expressão retirada por determinação da Presidência.)*

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Cabo Daciolo, eu vou pedir que sejam retiradas das notas taquigráficas do seu discurso as palavras ofensivas ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Sandro Alex.

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na manhã de hoje, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, foi aprovado requerimento de minha autoria a respeito de um assunto que hoje está dominando as redes sociais e a imprensa do Brasil, algo surreal que virou caso de polícia. Trata-se de jogo na Internet que leva crianças e jovens à mutilação e ao suicídio.

Nas últimas horas, na Capital do Estado do Paraná, Curitiba, oito crianças foram vítimas de mutilação e tentativa de suicídio por influencia do jogo denominado Baleia Azul.

Nós aprovamos esse requerimento para ouvir não só a Polícia Federal, como também a plataforma que está sendo utilizada para convidar crianças e jovens a acessarem esse jogo e se tornarem vítimas dele.



As crianças vítimas desse jogo têm que concluir 50 passos de mutilação, sendo que o último é o suicídio. É algo realmente irracional, mas há inúmeros casos no Brasil.

Chamei também o presidente do Facebook, empresa proprietária da plataforma WhatsApp, e um representante do UNICEF. Queremos saber o que está acontecendo na Internet para que as crianças — e é uma discussão ligada não só à saúde e à educação, mas também à tecnologia — estejam sendo vítimas de algo que as está levando à tentativa de suicídio.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar pedido de informações que mandei ao Ministro da Saúde para tratar de um problema do Estado da Paraíba, a falta constante da insulina que deve ser distribuída pelo Governo do Estado.

No pedido de informações, nós queremos esclarecer os motivos da constante falta de insulina, mais especificamente das insulinas rápidas, no Estado da Paraíba, onde os pacientes são obrigados a passar 2, 3 ou 4 meses sem o fornecimento desse medicamento, que é essencial à vida.

Nesse mesmo pedido de informação, nós também pedimos esclarecimentos ao Ministro da Saúde sobre o volume de recursos transferido para o Estado da Paraíba ou para as Prefeituras Municipais, destinados à compra desse insumo essencial à saúde, a insulina, bem como sobre as quantidades que foram



encaminhadas ao Estado através de compra direta do Ministério. Isso é algo importantíssimo para a saúde pública.

Têm sido veiculados constantemente na imprensa paraibana os casos de pacientes — crianças, jovens e idosos — que têm sofrido com a falta da insulina, e nós precisamos ter esclarecimento sobre isso, tanto por parte do Ministro da Saúde, através dos setores competentes, como por parte da Secretaria de Saúde do Estado. Por que está acontecendo essa tragédia? E é de fato uma tragédia, porque a diabetes é mutilante, traz sequelas gravíssimas para muitos órgãos, como a visão, e pode até levar à morte.

Então, nós pedimos que o Ministério da Saúde seja rápido nessas informações, para que possamos tomar as devidas medidas, a fim de que seja regularizada a distribuição de insulina no Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Franklin Lima.

O SR. FRANKLIN LIMA (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, em concordância com o nosso querido Deputado Sandro Alex, assinamos, hoje, o requerimento para fazer uma análise acerca desse jogo terrível que tem ceifado a vida de jovens e adolescentes.

Quero também me referir a proposta que apresentei a esta Casa, o Projeto de Lei nº 2.390, de 2015, sobre o Cadastro Nacional de Acesso à Internet, visando à proteção de crianças e adolescentes no acesso a *sites* e conteúdos inadequados.

Eu gostaria que esta Casa analisasse esse projeto, juntamente com a população brasileira, porque ele visa unicamente à proteção da criança, do adolescente e da família.



Nós estamos lutando para que o Brasil e o mundo tenham uma Internet livre de ofensas e de crimes absurdos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui nesta Casa parabenizar a Juíza do Trabalho Graça Maria Borges, da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, por ter condenado a mineradora Samarco a pagar indenização de 2 milhões de reais às famílias que sofreram com o terrível acidente do rompimento das barragens em Mariana. Em minha opinião, é uma atitude tardia, mas ainda louvável — antes tarde do que nunca. Essa decisão não repara o dano causado pela irresponsabilidade da mineradora, mas pelo menos traz alívio paliativo àquelas famílias. Quero parabenizá-la e dizer que o Estado de Minas Gerais está de olho e atento às atitudes do Judiciário em respeito ao nosso Estado.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini, pela Liderança do PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem esta Casa corretamente não aprovou o requerimento de urgência do relatório do Deputado Rogério Marinho, que propunha a chamada reforma trabalhista. E o fez de forma correta, porque o Deputado Rogério Marinho pegou um projeto que tratava de alguns poucos pontos importantes, como, por exemplo, a flexibilização da negociação — o negociado deve prevalecer sobre o legislado — e a transformou numa grande reforma da CLT, uma reforma jamais vista relacionada às Leis do Trabalho em nosso País. Ele quer que votemos esse projeto a toque de caixa, quer que façamos essa reformulação sem nenhuma reflexão desta Casa, sem nenhum debate.

O Relator pode dizer que fez inúmeras audiências públicas. Tudo bem, fez inúmeras audiências públicas, para discutir o projeto original, mas não para discutir essa ampla reformulação na CLT.

O Deputado Rogério Marinho, se tiver o apoio de V.Exas., quer mudar radicalmente as relações de trabalho em nosso País; quer alterar substancialmente o que está disciplinado, organizado e funcionando em nosso País.

Nós temos em mãos uma nota pública, assinada por diversas associações ligadas à magistratura, como: ANAMATRA — Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; ANPT — Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; AJUFE — Associação dos Juízes Federais do Brasil; AMB — Associação dos Magistrados Brasileiros; AMPDFT — Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; ANMPM — Associação Nacional do Ministério Público Militar;



ANPR — Associação Nacional dos Procuradores da República; e AMAGIS — Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios.

Sras. e Srs. Deputados, o que dizem todas essas associação ligadas à magistratura?

Diz o item 2 da nota: *“Conhecidos os seus termos, não há dúvida em afirmar que se cuida do maior projeto de retirada de direitos trabalhistas já discutido no Congresso Nacional desde o advento da CLT.”*

Diz o item 3 da nota: *“Trata-se de um ataque que passa pela supressão de direitos materiais e processuais hoje constantes de lei, CLT, e até mesmo no que deixa de ser aplicado do Código Civil na análise da responsabilidade acidentária (...)”*

É um projeto de uma envergadura que exige desta Casa uma reflexão profunda, uma revisão total da CLT, e nós não podemos concordar que isso se faça a toque de caixa.

Temos que — queremos discutir com as Sras. e com os Srs. Deputados — rejeitar o requerimento de urgência que o Presidente Rodrigo Maia quer votar ainda hoje aqui novamente. O Presidente Rodrigo Maia insiste em votá-lo, porque quer cumprir um calendário dito político.

Ora, nós não podemos tratar as questões relativas aos trabalhadores do ponto de vista político, porque estamos lidando com a vida de milhões de brasileiros, de milhares de empresas.

Sem sombra de dúvida, essa reforma trabalhista do Sr. Deputado Rogério Marinho — nem vou mais dizer que é do Governo — vai entupir a Justiça do Trabalho de ações. Se já existe muita ação lá, vai existir muito mais ainda, mesmo



que o Relator tenha colocado limitação nos direitos de o trabalhador entrar na Justiça do Trabalho. Ele coloca limitações como, por exemplo, a pena da sucumbência.

É um verdadeiro absurdo o que está querendo se fazer aqui hoje! Nós não podemos concordar com isso, porque não podemos assistir que se utilize o instrumento da urgência, um instrumento político, para alterar uma legislação que vigora no País há décadas.

Há quem diga: *“É uma legislação antiga, é uma legislação que já foi superada.”* Mas vem o Relator e propõe o chamado trabalho intermitente. O que é o trabalho intermitente? É a possibilidade de o patrão contratar o empregado quantas horas ele quiser por dia. Isso abandona o conceito de jornada de trabalho. O trabalhador não sabe se vai trabalhar 2 horas, 4 horas, 10 horas. Isso nunca foi discutido no Brasil. Essa discussão não existe! E agora queremos transformar isso em lei?

Quanto à questão do banco de horas, o Relator propõe que a negociação seja individualizada e não mais uma negociação coletiva. Quem é que vai proteger o trabalhador? Ele vai se submeter ao polo mais forte, que é o empresário, que pode demiti-lo a qualquer momento? É disso que se trata, senhores e senhoras.

Não podemos concordar que se faça tábula rasa de direitos conquistados durante muitos anos. É necessário que se faça esse exame cuidadoso. É um exame cuidadoso porque nós estamos falando de situações que podem não só desregular o trabalho, mas também desorganizar a produção em nosso País.

O chamado teletrabalho. *“Que coisa linda! Agora, nós vamos fazer o teletrabalho funcionar.”* Ele já existe. Já há empresa que adota o teletrabalho.



Ora, vamos discutir essa modalidade com calma! Vários países do mundo estão revendo o teletrabalho. É justo definirmos que o cumprimento da jornada de trabalho se dê dentro da casa da pessoa, onde está sua família, onde ela deveria ter o direito de descansar, de ter lazer, de ter a convivência familiar? Não! Agora, a residência do funcionário vai ser o seu local de trabalho também? Vai ser um local de exploração do trabalhador?

Vamos discutir melhor essas questões e com mais tranquilidade!

Não estamos querendo fazer aqui oposição por oposição. Estamos fazendo oposição com cautela. É preciso que tenhamos cautela naquilo que estamos discutindo.

Eu estava conversando há pouco com o Líder do Governo, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, que infelizmente está ao telefone neste momento, sobre essa questão. O projeto do Governo, do qual continuamos discordando, era muito mais limitado do que o que está se propondo agora.

Portanto, isso não cabe aqui a um Relator. Desculpe-me, eu respeito o Deputado Rogério Marinho, eu o respeito pelo seu trabalho, pela sua militância, mas S.Exa. não pode acordar de manhã e querer mudar o Brasil, querer mudar todas as leis trabalhistas do Brasil. É preciso haver um debate!

Eu digo às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que a Casa Revisora, o Senado, vai interromper esse projeto. Não vai deixar esse projeto ir adiante.

Qual é o resultado disso? Para quê isso? Para dizermos que o Governo aqui tem maioria? É essa a necessidade de afirmação que tem aqui os Líderes governistas? Sras. e Srs. Parlamentares, não estamos discutindo aqui pouca coisa. Nós temos de fazer uma discussão profunda, cuidadosa e cautelosa.

Muito obrigado.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda sobre esse assunto que hoje tomou conta da internet, o Desafio da Baleia Azul, eu trouxe aqui alguns números para os Deputados saberem o tamanho do problema: 130 casos de suicídios de jovens da Europa e na Rússia, onde esse jogo começou; no Brasil, quatro tentativas de suicídio são hoje investigados no Rio de Janeiro; no Estado de Minas Gerais, em Pará de Minas, um jovem também atentou contra sua própria vida; em Vila Rica, no Mato Grosso, uma jovem foi encontrada morta, e, ontem à noite, sete adolescentes tentaram suicídio em Curitiba.

Embora alguns Deputados aqui já tenham feito o seu papel como Parlamentar, e eu também fiz o meu de encaminhar uma denúncia ao Ministério Público Federal e pedir uma audiência pública na Comissão de Seguridade Social.

Isso aqui fica de aviso para a família, Sr. Presidente. Embora o Facebook, o WhatsApp e todos os veículos de comunicação contribuam para a propagação desses aparelhos ou desse jogo, fica um alerta à família. A família está abandonada. Não basta o pai e a mãe realizarem o desejo dos filhos sem algum tipo de responsabilidade. É necessário que pais e mães voltem a ser pais e mães de verdade. Esses programas apenas disparam, são gatilhos para as crises existenciais, as depressões e as crises emocionais pelas quais passa a nossa juventude.

Fica aqui o meu conselho a todos os pais brasileiros que ouvem o programa *A Voz do Brasil* neste momento ou a *Rede Legislativa de Rádio e TV* para que cuidem dos seus filhos. Não entreguem os seus filhos às babás digitais que existem hoje. É



necessário que todos nós atentemos para isso. Esse Desafio da Baleia Azul, na verdade, é um desafio da morte, é um gatilho para o dispositivo do suicídio.

Falei hoje com um dos diretores do Facebook, Sr. Bruno Magrani, que já está tomando algumas precauções acerca desse caso, inclusive disparando alguns vídeos que eles produziram para que os nossos jovens não tirem a sua vida.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há o registro de 130 casos de suicídios de jovens na Europa e na Rússia, país onde o maléfico jogo começou.

No Brasil, quatro tentativas de suicídio são investigados no Estado do Rio de Janeiro. Em Vila Rica, no Mato Grosso, uma jovem foi encontrada morta, em uma represa com indícios de suicídio. Um jovem de Pará de Minas, Minas Gerais, também atentou contra a própria vida. Nesses dois últimos casos foram encontrados cortes e marcas nos corpos que faziam alusão ao jogo da Baleia Azul.

Sras. e Srs. Deputados, o caso é gravíssimo! Na madrugada desta terça-feira (18), sete adolescentes tentaram suicídio em Curitiba. A polícia acredita que haja envolvimento com o jogo da morte, a Baleia Azul.

É notória a manipulação de jovens introvertidos e tímidos. É primordial que se investigue esse suposto jogo da morte. Quem são esses curadores? Quem está por trás disso?

Posto isso, Sr. Presidente, informo a V.Exa. que já estou encaminhando uma denúncia ao Ministério Público Federal para que se instaure uma investigação acerca do caso. Informo ainda que já estou apresentando um requerimento de



audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família, objetivando o aprofundamento do debate sobre o tema.

Não há como aquietar-se diante de tamanha atrocidade. Não cessarei minha luta até que esse famigerado jogo tenha sido extirpado de nossas redes sociais e seus responsáveis presos, julgados e condenados.

Não compactuaremos com isso!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. VITOR VALIM - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 8 de março próximo passado, quando tomei ciência desses jogos que estimulavam a tortura, o suicídio, tudo o que desvirtuasse da coisa certa da vida, entrei com o Projeto de Lei nº 7.047, de 2017, proibindo a disponibilização, a comercialização de qualquer *softwares*, jogos dessa natureza, tanto da Baleia Azul, que tivemos inúmeros casos no País, como em Mato Grosso, na Paraíba, em Curitiba, como também de outros jogos que estão sendo comercializados, divulgados, como um jogo japonês chamado Shock Game, que estimula a asfixia e que já aconteceu um caso no Brasil.

Sr. Presidente, peço que se dê celeridade a esse projeto de lei para que mais jovens não tenham acesso a esses jogos que estimulam o suicídio e outros acontecimentos dessa natureza.

Muito obrigado.



O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta sessão se encerra a que horas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em 22 minutos.

O SR. ALBERTO FRAGA - Como?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em 22 minutos.

O SR. ALBERTO FRAGA - Quero só lembrar a V.Exa. de na próxima sessão colocar a matéria da prorrogação da CPI sobre a mesa.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar este espaço para falar sobre a situação da insegurança no meu Estado do Ceará. Eu já trouxe este assunto ao plenário da Câmara dos Deputados várias vezes.

Hoje, milhares de cidadãos de Fortaleza, Capital do meu Estado — mais de 3 milhões de fortalezenses —, estão sem acesso ao transporte coletivo, principalmente aos ônibus. Mais de 12 ônibus já foram incendiados por represália dessas facções criminosas que se instalaram no Estado do Ceará. Devido a uma política falida da segurança pública, eles cada vez ganham mais corpo.

No ano passado, inclusive, o Governador do meu Estado chegou a ser ameaçado; a sede da Secretaria de Segurança foi metralhada; inúmeras delegacias também, e nenhuma providência foi tomada. E, agora, por ter havido transferência de presos comandantes dessas facções, eles deram a resposta, proibindo que milhares de pessoas tenham acesso ao transporte coletivo.

Eu faço um apelo ao Governador Camilo Santana para que enfrente este problema.

Muito obrigado.



O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero aproveitar para parabenizar o Jerominho, que tomará posse como Presidente do Confederação Nacional dos Rodeios — CNAR —, no dia 25 de abril, na Pousada dos Tropeiros, lá em Barretos, onde é realizada a festa de peão.

Deixo meus votos de sucesso ao Jerominho e a toda a Comissão que estará assumindo a Confederação Nacional dos Rodeios. Eles vão precisar muito para conseguir reverter as várias ações negativas que têm sido propostas e realizadas contra os rodeios no Brasil.

Boa sorte, Jerominho e toda a equipe.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, questão de ordem. Eu me refiro ao ferimento da Constituição brasileira na apreciação desta matéria que está em curso.

A urgência desta matéria foi apreciada no dia 6 de julho de 2016, a urgência do PLP 257, que versa sobre o mesmo assunto, e foi rejeitada a urgência na medida em que obteve apenas 253 votos favoráveis. Ela foi apreciada mais uma vez no dia 12 de julho de 2016, quando a sua urgência contou com 335 votos.

Em seguida a matéria foi aprovada por esta Casa. Ela foi aprovada sem as condicionantes. Ela foi aprovada por esta Casa. E esta matéria foi vetada pelo Presidente da República.

A Constituição brasileira, no seu art. 60, diz que há que se respeitar a separação dos Poderes. E isso é inclusive cláusula pétrea, porque é fundamental para que nós tenhamos pesos e contrapesos e possamos construir o Estado Democrático de Direito, tão ferido porque vivemos uma ruptura democrática.



Portanto, nós não podemos permitir que o Poder Legislativo não conclua a apreciação de uma matéria. A última palavra não é do Executivo, Sr. Presidente. A última palavra é do Legislativo. Tanto é que a Constituição brasileira, no seu art. 66, diz que o *veto* será apreciado em sessão conjunta, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento.

Ora, o veto aconteceu no dia 29 de dezembro do ano passado. Portanto, não poderíamos estar apreciando uma matéria que versa sobre um ajuste fiscal.

Eu não falo em renegociação porque nós não estamos discutindo uma renegociação, nós estamos discutindo uma moratória de 3 anos. A dívida crescerá nesses 3 anos, como cresce com esse juro que favorece o rentismo, que está em curso neste País.

Portanto, Sr. Presidente, nós não poderíamos estar apreciando matéria de igual teor que está para ser analisada por esta Casa através da apreciação do veto, que deveria acontecer, se não me falha a memória, todas as terças-terças-feiras do mês.

Este Parlamento deveria estar apreciando o veto em conjunto com o Senado e não tentando impor aos Estados endividados a restrição do seu poder de gestão.

Aliás, falando-se em Constituição, também se fere o pacto federativo. Está se ferindo o pacto federativo numa ingerência da União sobre os Estados, o que não se justifica.

Portanto, Sr. Presidente, venho aqui para dizer que nós deveríamos encerrar essa discussão. O Poder Legislativo não pode ficar numa postura de sabujo do Poder Executivo, sob pena de estar ferindo o Estado Democrático de Direito e o



conceito de República e estarmos apreciando o veto. Senão a última palavra será a do Executivo.

Já se quer, aqui, abrir mão do legislativo para a prevalência do negociado. O legislativo é fruto do trabalho desta Casa. Não podemos permitir esse nível de acinte ao Poder Legislativo, porque a Constituição tem como cláusula pétrea os direitos e garantias individuais e a separação dos Poderes, que está sendo ferida pela apreciação desta matéria no dia de hoje.

É a questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou pedir ao Presidente do Congresso que paute os vetos pendentes para a próxima semana, se possível. Essa é uma decisão do Congresso. Infelizmente, não é a Câmara que vota vetos. Até acho que poderia ser cada Casa de forma independente. Mas isso não cabe à Câmara dos Deputados; cabe ao Congresso. A decisão do Supremo de que se tem que votar os vetos antes dos projetos já foi uma vitória muito importante para o Parlamento brasileiro. Agora, a decisão de votar o veto cabe ao Congresso Nacional. À Câmara cabe votar as matérias em tramitação.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós estamos apreciando o mesmo teor, é o mesmo teor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não é, não é. São textos distintos. O projeto do Governo anterior, do Governo Dilma, tratava de renegociação de dívida dos Estados. Este projeto, na sua origem, trata de recuperação fiscal. São temas distintos. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Tem a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro.



O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só fazer um apelo aos nossos Parlamentares da base para que venham a plenário. Nós temos essa votação e ainda teremos outras importantes no dia de hoje. Temos esses destaques a serem vencidos. E vamos votar o requerimento de urgência da reforma trabalhista.

Então, eu solicito aos Parlamentares que venham ao plenário para nós acelerarmos esse processo de votação. Se todos nós permanecermos no plenário, certamente esse processo será muito mais rápido. A sessão não terá que entrar madrugada adentro. Solicito então que os Parlamentares venham a plenário e estejam aqui para votar essas matérias. Se nós permanecermos em plenário, vamos agilizar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar este espaço da calma para dizer que, hoje pela manhã, no Quartel-General, houve uma solenidade de comemoração ao Dia do Exército, como em todo dia 19 de abril.

O Dia do Exército é muito importante para uma reflexão histórica em nosso País. O Comandante do Exército, General Eduardo Villas Bôas, fez uma análise conjuntural do momento complicado que vive o Brasil. No seu discurso, ele fez uma síntese muito importante: independentemente da situação crítica que nós vivemos, da crise moral, ética, econômica e política, não existem atalhos fora da Constituição. Esta foi a afirmação do General.



Eu fiquei feliz de ter participado da comemoração, porque nesta oportunidade eu mergulhei na minha adolescência, quando fui aluno de escolas militares e da academia militar, onde eu aprendi a importância que teve o Exército Brasileiro como um fator de integração nacional.

Hoje também é comemorado o Dia do Índio. Ouvindo os discursos, percebemos a diversidade dessas nações indígenas em termos culturais. E, nessas condições de diversidade, as Forças Armadas, em particular o Exército Brasileiro, foram o fator de integração que nos mantêm unidos no nosso País em condições geopolíticas invejáveis.

Então, eu saúdo o Exército Brasileiro, responsável pela minha formação e consolidação de caráter, pela minha formação moral e, principalmente, por toda a minha formação profissional desde a adolescência até os bancos universitários.

Saúdo o Exército Brasileiro, reconhecendo o seu pioneirismo na excelência do ensino no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Odorico Monteiro.

O SR. ODORICO MONTEIRO (Bloco/PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu registro uma triste notícia que acaba de ser divulgada no G1 da Bahia, em que uma garota de 15 anos desaparece, e a família suspeita do jogo Baleia Azul.

Realmente, esta é uma grande preocupação que nós devemos ter nesta Casa. Inclusive, nós realizamos uma audiência pública, no ano passado, preocupados com a questão do suicídio.



Nesse sentido, nós entramos com o Projeto de Lei nº 6.989, de 2017, nesta Casa, que altera o Marco Civil da Internet, a Lei nº 12.965, para incluir procedimento de retirada de conteúdos de aplicação na Internet que induzam, instiguem ou auxiliem o suicídio.

Por isso, nós estamos inclusive tentando colocar em votação nesta Casa, em regime de urgência, esse projeto de lei. Nós entendemos que o Marco Civil da Internet no Brasil é um avanço importante, mas, à medida que novas situações vão-se construindo, nós precisamos fazer alterações, inclusive nesse sentido específico de instigar o suicídio.

Hoje isso já é um problema muito sério. O suicídio no Brasil, nos últimos 6 anos, aumentou em 40%. No mundo inteiro, isso é hoje considerado uma grande epidemia. Esse grupo jovem passa a ser, muitas vezes, vítima de armadilhas colocadas em conteúdos na Internet.

Por isso, esse nosso projeto de lei busca criar ferramentas e dispositivos para a retirada de conteúdos da Internet.

Nós queremos que esse projeto de lei de nossa autoria seja votado com urgência aqui e que este pronunciamento que expressa a nossa preocupação com o tema seja difundido pelos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Odorico Monteiro, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, e Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base do Governo está constrangida. Ela não quer votar a ampliação da contribuição previdenciária dos servidores para 14%.

O Líder do Governo, coitado — e falo isso com todo o respeito —, vem aqui, faz um pronunciamento ao microfone, tenta empolgar a base do Governo para vir a plenário e não consegue. Ele dá uma caminhadinha, vai ali para fora e retorna, para ver se consegue convencer alguém, mas a base do Governo está constrangida. Ele obrigou V.Exa. a sair da mesa da Presidência da Câmara dos Deputados, vir aqui embaixo, dialogar com a Liderança do Governo e verificar como está a lista.

V.Exa. está exercendo dupla função: Líder do Governo e, ao mesmo tempo, Presidente da Câmara dos Deputados. A base está constrangida!

Vamos encerrar esta votação, porque senão daqui a pouco V.Exa. vai entrar no *Guinness*, como Presidente de uma das votações mais longas da história da Câmara dos Deputados.

Vamos reorganizar para que esta matéria seja votada semana que vem e vamos encerrar esta votação, porque isso não tem o menor cabimento. A base do Governo, independentemente das diferenças que nós tenhamos, os Deputados estão corretos, porque eles não querem votar a ampliação da contribuição previdenciária dos servidores daqueles Estados, onde muitos trabalhadores não estão nem recebendo salário.

Vamos encerrar esta votação, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Josi Nunes.

A SRA. JOSI NUNES (PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu também quero contribuir com esta discussão sobre esses jogos, essas brincadeiras perigosas que estão ceifando a vida de tantos jovens no mundo e agora no Brasil.

Eu fui procurada por professores do Tocantins — quero ressaltar o Prof. Luciano Coelho — e pelo Presidente do Instituto DimiCuida, o Sr. Demétrio Jereissati. Ele perdeu um filho em 2014 com essas brincadeiras, com asfixia. Ele criou esse instituto que visa prevenir e gerar conscientização aos nossos jovens. Eu fui procurada já há alguns dias.

Nós também entramos nesta Casa com o projeto de lei que altera o Marco Civil da Internet, criando uma obrigatoriedade de os provedores retirarem esses vídeos. Há alguns anos eram 19 vídeos, e hoje mais de 500 incitam a essas brincadeiras. Esse projeto também altera o Código Penal ao tipificar essa incitação ao trote ou a essas brincadeiras

Há também um projeto de nossa autoria. Na Comissão de Educação, vamos fazer uma audiência pública para discutir esse tema que preocupa a todos e que deve ser visto com muita atenção mesmo por este Parlamento.

Obrigada.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na mesma linha dos meus colegas que falaram antes de mim, também estou muito preocupado com tudo isso que está aparecendo na Internet, levando a criança e os adolescentes a se suicidarem, a se mutilarem e a outras coisas mais.



Eu também apresentei um projeto de lei que agrava a tipificação quando há a indução ao suicídio. Já é crime induzir a suicídio, inclusive de criança e adolescente, mas eu quero agravá-lo quando é usada a Internet.

Nós estamos vivendo um momento muito crítico, muito assustador, e a Internet tem sido um instrumento para isso. Eu percebo que o Congresso acordou para combater esses males feitos através da Internet. Fico feliz, fico honrado de participar dessa batalha também e peço ajuda aos Srs. e às Sras. Deputadas para que se possa aprovar essa tipificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dialogar com V.Exa. e também fazer-lhe um apelo.

Ontem, a Casa votou um requerimento de urgência, o que é do jogo. — o Governo Temer quer loucamente votar a antirreforma trabalhista, que vai precarizar as condições de trabalho no Brasil —, e houve um resultado. O requerimento de urgência foi derrotado, Sr. Presidente, porque não atingiu os 257 votos. Porém, eu fui surpreendido há poucos minutos com a informação de que V.Exa. quer repetir a votação.

Sr. Presidente, como vai funcionar o Parlamento? Quando a posição de V.Exa. for derrotada no voto, no dia seguinte, V.Exa. irá repetir a votação? Isso não fica bem para o Parlamento. Houve uma votação.

O Governo, se tiver votos, pode submeter a matéria à análise da Comissão. Ele pode arregimentar os que o apoiam e votar na Comissão. Repetir, hoje, dentro do plenário da Câmara, a votação do requerimento que foi derrotado ontem me



lembra de quando nós derrotamos, à época em que o Deputado Eduardo Cunha era Presidente, o financiamento empresarial num dia, e, no dia seguinte, foi repetido o processo. Esse tipo de situação não é boa para o Parlamento.

O Governo tem que reconhecer que ele perdeu ontem e tem que arrumar votos se quer aprovar essa antirreforma. Ele precisa aprovar a matéria na Comissão e, depois, trazê-la para o plenário. Não pode querer pegar o atalho e, o que é pior, perder num dia e repetir a votação no outro. Se perder hoje, vai repetir amanhã? Aí, não tem graça o jogo democrático, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedimos a atenção do Deputado Fábio, que falou há pouco, e da Deputada que também mencionou que crimes estão sendo induzidos por meio eletrônico.

No ano passado, nós realizamos um grande trabalho na CPI dos Crimes Cibernéticos. Concluímos os trabalhos no ano passado. A Deputada Mariana Carvalho foi a Presidente, e eu tive a honra de ser o Relator da Comissão. Inclusive, há vários companheiros que fizeram grandes estudos e trabalhos setoriais aqui presentes.

Sr. Presidente, eu me dirijo a V.Exa. para lhe pedir que solicite à Secretaria-Geral da Mesa que levante todos os projetos elaborados por aquela Comissão. Eles devem ser pautados, porque têm tudo a ver com o esforço para evitar que a indução ao suicídio e o *bullying*, por meio cibernético, prosperem no Brasil, com vítimas sempre as mais frágeis do ponto de vista etário, do ponto de vista social e do ponto de vista psicológico.



A Câmara pode e deve aprofundar os estudos desses projetos, Sr. Presidente. Esse é o apelo que eu faço, homenageando os Parlamentares que aqui falaram sobre o assunto.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, pela Liderança do Governo.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, queridas Deputadas, queridos Deputados, as reformas são fundamentais e estão irritando sim a Oposição, que acho que menosprezou e não avaliou o poder de diálogo que o Sr. Presidente da República, Michel Temer, tem com os partidos e com os Parlamentares.

É o Presidente que mais recebeu, em curto espaço de tempo, Parlamentares. É o que mais fez reuniões, dentro e fora do Palácio, porque ele é desta Casa. Além de ser um doutor constitucionalista, tem experiência de gestão em São Paulo, como Secretário do Estado de São Paulo, há 20 ou 30 anos, e tem 25 ou 26 anos nesta Casa, dentre os quais 3 anos foram de Presidência.

Ele surpreendeu a Oposição. Em menos de 10 meses — os Deputados da base tiveram esta consciência — aprovamos mais de 62 projetos, incluindo projetos de Parlamentares que estavam engavetados e que eram importantes para o País, assim como outros, a exemplo do pré-sal e da Lei das Estatais.

Como a reforma do ensino que fez a Coreia do Sul dar um salto fantástico há 20 anos, quando viu que estava errando na educação, apostou na reforma do ensino médio, juntamente com a profissionalização.

Passou a PEC dos gastos, o pré-sal, a Lei das Estatais.

É óbvio que há trabalho político do Presidente, dos Líderes e de um Governo “parlamentarista” — entre aspas — a rigor. O Presidente Michel governa com os partidos. Os partidos têm espaço dentro do Governo. Sim, é uma relação política. O Lula tinha relação com o petrolão e com o mensalão. A Dilma continuou com isso,



mas ela não falava com o Parlamento. O Collor também caiu por isso — mas ela caiu por não falar com o Parlamento. Isso irrita!

Ontem acharam, por um descuido nosso, que caiu o requerimento da urgência, e depois nós respondemos que já estavam no paraíso. Não! A reforma tem um fundamento político, mas também tem um fundamento técnico. Está irritando a Oposição, porque esta sente que, na reforma da Previdência, o nosso competente, capaz e estudioso Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, passou, os últimos 15 dias, discutindo e conversando, olho no olho, com todas as bancadas e com os Deputados que o procuraram, que iam para as bases e voltavam preocupados pelas narrativas da destruição e da mentira na base. É mais fácil criticar e destruir do que sugerir a reforma da Previdência.

Os Deputados iam para a base e voltavam com muitas dúvidas, mas o Deputado Arthur teve essa clarividência. E, após orientação, após o diálogo com o Presidente Michel — o Michel com o Parlamento e o Parlamento com o Michel, o Deputado Arthur ouvindo a explicação dos Líderes —, hoje ele começou a ler o relatório que apresentou, num café no Palácio do Alvorada, para a maioria da bancada.

Nós estamos percebendo melhorias. Ouviu os policiais e os professores: melhorou. Ouviu a área da agricultura: melhorou a área da agricultura. Para as mulheres, 57 anos; para os homens, mantêm-se os 60 anos. Não é mais aquela escada, que era uma alternativa da regra de transição e virou uma rampa mais suave.

Os Deputados começaram a ver que essa é uma luta de corporações públicas que sempre se serviram, se alimentaram de imposto sindical. Corporações públicas



estas que financiam a CUT pesadamente. Os Deputados estão percebendo que essas corporações dos altos salários, das aposentadorias precoces, estão com um discurso à sombra dos pobres. Isso é nojento! É indigno fazer um discurso à sombra dos pobres, à sombra dos baixos salários, para proteger os seus altos salários!

Os Parlamentares viram que não haverá mais aposentadoria de 45, 47, 49 anos, de juízes, de promotores, de fiscais e também de policiais federais — mulheres se aposentavam com 47, 46 anos, com expectativa de sobrevida, e ficavam 30, 40 anos recebendo altos salários. Aliás, aposentadorias absolutamente legais. Deputado Vitor Lippi, faço essa observação: aposentadorias absolutamente legais, mas injustas. E um Presidente corajoso, focado, disse: *“Não, isso não pode continuar.”* As aposentadorias precoces estão acabando.

E o mesmo no Regime Geral. Há um estudo fantástico do consultor Nagamine, do IPEA, que mostra que as pessoas que se aposentam quase no teto ou no teto são as que conseguem continuar trabalhando, e se aposentavam com 52, 53 anos o homem; a mulher, um pouco menos. E continuavam.

Os pobres — pobres, não — que recebem um salário mínimo correspondem a 65% das aposentadorias. Se for até três salários mínimos, o percentual das aposentadorias é de 88%. Isso está garantido. Está garantida a vinculação. A maioria daqueles que ganham um salário mínimo se aposenta com 65 anos.

Desmistificamos isso. E a história dos 49 anos? O Governo até pode ter errado na comunicação quanto à integralidade. A integralidade não existe no mundo e nem no Brasil. Com o fator previdenciário, o percentual da aposentadoria era de 60%, com 35 anos de contribuição. Agora, não existe 49 anos. Com 25 anos de contribuição, o percentual de aposentadoria é de 70%. Mais 5 anos, a cada ano,



aumenta 1,5%; vai a 78% do salário; mais 5 anos, para fechar os 35 anos, que nem precisa, passa de 80%; e que se quiser chegar aos 40 anos de contribuição, vai aos 87%. Perguntem aos consultores: no mundo inteiro a taxa de reposição passa um pouco de 80%. E nós vamos fazer com 87%, com 40 anos de contribuição.

Então, o jovem que começou a trabalhar, e que vai viver muito, e pode fechar os 40 anos de contribuição, vai se aposentar com quase 90% do salário, aliás, se aposenta com 100% do salário — o jovem. Isso também está resolvido. Eles estão nervosos! Eles estão nervosos!

Sr. Presidente, para encerrar, a reforma trabalhista. Estou aqui na frente deste Parlamentar extraordinário do Rio Grande do Norte, do PSDB e também do Deputado Daniel, do PMDB, que foi Presidente da Comissão. Os dois estudaram, fizeram audiências, ouviram todo mundo, e apresentam uma reforma, cujo resumo está aqui: ela não retira direito trabalhista nenhum. A reforma trabalhista na Alemanha, feita há 25 anos, foi a principal ferramenta do Gerhard Schröder para enfrentar o desemprego durante a grave crise por que passou a Europa naquele período.

Ela chega aqui 20 anos atrasada, mas chegou. E nós Parlamentares vamos votá-la. É isso o que o povo quer. No ano que vem a economia estará melhor e choverá na lavoura do bolso da população. Não no ritmo que nós queremos, porque é difícil, pois o PT esculhambou e arreventou com as nossas finanças públicas, foi de uma irresponsabilidade sem precedentes.

Mas nós vamos consertar isso no ano que vem! Começamos votando hoje essa recuperação fiscal.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria anunciar aqui que, em setembro, na calada da noite, o Governador tucano que está destruindo a economia do Estado do Pará, o Simão Jatene, fez um acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES para privatizar a nossa companhia de saneamento.

Ora, ele nem esperou que a lei de recuperação fiscal fosse aqui aprovada. E veja que o Pará nem é um Estado que está em situação de crise, nas condições, por exemplo, do Rio de Janeiro.

Acontece que, para isso, o Governador fez um contrato com o BNDES foi da ordem de 8 milhões e 40 mil reais e contratou o Consórcio Aqua, formado por três empresas concessionárias da Odebrecht, para avaliar a Companhia de Saneamento do Pará — COSANPA.

O Estado, que tem mais de 9 milhões de habitantes, emprestou 8 milhões e 40 mil reais, para que pudesse vender a companhia por 17 milhões de reais. Isso é uma excrescência que não podemos aceitar!

Por isso, Sr. Presidente, no dia 28, propus uma manifestação para o movimento social. Vai haver greve e passeata. Este Deputado vai dar um abraço na COSANPA. Quero ver se o Governador chama a polícia para prender um Deputado Federal!

Não vão vender a COSANPA assim, por 17 milhões de reais, como venderam as Centrais Elétricas do Pará — CELPA. Hoje, com Belo Monte e Tucuruí, o povo do



Pará consome menos de 20% da energia produzida no Estado e tem a segunda mais cara tarifa de energia.

Não privatizarão a água e o saneamento do Estado do Pará! Isso não será feito sem que haja resistência popular e resistência deste Deputado, do professor e trabalhador, que não aceitará, de braços cruzados, essa tentativa de destruírem nossas empresas.

Concluo dizendo que 2 milhões e 800 mil reais foi o valor da contribuição da Odebrecht para a reeleição do Governador. Isso é pagamento de propina! Não aceitamos!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Franklin Lima.

O SR. FRANKLIN LIMA (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, quero aqui parabenizar a Juíza Graça Maria Borges, de Ouro Preto, no nosso Estado de Minas Gerais, por ter condenado a mineradora Samarco a pagar 2 milhões de reais de indenização às famílias que sofreram com aquele acidente do rompimento da barragem.

É uma atitude, em minha opinião, até tardia. Mas antes tarde do que nunca. Isso não repara o problema, não repara o dano, mas pelo menos traz um alívio, um paliativo para essas famílias.

Quero parabenizar a Juíza e dizer que Minas Gerais está de olho e atenta às atitudes que o Judiciário está tomando no nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.



O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria, neste momento em que dou um pronunciamento como lido, colocar a seguinte questão: vimos assistindo, aos borbotões, há 1 semana, vídeos de denúncias contra centenas de políticos, Parlamentares, dirigentes, Ministros e o próprio Presidente da República.

É interessante. Se pegarmos aqui todos os que foram citados, mais os que constam da lista nº 1 do Rodrigo Janot, isso vai dar 80 Parlamentares, sendo 24 Senadores e 8 Ministros. A corrupção está correndo solta.

Aí vem o Presidente da República, ele mesmo — acusado inclusive pelo Eduardo Cunha de ter planejado uma reunião em São Paulo, com a Odebrecht, para uma propina de 40 milhões de dólares —, e declara o seguinte: *“Olha, não vamos deixar que uma delação qualquer paralise o Brasil”*. Ele está chamando a delação dos 77 executivos da Odebrecht de *“uma delação qualquer”*.

Eles querem fazer do limão uma limonada dizendo o seguinte: *“Vamos falar de reformas, vamos falar para o mercado, vamos falar para mídia, vamos falar para a elite brasileira. Quem sabe não se dá um jeito de se vazar da corrupção?”*

Inclusive, cadê os tucanos, especialmente os de São Paulo? Todas as obras de São Paulo estão contaminadas pela corrupção da Odebrecht, passando por Serra, Alckmin, Kassab, Ministros e companhia.

Por isso, quero deixar como lido este meu pronunciamento intitulado *A festa da Odebrecht em São Paulo*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O discurso de V.Exa. será registrado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu pronunciamento se intitula *A festa da Odebrecht em São Paulo*.

Demorou, mas finalmente a cúpula tucana foi fortemente atingida pelas denúncias da Odebrecht. O que foi revelado a respeito do PSDB evidencia o quanto a corrupção no Brasil é institucionalizada, abarcando todos os grandes partidos. Em São Paulo, em especial, houve uma grande festa das empreiteiras com o tucanato, que exerce hegemonia no Estado há mais de 20 anos.

José Serra, que, até pouco tempo atrás, sonhava em saltar do Ministério para a Presidência, encontra-se em situação extremamente delicada com a Lava-Jato. Delatores estão apresentando à Justiça documentos que embasam a denúncia de mais de R\$ 23 milhões de caixa dois, pagos em contas na Suíça, para homens de sua confiança.

Além do caixa dois para campanha eleitoral, que muitos Parlamentares tentam minimizar como se fossem crimes menores, há grandes fraudes envolvendo obras durante gestões do tucano e de seu aliado político, o Gilberto Kassab.

Na Linha Verde do Metrô, conforme delação, houve repasse de quase R\$ 18 milhões para se retomar um contrato que já estava vencido. Há anos, falamos a respeito de desvios no Metrô. Mas, infelizmente, as investigações no Ministério Público Estadual jamais avançaram. Agora, com a repercussão violenta das delações da Odebrecht, espera-se maior rigor contra essas falcatruas.

Na Linha Verde, teriam sido R\$ 10 milhões para o Presidente do Metrô, R\$ 3 milhões para dois diretores e R\$ 4,6 milhões para José Serra. Um representante do Tribunal de Contas também teria recebido uma parte.



Sobre o Rodoanel, outro foco de antigas denúncias, existem delações que falam em repasses de quase R\$ 16 milhões. O Governo Estadual, na gestão Serra, teria favorecido um cartel de 12 empreiteiras, entre elas a Odebrecht, sendo que R\$ 14 milhões teriam ido para José Serra, dos quais R\$ 3 milhões chegaram a Kassab, para a campanha eleitoral. Aliás, o Kassab, que, na planilha da Odebrecht, era o Kafta, terá de responder a acusações que falam em valores exorbitantes de R\$ 20 milhões de propina.

Um dos episódios delatados ocorreu em 2009, quando Kassab era o Prefeito de São Paulo e teria solicitado R\$ 2 milhões à Odebrecht para a construção do Túnel Roberto Marinho. Em depoimento, um dos executivos, o Carlos Alexandre Paschoal, disse que eles não toparam fazer esse pagamento porque já haviam adiantado uma quantia ainda maior para a campanha eleitoral.

Esse tipo de negociação descarada mostra o quanto é quase impossível distinguir o que é caixa dois “para campanha” e o que é propina com contrapartida específica. O PSOL, há muitos anos, pedia o fim do financiamento empresarial justamente por saber que aí está o grande alimento para a corrupção estrutural a que chegamos.

Na Arena Corinthians também existe um imbróglio que precisa de maiores esclarecimentos, pois o financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES colocou sob suspeita algumas figuras apontadas em delação, entre elas, novamente o Kassab e alguns Parlamentares do PT.

Todos os investigados têm direito a defesa. Mas é inaceitável, em especial num momento tão conturbado, com denúncias que atingem as cúpulas dos chamados grandes partidos, que os denunciados que estão em posição de mando



permaneçam nos postos enquanto sobre eles pairarem desconfianças. Serra saiu do Ministério numa clara manobra de evitar maior repercussão em relação ao seu nome como Ministro. Já Kassab e os demais insistem em ficar em postos de comando, como se nada de anormal estivesse acontecendo.

Na verdade, eles seguem o exemplo de Michel Temer, que declarou em entrevista ao SBT: *“Não vamos deixar que uma delação qualquer paralise o Brasil”*. Se o Presidente considera que a avalanche de denúncias que vieram a público são delações quaisquer, imaginem os tucanos de São Paulo, acostumados com a blindagem da imprensa, do Judiciário e da Assembleia Legislativa!

Neste momento convulsionado da política brasileira, com denúncias que envolvem a maioria dos partidos, é preciso acabar de vez com qualquer tipo de tratamento seletivo. Para isso, é preciso que haja a apuração de todas as denúncias e a punição de todos os culpados.

No caso de São Paulo, a pressão precisa ser redobrada, pois mais de 20 anos do tucanato no poder deixaram a cúpula do PSDB muito mal-acostumada, achando que podiam tudo e que seguiriam eternamente impunes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje Getúlio Vargas, se vivo estivesse, estaria completando 135 anos. Portanto, em nome dos produtores rurais da terra que me adotou, São Borja, que também é a terra de Getúlio, homenageio esse nosso conterrâneo.



Estive no Palácio Piratini esta semana, Deputado Esperidião Amin, e vi, na segunda-feira, o trecho de um célebre discurso de Getúlio, que diz:

O poder público deve compenetrar-se de que é seu dever elementar assistir as fontes de produção. Não se pode baratear a vida sem aumentar a produção, sem amparar o produtor. Onde está o interesse do produtor está o interesse do Brasil.

É o setor produtivo brasileiro que está carregando este País nas costas. Por volta dos anos 40 ou 50, foi feita uma pesquisa para introdução da lavoura de trigo no País, pelas próprias cooperativas criadas e estimuladas por Vargas. E hoje o Brasil produz mais de 200 milhões de toneladas de grãos, cuja produção foi plantada naquele momento.

Então, registro a nossa homenagem a Getúlio Vargas, que hoje completaria 135 anos.

Também ouvi algumas falas aqui, Deputado Paulo Maluf, sobre a CLT. Nos anos 40, Vargas fez uma legislação moderna. Mas agora que estamos em 2017, não podemos admitir que haja 4 milhões de ações trabalhistas por ano no País. Alguma coisa está errada.

O Brasil está na contramão da história. Nenhum país do mundo, Deputado Nelson Marquezelli, tem esse número de ações trabalhistas. É isso que estamos consertando no projeto que o Deputado Rogério Marinho está apresentando. Precisamos, sim, votar a sua urgência e complementá-lo.



O trabalhador brasileiro precisa também da modernização da legislação. Não é apenas o empresário rural ou urbano que precisa da modernização da legislação trabalhista.

Muito obrigado.

O SR. IVAN VALENTE - Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço uma questão de ordem a V.Exa.

Faz mais de 1 hora e 20 minutos que estamos no curso dessa votação. Acho que temos que ter um horário limite. Não podemos ficar aqui à mercê da vontade do Governo de se atingir o quórum e o objetivo.

Tem que haver um limite. Normalmente as votações mais polêmicas levaram de 30 a 40 minutos. O tempo de 1 hora e 20 minutos passou do limite.

Quero que V.Exa. tome uma posição e dê um basta nessa hipocrisia aqui no plenário.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 303;

NÃO: 51;

ABSTENÇÃO: 4.

MANTIDO O TEXTO.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RONALDO CARLETTO (Bloco/PP-BA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 5, o Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Ricardo Barros, esteve nesta Casa, mais precisamente na Comissão de Seguridade Social e Família — CSSF, com a finalidade de apresentar balanço de sua gestão à frente da Pasta.

O presente pronunciamento vai ao encontro dos esforços que o Ministro tem realizado no sentido de executar um bom trabalho, em face dos grandiosos desafios que a área de saúde pública enfrenta. Desse modo, nosso comum objetivo é que o Brasil, finalmente, consiga oferecer melhores condições para atendimento de toda sua população.

Côncio de que o País atravessa momento econômico crucial, o Ministro Barros defendeu a gestão informatizada para efetivo e adequado uso dos recursos em saúde, estimando que um quinto desse total — cerca de 50 bilhões — pode ser direcionado a serviços e produtos propiciadores de maior e mais qualificada cobertura.

Sob essa perspectiva, a fala do Ministro não foi por mais e mais verbas, discurso bastante comum entre os agentes públicos. Defendendo uso mais racional do orçamento disponível, ele mostrou dados que apontam economia de 2,9 bilhões de reais pela Pasta em 300 dias de sua gestão.

Além da informatização do Sistema Único de Saúde — SUS, o balanço apresentado também revelou outros importantes desafios que estão sendo enfrentados: fortalecimento das ações de promoção à saúde e prevenção de



doenças, qualificação permanente dos mais de 4 milhões de profissionais de saúde, funcionamento de Unidades de Pronto Atendimento — UPAs.

Há de se mencionarem a imediata instalação de equipamentos já comprados, a ampliação e a atualização de protocolos clínicos e de diretrizes terapêuticas, a parceria com profissionais de saúde, academias e entidades representativas e o tão urgente combate à proliferação do *Aedes aegypti*.

Das recentes notícias referentes aos casos registrados de febre, o Ministério da Saúde está estudando a possibilidade de fracionar a vacina em cinco doses, de modo a promover a imediata ampliação da cobertura.

O Programa Farmácia Popular, também citado por Barros, passa atualmente por reavaliação, tendo em vista a descoberta de diversas fraudes, entre elas o uso repetido de receitas médicas.

É importante mencionar, Sras. e Srs. Deputados, que a Pasta promoveu a entrega, na cidade paraibana de Campina Grande, do primeiro de 80 aceleradores lineares, equipamento fundamental ao serviço de radioterapia. Outras cidades receberão mais 20 unidades agora em 2017, dando continuidade ao processo de economia da ordem de 50% dos gastos com a utilização do dispositivo por meio de convênios — que foram cancelados.

O Ministro relatou ainda que se ampliou a vacinação em todas as faixas etárias mediante economia de 66,5 milhões de reais, em consequência da redução de 11% no valor de três vacinas — hepatite A, HPV e DTPA.

E o compromisso com a saúde pública não se resume em equacionar o hoje. O Ministério firmou acordo com a Organização Mundial de Saúde — OMS para diminuição dos casos de obesidade, até 2019, com a implementação de ações de



nutrição em mil Municípios, a redução do consumo regular de refrigerante e suco artificial em pelo menos 30% da população, a ampliação em pelo menos 17,8% do número de pessoas dedicadas ao consumo regular de frutas e hortaliças.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essas são apenas algumas das conquistas do nosso Ministério da Saúde, em prol de um Brasil mais justo e mais desenvolvido. O Ministro Ricardo Barros merece efusivos cumprimentos pelo pragmatismo de sua atuação e pelo acerto das propostas. Que outras autoridades públicas lhe sigam o exemplo!

Muito obrigado.



O SR. DR. SINVAL MALHEIROS (Bloco/PTN-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes ou que me ouvem, leem e veem pela *Rádio Câmara*, pela *TV Câmara*, pela Internet, pelas redes sociais e, inclusive, pela Língua Brasileira de Sinais —LIBRAS, em particular os ilustres cidadãos do meu Estado de São Paulo, os quais tenho o orgulho de aqui representar, uso hoje esta tribuna, como profissional de Medicina com mais de 40 anos de experiência, para falar sobre uma doença infecciosa, transmissível pelo ar e que compromete principalmente os pulmões: a tuberculose.

Pelos elevados índices de mortalidade e morbidade, a tuberculose é considerada um grave problema de saúde pública. Por isso, no último dia 23, o Ministério da Saúde lançou a campanha nacional que alerta para a importância do tratamento dessa terrível doença.

Com este discurso, parabenizo o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, pela gestão de excelência. S.Exa. merece reconhecimento público por sua disposição em percorrer todas as Regiões do Brasil, para se colocar em contato direto com as diferentes realidades deste País de dimensão continental.

Neste ano, a campanha do Ministério da Saúde terá como *slogan Todos Juntos Contra a Tuberculose*. O objetivo é sensibilizar a população sobre a importância de aderir ao tratamento contra a doença e completá-lo.

Algumas ações importantes estão sendo desenvolvidas em nosso País, como a elaboração, no Ministério da Saúde, do Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose, documento que define indicadores e ações para reduzir a incidência da doença na população brasileira, que hoje atinge 32,4 pessoas em 100 mil habitantes.



O monitoramento das ações de Estados e Municípios é dividido em três pilares: prevenção e cuidado integrado e centrado no paciente; políticas públicas arrojadas e sistema de apoio; e intensificação de pesquisa e inovação. Esse controle passará a ser feito com base em indicadores relacionados à detecção, ao diagnóstico, à coinfeção TB-HIV, à conclusão do tratamento e aos casos de tuberculose latente, sensível e drogarresistente.

Nobres Parlamentares, é fato que só conseguiremos eliminar a tuberculose no Brasil a partir de ações integradas entre os diferentes atores da sociedade, por isso a importância de um plano que reúna todas as orientações.

Em 2016, foram registrados 66,7 mil casos novos e 12,8 mil casos de retratamento — abandono ao tratamento — de tuberculose no Brasil. No período de 2007 a 2016, o coeficiente de incidência da doença apresentou uma variação média anual de menos 1,7% e passou de 37,90 pessoas em 100 mil habitantes, em 2007, para 32,4 pessoas em 100 mil habitantes, em 2016. A redução da incidência nos 10 anos foi de 14,1%. A meta até 2035 é ter uma incidência menor do que 10 pessoas em 100 mil habitantes.

Senhores, a tuberculose é transmitida pelo ar, a partir de um indivíduo com doença ativa, envolvendo a via respiratória ou os pulmões. As bactérias estão contidas em pequenas gotículas transportadas pelo ar, expelidas quando o doente tosse ou espirra. O contato se dá quando um indivíduo não infectado inala essas gotículas.

Pessoas portadoras de vírus HIV, diabetes e insuficiência renal crônica, pessoas desnutridas, idosos doentes, usuários de álcool e outras drogas e tabagistas são mais propensos a contrair a tuberculose, por terem o sistema



imunológico deficiente baixo. Esses pacientes são o principal grupo de risco.

A doença é vista pela Medicina como traiçoeira. Pela diversidade da apresentação clínica, ela pode mimetizar muitas outras doenças. Além do mais, pela capacidade de promover resistência quando há tratamento irregular ou insuficiente, nunca deve ser subestimada. Pelo contrário, ela deve sempre ser lembrada, colocada como diagnóstico diferencial e, uma vez diagnosticada, seguida a passos curtos, contínuos, incessantes.

Por isso, caríssimos, apesar das conquistas, são inúmeros os desafios. Para reduzir os indicadores, é preciso dar mais visibilidade, ampliar a mobilização, envolver novos atores políticos e sociais e mídias, aumentar os programas e ações de proteção social e seguir no enfrentamento ao estigma e ao preconceito.

Fiquemos atentos!

Muito obrigado.



O SR. ANGELIM (PT-AC. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham neste momento das galerias do plenário ou pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados, o serviço social da Previdência Social, com mais de 70 anos de existência no Brasil e um dos raros ainda sobreviventes no mundo, tem passado dias de extremas dificuldades e turbulências.

Não bastasse o desmonte que a política de previdência social vem sofrendo no País, com esta nefasta reforma do ilegítimo (des)Governo Temer, os servidores no INSS têm amargado mudanças sem nenhum tipo de participação democrática dos profissionais da linha de atendimento.

As decisões têm sido concentradas nos gabinetes do poder, do *staff*, o pequeno grupo de gestores indicados políticos que se encastelam em suas salas e não se importam com a qualidade do atendimento que está sendo dado aos segurados e demais usuários do INSS.

Recebi na última quarta-feira, dia 12 de abril, membros da Comissão Nacional de Assistentes Sociais do INSS, ligados à FENASPS — Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores da Saúde, Previdência e Assistência Social, que denunciaram as arbitrariedades e o desrespeito que a gestão do INSS está tendo com o conjunto destes profissionais e com a população que é atendida por eles.

Só para se ter uma ideia, citarei alguns fatos que vem acontecendo: a Divisão Nacional de Serviço Social, em menos de 6 meses, já teve duas chefes demitidas e, atualmente, encontra-se sem direção; todas as 5 representantes técnicas do Serviço Social, das cinco Superintendências do INSS no País, foram exoneradas, e os seus cargos foram modificados e ocupados por profissionais de formações incompatíveis



com essa linha técnica; o Governo e membros da gestão nacional do INSS pretendem retirar os assistentes sociais da avaliação das pessoas com deficiência para fins de concessão de benefício assistencial (como o BPC — Benefício de Prestação Continuada) e a aposentadoria da pessoa com deficiência, segurada da Previdência Social, o que irá prejudicar milhares de segurados e demais usuários do INSS — há estudos que comprovam que a inclusão dos assistentes sociais nessa avaliação ampliou o direito das pessoas com deficiência a esses benefícios, e a lógica deste Governo, agora, é enxugar, reduzir, limitar e impedir o acesso. Por isso querem tirar o Serviço Social dessa avaliação; neste momento, a gestão do INSS está represando o orçamento destinado ao financiamento das ações do Serviço Social, condicionando esta liberação de recursos a uma “avaliação prévia” das ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais do INSS, para só então liberar as ações e os recursos que irão financiá-las. O problema é que esta análise será feita por gestores que não possuem formação em Serviço Social e que, por isso mesmo, não possuem competência para avaliá-las e, muito menos, aprová-las ou reprová-las.

Ou seja, é uma verdadeira caça às bruxas patrocinada por este Governo e pela atual gestão nacional do INSS contra o Serviço Social, contra os assistentes sociais e contra os usuários da Previdência e da assistência social. Querem extinguir o Serviço Social da Previdência e neutralizar os seus quase 2.000 assistentes sociais em todo o País.

É com muita preocupação que venho a esta tribuna denunciar estas práticas deploráveis que estão ocorrendo no INSS contra o Serviço Social e dizer que a sociedade não permitirá que isso ocorra e dará a resposta no próximo dia 8 de maio



em todo o País, quando esses profissionais pararão as suas atividades e irão protestar, junto com os usuários desse serviço em todo o Brasil.

Que o Presidente do INSS, Leonardo Gadelha, faça cessarem imediatamente as perseguições contra o Serviço Social no INSS!



O SR. LUCIANO DUCCI (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para destacar a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa do projeto de lei que institui a Semana Nacional do Uso Consciente da Água, Projeto de Lei nº 322, de 2015, de minha autoria. O Relator da matéria foi o colega socialista, Deputado Federal Tadeu Alencar, de Pernambuco.

De acordo com o projeto, a semana será celebrada no período que compreender o dia 22 de março, data comemorativa do Dia Mundial da Água, e constará do calendário escolar anual das escolas públicas e privadas, desde a educação infantil ao ensino médio. Nesses dias, deverão ser desenvolvidos em todo o território nacional palestras, debates e seminários, entre outros eventos e atividades, com vistas a esclarecer a população sobre a importância do uso consciente da água.

Em seu parecer, ao reiterar que a CCJC analisa aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, Tadeu Alencar afirmou que o projeto está respaldado no preceito constitucional que dá competência à União para instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos do seu uso.

A matéria segue agora para análise do Senado Federal. Na Câmara, o projeto também foi analisado e aprovado pelas Comissões de Educação e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Sr. Presidente, que este pronunciamento seja inserido no programa *A Voz do Brasil* e nos canais de comunicação desta Casa.



O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente licenciado do Partido Republicano Brasileiro — PRB, Marcos Pereira, também Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, assumiu a Pasta com total confiança e disposição e se dedica plenamente à agenda ministerial.

Engajado tanto em projetos emergenciais quanto nos de grande alcance, Marcos Pereira começou a gestão constituindo um grupo de trabalho que envolve os Ministérios do Trabalho e da Fazenda, com vistas a um esforço comum em prol da desburocratização. Um consenso entre Governo, setor produtivo e trabalhadores deverá rediscutir as regras fortemente burocratizantes e diretamente responsáveis pelo alto custo empresarial. O objetivo é aumentar a competitividade brasileira no mercado internacional, por meio da redução do chamado Custo Brasil.

No longo prazo, o Ministro empenha-se no debate conduzido pela Casa Civil para empreender as reformas de base essenciais ao desenvolvimento do País. Por outro lado, estuda as possibilidades de adesão ao TISA — Trade in Services Agreement, o acordo plurilateral sobre comércio e serviços de que participam 23 países, além da União Europeia e dos Estados Unidos. Em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, serão avaliadas as propostas e condições apresentadas pelo grupo, para abrir não apenas o setor financeiro, mas também os serviços de saúde.

Sr. Presidente, não temos dúvidas de que a atitude positiva e proativa do Ministro Marcos Pereira é a mais adequada — é mesmo estratégica, se considerarmos a complexidade e a amplitude da crise. A despeito da conjuntura política, que se mantém instável, e das dificuldades enfrentadas na economia, o



Ministro tem se comportado de forma consistente, assumindo posições claras e, o mais importante, enfrentando problemas de grande alcance, de modo a avançar no desenvolvimento da indústria, do comércio exterior e do setor de serviços no Brasil.

Em nada nos surpreende a conduta de Marcos Pereira. Conhecedores de sua fibra pessoal e adeptos da plataforma estabelecida pelo PRB, não esperaríamos nada diferente. Mas não poderíamos deixar passar a ocasião de cumprimentá-lo e de reafirmar o compromisso da bancada republicana brasileira com seus altos propósitos, que vão claramente ao encontro dos mais legítimos interesses do País.

Era o que tínhamos para o momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, compareço a este plenário para tratar de um assunto inquietante, que precisa ser analisado com urgência. Trata-se do satânico desafio das redes sociais Baleia Azul, que está provocando suicídios entre nossos jovens. O maquiavélico jogo consiste em uma série de etapas que crianças e adolescentes precisam completar, culminando com o suicídio.

Aproveito a oportunidade para conversar com a família brasileira: vamos prestar atenção em nossos jovens! Precisamos estar atentos ao que nossos filhos estão fazendo na Internet, observar as suas reações e comportamentos.

O Desafio da Baleia Azul é composto de 50 fases a serem superadas, dentre elas fazer talhos no próprio braço ou escrever códigos na palma da mão utilizando-se de navalhas, ou seja, vários sinais são enviados pelos jovens de que algo está errado.

Sr. Presidente, há o registro de 130 casos de suicídio de jovens na Europa e na Rússia, país onde o maléfico jogo começou.

No Brasil, quatro tentativas de suicídio são investigadas no Estado do Rio de Janeiro. Em Mato Grosso e Minas Gerais, dois adolescentes tiraram a própria vida; ambos os casos teriam relação com o jogo. Em Vila Rica, Mato Grosso, uma jovem foi encontrada morta em uma represa com indícios de suicídio. Um jovem de Pará de Minas, Minas Gerais, também atentou contra a própria vida. Nesses dois últimos casos, foram encontrados cortes e marcas nos corpos que faziam alusão ao jogo Baleia Azul.

Sras. e Srs. Deputados, o caso é gravíssimo! Na madrugada desta terça-feira (18), sete adolescentes tentaram suicídio em Curitiba. A polícia acredita que haja



envolvimento no jogo da morte, Baleia Azul.

É notória a manipulação de jovens introvertidos, tímidos, com pouco relacionamento social, envoltos em problemas familiares ou possivelmente com algum traço de depressão. Esses adolescentes são cooptados pelo sistema e instigados ao suicídio. Cabe ressaltar que induzir, instigar ou auxiliar alguém ao suicídio é crime previsto no art. 122 do nosso Código Penal com pena de reclusão de 2 a 6 anos, podendo a pena dobrar em caso de vítimas menores de idade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, creio que a Baleia Azul é muito mais uma seita demoníaca do que propriamente um desafio de redes sociais. Estamos lidando com organizações criminosas.

A seriedade do caso nos impõe um posicionamento. Não podemos ficar à margem do problema sem adotar medidas que objetivem acabar de uma vez por todas com esse “desafio das trevas”.

Cada uma dessas vítimas, Sr. Presidente, nobres pares, tem uma espécie de “curador” a quem cabe receber as fotos com os cumprimentos das etapas.

É primordial que se investigue esse suposto “jogo da morte”. Quem são esses curadores? Quem está por trás disso?

Posto isso, Sr. Presidente, informo a V.Exa. que já estou encaminhando uma denúncia ao Ministério Público Federal para que se instaure uma investigação acerca do caso. Informo ainda que já estou apresentando um requerimento de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família objetivando o aprofundamento do debate sobre o tema.

Não há como aquietar-se diante de tamanha atrocidade. Não cessarei minha luta até que esse famigerado jogo tenha sido extirpado de nossas redes sociais e



seus responsáveis presos, julgados e condenados!

Não compactuaremos com isso!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil possui hoje uma população estimada em mais de 206 milhões de habitantes (estimativa IBGE/2017), um quarto deste total representado por jovens na faixa de 15 a 29 anos. Preocupada com este enorme percentual que representa, a Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal lançou o *kit* do Programa Identidade Jovem/ID Jovem.

Ao gerar o programa via aplicativo ou pelo sítio da Caixa Econômica Federal — CEF, o jovem vai ter acesso a meia entrada em cinemas, *shows* e espetáculos, 2 vagas gratuitas em viagens interestaduais, 2 vagas com 50% de desconto em viagens interestaduais e expedição de carteira estudantil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o programa pretende beneficiar cerca de 16 milhões de jovens brasileiros que têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos e que estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/CADÚNICO. Trata-se de uma política pública capaz de ajudar na transformação social.

O ID Jovem vem como resposta a lutas históricas dos movimentos de juventude e com base no Estatuto da Juventude. A Secretaria da Juventude vai interiorizar o programa com gestores estaduais, prefeituras, secretarias/coordenações de juventude, secretarias municipais de assistência social, centros de referência da assistência social e organizações da sociedade civil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Secretaria Nacional da Juventude já vem realizando a chamada Caravana do ID Jovem, que vai percorrer todo o País a fim de promover o lançamento e a implementação do programa. Uma oficina de capacitação deve treinar os monitores nos Estados em parceria com os Governos



locais.

O ID Jovem foi resultado de um amplo debate entre Governo Federal e todos os atores envolvidos, incluindo representantes da classe artística, promotores de eventos e associações de empresas que possuem concessão para transporte público interestadual terrestre e aquaviário. Como programa de inclusão, o ID Jovem cria condições efetivas para acesso a direitos pelos jovens de baixa renda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ID Jovem é mais uma prova indiscutível do compromisso do Governo Temer com a inclusão de um setor importante e imprescindível para qualquer país — sua juventude. Afinal, espetáculos, *shows* e viagens pelo País são marcas bem presentes no ideário jovem.

Ao facilitar o acesso à cultura e ao turismo interno, o ID Jovem serve ainda de anteparo a uma faixa etária particularmente vulnerável a atrativos fáceis como a marginalização e as drogas. Enfim, um programa mais que oportuno, que merece todo o nosso apoio.

Muito obrigado.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 081.3.55.O
Data: 19/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 081.3.55.O
Data: 19/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 19 de abril, às 17h20min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 081.3.55.O

Data: 19/04/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5827

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 19 minutos.)